

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-CEAD
DIREÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DPPG
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE
PROFEI/UDESC**

CARINA PASINI COL

**FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

**FLORIANÓPOLIS
2022**

CARINA PASINI COL

**FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Educação Inclusiva no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI/UDESC da Universidade do Estado de Santa Catarina. Área de concentração: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Orientadora: Profa. Dra Vera Márcia Marques Santos.

**FLORIANÓPOLIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do CEAD/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pasini Col, Carina

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS
ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE
CHAPECÓ/SC: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS / Carina Pasini

Col. -- 2022.

141 p.

Orientadora: Profa. Dra Vera Márcia Marques Santos
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa
de Pós-Graduação em Rede, Florianópolis, 2022.

1. Educação Inclusiva. 2. Educação Básica. 3. Formação
Docente. 4. Projeto Político Pedagógico. I. Marques Santos,
Profa. Dra Vera Márcia . II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa de
Pós-Graduação em Rede. III. Título.

CARINA PASINI COL
FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Educação Inclusiva no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI/UDESC da Universidade do Estado de Santa Catarina. Linha de concentração: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Vera Márcia Marques Santos

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membros:

Profa. Dra. Graziela Raupp Pereira

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Profa. Dra. Solange Cristina da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Profa. Dra. Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

DEDICATÓRIA

A todos e todas que fazem parte da minha vida pessoal e profissional. De uma forma muito especial à minha família, em nome da minha mãe e do meu pai, que são com certeza minha inspiração. Quero que meu filho se orgulhe de mim assim como me orgulho deles. **Eterna gratidão.** Família, minha base ontem, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente ao criador, DEUS, a quem devo minha existência e minhas oportunidades/escolhas. Na mesma proporção, à minha família Zélia Artuso Pasini (mãe), Atílio Pasini Neto (pai), Gabriel Pasini (irmão), ao Rogério de Souza Col (meu esposo) e ao Antony Pasini Col (meu filho), que sempre estão me apoiando para que eu me torne cada dia uma pessoa melhor.

Agradecer a trajetória de meus pais que são minha inspiração, pois casaram-se, tiveram dois filhos, eu e meu irmão, ambos sempre juntos, se dedicaram à agricultura familiar, com ensino fundamental incompleto, batalharam para que pudéssemos estudar e ter (nas suas palavras) “um futuro melhor”. Sempre nos ensinando para não perdermos de vista a humildade, a essência, a honestidade e principalmente a base familiar que nos constitui. Eu e meu irmão com muito esforço e abdicação, por parte deles, conquistamos o ensino superior.

Aos meus professores/as em todos os níveis de ensino, que com toda certeza deram o que tinham de melhor para cada etapa de minha formação básica e acadêmica.

Aos/às doutores/as do PROFEI que não mediram esforços e dedicação para contribuir com a formação da primeira turma de mestrandos/as, onde a diversidade, o cuidado, as muitas culturas foram os principais pilares para a efetivação da inclusão em todos os contextos em que estamos inseridos.

Aos/às estudantes que foram e são minha inspiração para buscar sempre mais conhecimento, para demonstrar de forma prática e teórica o quanto a educação, na sua integralidade, é importante e necessária em nossas vidas.

Também com muito carinho e de uma forma bem especial, agradeço minha orientadora, Profa. Dra. Vera Márcia Marques Santos, cujo vínculo estabelecido, bem como o estímulo nas orientações realizadas, grupos de estudos e trajetória profissional se tornaram uma verdadeira inspiração. Sua teoria e sua prática se fundem de maneira brilhante e cativante. Muito obrigada!

Aos meus colegas de mestrado, que contribuíram para minha formação com ideias e perspectivas diferentes dentro da nossa busca em comum, por uma educação básica inclusiva, onde o estudante seja o protagonista do processo.

Ao processo no qual estamos inseridos, onde a tecnologia encurta distâncias e proporciona estudos de qualidade como esse ofertado pelo PROFEI UDESC, obrigada. E ao CEAD, que além de nos aproximar virtualmente, nos mostrou como a diversidade está presente e precisa ser reconhecida/respeitada.

Muito obrigada a cada um e a cada uma com muito respeito e admiração.

RESUMO

COL, Carina P. Formação Docente e Educação Inclusiva nas Escolas da Rede Estadual do Município de Chapecó/SC: diálogos necessários. Dissertação de Mestrado – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis/SC, 2022.

Essa pesquisa objetivou verificar nas diretrizes políticas e pedagógicas do Estado de Santa Catarina como aparece a educação inclusiva e como impactam na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC. Inicialmente realizamos uma revisão de literatura, buscando teses e dissertações na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), com a utilização dos descritores: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidade, com o intuito de estreitarmos o conhecimento com as pesquisas produzidas no período de 2020/2021. Como parcerias teóricas trouxemos autores como: Bezzera (2013), Candau (2011), Ferreira (2020), Gomes (2007), Gatti (2008), Munanga (2008), Imbernon (2011), Mantoan (2015), Pacheco (2016), Santos (2020), Souza (2019), Tavares (2020) e Veiga (1998, 2009). Metodologicamente, lançamos mão da pesquisa documental com o auxílio da análise temática, verificando os PPPs por amostragem, considerando uma abordagem voltada para a Educação Inclusiva. Para tanto tomamos como parâmetro referencial a Proposta Curricular do Estado de SC, verificando como estão contempladas, as políticas públicas e o processo de inclusão no Projeto Político Pedagógico nas escolas selecionadas. Partindo da análise das categorias constantes na Proposta Curricular de SC, as indicações contempladas nos Parâmetros Curriculares e nos PPPs analisados, elencamos os indicadores que nos possibilitaram organizar um portfólio como produto educacional, que será disponibilizado às escolas que participaram da pesquisa, bem como demais interessadas. Proposta essa, que poderá contribuir desde a elaboração ou reformulação do PPP com sugestões que pressupõem esse documento como auxílio voltado para uma escola integralmente inclusiva. Ainda, a possibilidade de sensibilização para uma proposta de formação permanente para professores/as, com foco na análise do contexto local, com possibilidades de traçar estratégias que venham garantir ações para a constituição de uma escola inclusiva. Que reconheça, respeite e acolha pedagogicamente a pluralidade social e as diferenças por meio da prática docente na promoção da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Básica; Formação Docente; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

COL, Carina P. Teacher Education and Inclusive Education in State Schools in the city of Chapecó/SC: necessary dialogues. Master's Dissertation – Professional Master's Degree in Inclusive Education on the National Network - PROFEI, State University of Santa Catarina - UDESC. Florianópolis/SC, 2022.

This research aimed to verify in the political and pedagogical guidelines of the state of Santa Catarina how Inclusive Education appears and how they impact on the elaboration of the Political Pedagogical Projects (PPP) of public educational institutions for basic education of the state school system in the municipality of Chapecó, Santa Catarina. Initially, it was carried out a literature review, searching for theses and dissertations in the Theses and Dissertations Database (BDTD), using the descriptors: Inclusive Education, Teacher Education, Political Pedagogical Project; Diversity, with the aim of strengthening knowledge with the research produced in the period of 2020/2021. As theoretical partnerships we brought authors such as Bezzera (2013), Candau (2011), Ferreira (2020), Gomes (2007), Gatti (2008), Munanga (2008), Imbernón (2011), Mantoan (2015), Pacheco (2016), Santos (2020), Souza (2019), Tavares (2020) and Veiga (1998, 2009). Methodologically, we made use of documentary research with the aid of thematic analysis, checking the PPPs by sampling, considering an approach focused on Inclusive Education. For this purpose, we took as a reference parameter the Curricular Proposal of the State of Santa Catarina, verifying how they are covered, the public policies and the process of inclusion in the Political Pedagogical Project in the selected schools. Based on the analysis of the categories contained in the Curricular Proposal of SC, the indications covered in the Curricular Parameters and in the PPPs analyzed, we listed the indicators that enabled us to organize a portfolio as an educational product, which will be available to the schools that took part in the research, as well as other interested parties. This proposal can contribute to the elaboration or reformulation of the PPP with suggestions that presuppose this document as an aid aimed at a fully inclusive school. Moreover, the possibility of raising awareness of a proposal for permanent training for teachers, focusing on the analysis of the local context, with the possibility of outlining strategies that will guarantee actions for the constitution of an inclusive school which recognizes, respects and pedagogically receives social plurality and differences through teaching practice in the promotion of inclusive education.

Keywords: Inclusive Education; Basic Education; Teacher Education; Political Pedagogical Project.

LISTA DE QUADROS

● Quadro 01: Tabela de dados encontrado na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021.....	51
● Quadro 02: Tabela usada para fazer a coleta dos dados preliminares, com os descritores e a delimitação temporal.....	53
● Quadro 03: Tabela de dados encontrada na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva no título da obra.....	54
● Quadro 04: Tabela de dados encontrada na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito.....	55
● Quadro 05: Tabela de dados encontrada na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva na perspectiva da educação especial no resumo da obra	57
● Quadro 06: Tabela referente aos PCNs que estão divididos em dez (10) volumes.....	60
● Quadro 07: Sugestões de VÍDEOS para trabalhar a diversidade nas escolas de educação básica.....	89
● Quadro 08: Sugestões de FILMES para trabalhar a diversidade nas escolas de educação básica.....	90
● Quadro 09: Sugestões de reportagens, livros, outros materiais, para trabalhar a diversidade nas escolas de educação básica.....	93
● Quadro 10: Legislações que garantem a educação inclusiva e a diversidade nas escolas de educação básica.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

- **AEE:** Atendimento Educacional Especializado
- **APOIA:** Programa de Combate a Evasão Escolar
- **BDTD:** Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- **BNCC:** Base Nacional Comum Curricular
- **CEAD:** Centro de Educação a Distância
- **CONEP:** Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.
- **DI:** Deficiência Intelectual
- **EAF:** Educação Ambiental Formal
- **EEQ:** Educação Escolar Quilombola
- **EM:** Ensino Médio
- **NEAD:** Núcleo de Apoio à Educação a Distância
- **ERER:** Educação das Relações Étnico-Raciais
- **FCEE:** Fundação Catarinense de Educação Especial
- **LGBTQI+:** Originalmente a sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer
- **NEPRE:** Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola
- **PCN's:** Parâmetros Curriculares Nacionais
- **PNAIC:** Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
- **PNE:** Plano Nacional de Educação
- **PPP:** Projeto Político Pedagógico
- **PROERD:** Programa Educacional de Resistência às Drogas
- **PROFEI:** Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede
- **RAIA:** Rede de Atendimento à Infância e a Adolescência
- **SC:** Santa Catarina
- **TEA:** Transtorno do Espectro Autista
- **TDAH:** Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
- **UDESC:** Universidade do Estado de Santa Catarina
- **ONU:** Organizações das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DO ESTUDO	19
1.1 PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA	24
1.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	25
1.3 CONTEXTO DA ANÁLISE: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ SC	27
CAPÍTULO II CONCEITOS, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA	31
2.1 CONCEITOS QUE EMERGIRAM DA PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA/E DA PESQUISA	31
2.1.1 Educação Inclusiva	31
2.1.2 Diversidades	34
2.1.3 Políticas Públicas	36
2.1.4 Formação Docente	39
2.1.5 Currículo	40
2.2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE, PPP E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	42
2.3 CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO DE LITERATURA	50
2.3.1 Contribuições conceituais encontradas na Revisão de Literatura	52
2.3.1.1 O termo educação inclusiva encontrado nos títulos das Obras	53
2.3.1.2 O termo educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito	55
2.3.1.3 A educação inclusiva na perspectiva da educação especial no resumo da obra	56
CAPÍTULO III- CATEGORIAS QUE EMERGIRAM NA ANÁLISE DOS DADOS	59
3.1 CATEGORIAS QUE EMERGIRAM DOS DOCUMENTOS	62
3.1.2 As categorias que afloram da Proposta Curricular de SC	62
3.1.2.1 Categoria Educação para as Relações de Gênero	62
3.1.2.2 Categoria Educação para Diversidade Sexual	63
3.1.2.3 Categoria Educação Ambiental	64
3.1.2.4 Categoria Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)	65
Subcategoria Educação Escolar Indígena	66
Subcategoria Educação Escolar Quilombola (EEQ)	67
3.1.2.5 Categoria Educação Especial	68
3.1.2.6 Categoria Educação do Campo	70
Sistematizando as Categorias	71
3.2 BUSCANDO NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS AS CATEGORIAS OU SINAIS DAS CATEGORIAS QUE EMERGIRAM DA PCSC E DOS PCNS	73

3.2.1 Projeto Político Pedagógico SUL	74
3.2.2 Projeto Político Pedagógico NORTE	75
3.2.3 Projeto Político Pedagógico LESTE	76
3.2.4 Projeto Político Pedagógico OESTE	77
3.2.5 Projeto Político Pedagógico CENTRO	78
3.3. SEMELHANÇAS E PARTICULARIDADES ENCONTRADAS NOS PPPs	80
CAPÍTULO IV- PRODUTO EDUCACIONAL	83
4.1 MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO	84
4.2 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP QUE CONTEMPLE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	85
4.3 ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PPP INCLUSIVO	87
4.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: UM PORTFÓLIO PEDAGÓGICO	88
4.4.1 Legislação e Políticas Públicas	94
4.4.2 Proposta de Trabalho	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	106
REFERÊNCIAS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA REVISÃO DE LITERATURA	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE	117
PORTFÓLIO COM SUGESTÕES DE MATERIAIS PARA SEREM USADOS PELOS PROFESSORES	117

INTRODUÇÃO

Como professora na Rede Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina, sempre atuando no município de Chapecó, Região Oeste, percebo¹ no cotidiano escolar a fragilidade na busca em ter uma escola que seja de fato inclusiva. Ao perceber essa necessidade tive a oportunidade de realizar um estudo/pesquisa que me proporcionasse algumas respostas e apontasse para possibilidades. No contexto escolar das escolas públicas, em nível básico, se tem dois pontos, que considero primordiais na perspectiva de termos espaços educativos pautados por práticas pedagógicas que alude a Educação Inclusiva, quais sejam: o Projeto Político Pedagógico e a formação docente/percurso formativo.

Ao ter a oportunidade de pesquisar sobre o contexto que envolve a minha prática docente, imediatamente me voltei para a possibilidade de uma pesquisa que me proporcionasse a busca de material que me permitisse perceber até que ponto as políticas públicas, no que tange a inclusão, estão inseridas no contexto escolar das escolas estaduais do município de Chapecó-SC. A priori, verificar junto aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) se abordam a temática da inclusão e, se fosse o caso como ocorre essa abordagem. Com isso, pretendia realizar apontamentos e traçar possibilidades possíveis de serem implementadas nos PPPs e consequentemente no contexto escolar da educação básica.

Assim, o foco da pesquisa foram os PPPS das escolas da rede estadual no município de Chapecó SC, com ênfase na reorganização dos mesmos, no percurso formativo e na concepção de escola como espaço de inclusão considerando a diversidade e pluralidade social. Considero também o Projeto Político Pedagógico como uma relevante ferramenta para as demandas de inclusão escolar e social como parte fundamental do processo de ensino. Ainda, o PPP foi visto como documento orientador para a política na formação continuada de docentes, tendo a educação inclusiva como importante itinerário para a organização curricular.

E frente à necessidade de realmente efetivar a prática da educação inclusiva nas unidades de educação básica pública, já garantida em lei, porém com muitas dificuldades no contexto de ensino, surge a possibilidade de uma investigação mais

¹Inicio a escrita dessa dissertação na primeira pessoa do singular, no entanto, aproveito para registrar que em outros momentos utilizo a primeira pessoa do plural, considerando a cumplicidade e trabalho coletivo, estabelecido na relação orientanda/orientadora em todo o percurso do mestrado.

aprofundada do que se tem garantido em lei, o que é já proposto nas unidades de ensino, por meio do PPP e nas práticas pedagógicas cotidianas. A pesquisa teve como lócus de busca, os documentos mencionados e buscados nas escolas estaduais de ensino da Educação Básica, localizadas no município de Chapecó - SC, mesorregião do oeste catarinense, totalizando trinta e um (31) PPPs. Destes, por amostragem foi analisado um PPP por região do município, sendo feita a seleção através do procedimento amostral de Cluster, que consiste em uma técnica de amostragem onde as unidades da população são selecionadas aleatoriamente, junto a grupos já existentes, denominados 'agrupamentos', permitindo assim a possibilidade de um resultado satisfatório em relação a cada contexto escolar sugerido inicialmente.

Com isso, construímos os objetivos que nos ajudaram a responder a nossa problemática, dando suporte para a proposição do produto final. Como objetivo geral, verificamos nos PPPs como aparecem nas diretrizes políticas e pedagógicas das instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC a educação inclusiva e seu impacto na formação dos professores desta rede de ensino. Como objetivos específicos, buscamos:

- Pesquisar em teses e dissertações publicadas no último biênio, subsídios para uma educação inclusiva no âmbito escolar;
- Analisar junto a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina em relação à educação inclusiva plural e diversa;
- Verificar como aparece a educação inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas públicas estaduais no município de Chapecó/SC, em relação à Proposta Pedagógica do Estado;
- Propor um produto educacional que atenda a proposta de uma escola inclusiva, junto às escolas estaduais do município de Chapecó.

A proposta consistiu no levantamento de dados, inicialmente bibliografias, teses e dissertações, publicadas no último biênio, com pesquisa/análise em teses e dissertações na base de dados da BDTD de 2020 até o final do primeiro semestre de 2021, junto a Proposta Curricular de Santa Catarina e a Proposta Municipal de Chapecó. Em seguida, no levantamento dos Projetos Político Pedagógico (PPP) de cada escola pertencente a rede estadual no município de Chapecó SC, das trinta e uma (31) escolas estaduais que compõem a rede estadual no município. A etapa seguinte observou no documento o que já existia em relação à educação inclusiva,

como estava posta, qual entendimento, quais propostas de práticas estavam garantidas, entre outros aspectos observados.

No atual contexto, parece evidente a necessidade de traçar um campo de estudo proondo conhecer e reconhecer as ações já garantidas pela legislação vigente, assim como, cada unidade escolar com recorte para as escolas da rede pública estadual, do município de Chapecó-SC _ organizava e propunha práticas pedagógicas inclusivas em cada contexto escolar com todas as diversidades encontradas no ambiente educacional. O município tem trinta e uma (31) escolas estaduais, das quais cinco (5) foram selecionadas para realizar estudos do PPP/2021, por amostragem, sendo uma de cada região (Norte, Sul, Leste e Oeste) e mais uma da região central do município.

Uma vez organizados os dados que emergiram a partir da pesquisa bibliográfica e documental, objetivou-se propor ações junto ao percurso formativo dos docentes para apresentação e discussão destes dados. Como os PPPs das unidades escolares são o eixo norteador de todas as ações implementadas nas escolas, e estes precisam estar em constante adaptação é fundamental, buscar junto aos estudos, propostas de reorganização/reformulação. Para propor essa reorganização, foi observada a realidade local, focando no estudante como protagonista do processo e nos docentes como elo de acesso e permanência para que a escola realmente seja reconhecida como inclusiva na sua integralidade.

Para que se possa pensar, propor e efetivar práticas de ensino aprendizagem tendo como direcionamento processos de inclusão amplos, que atendam as necessidades individuais e coletivas das e nas respectivas comunidades escolares, é fundamental embasar teoricamente todo o processo. Assim, junto à análise subsidiar que junto ao PPP se tenha um currículo inclusivo, com percurso formativo sob viés inclusivo e com possibilidade de reconhecer as diversidades que cada contexto apresenta.

No primeiro capítulo, intitulado **contextualização e trajetória metodológica do estudo**, trazemos o aporte metodológico, que subsidia a nossa proposta de pesquisa. Importante conhecer em linhas gerais, através de um breve relato, a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o contexto da análise, ou seja, a caracterização do Município de Chapecó-SC. Foi assim delineada nossa proposta de pesquisa, local de análise e produto final.

No capítulo seguinte, trazemos a revisão de literatura/Estado da Arte, com um recorte temporal, ou seja, uma definição da base usada para a coleta de dados. Neste capítulo apresentamos as parcerias teóricas iniciais, que juntamente com a revisão de literatura subsidiaram todas as reflexões da dissertação, principalmente a análise dos dados coletados. Com o título, **conceitos, fundamentação teórica e revisão de literatura**, essa etapa da pesquisa se fundamenta pelos conceitos advindos da preocupação com a educação inclusiva, trazendo importantes contribuições para a temática, fundamentando não só o conceito, mas também a busca por práticas inclusivas com o propósito de conhecer, reconhecer e respeitar a diversidade. Por meio dos parceiros teóricos destacamos conceitos como: Educação Inclusiva; Diversidades; Políticas Públicas; Formação de Professores e Currículo.

No terceiro capítulo, temos a **análise dos dados** que com o apoio da análise temática verificamos junto aos documentos, a perspectiva da Educação Inclusiva, que ao buscar na Proposta Curricular de Santa Catarina e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, elencamos as categorias: Educação para as Relações de Gênero; Educação para Diversidade Sexual; Educação Ambiental; Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); Educação Especial; Educação do Campo. Buscamos nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estaduais do município de Chapecó-SC, selecionados por amostragem, as características base da educação inclusiva nesses documentos. Nesta etapa foi possível perceber a aproximação significativa entre os documentos PCSC, PCNs e o conteúdo apresentado nos PPPs.

No quarto e último capítulo, por meio de um portfólio com sugestões pedagógicas, trouxemos nosso produto educacional, como possibilidade de levar até às unidades escolares estaduais de Chapecó-SC, uma proposta teórica por ocasião da elaboração/reelaboração dos seus PPPs. Pretendemos assim, trazer apontamentos/sugestões de características fundamentais para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que vise a Educação Inclusiva, contemplando elementos que percebemos indispensáveis para essa construção sob a perspectiva que contempla a diversidade e a pluralidade presente em cada contexto escolar. Trazemos marcos legais, políticas públicas, assim como indicações de textos, filmes, documentários e literatura que possam auxiliar na elaboração de um PPP com abordagem inclusiva. Percebemos ser possível, de acordo com cada realidade, uma proposição de forma colaborativa, com ações que possam trazer para o PPP e para

as práticas pedagógicas a educação inclusiva, com foco na formação de professores desta rede de ensino.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DO ESTUDO

Para a nossa caminhada nessa etapa de formação docente optamos pela abordagem qualitativa, com apporte da pesquisa bibliográfica e análise documental. Configura-se uma busca direcionada para a formação de professores, no contexto da educação básica, da rede estadual de ensino no município de Chapecó SC, ou seja, a nossa trajetória metodológica consistiu em analisar no documento que orienta a prática pedagógica nos espaços escolares, o PPP, a presença de diretrizes que orientem para educação inclusiva no espaço escolar. Assim como definimos nosso recorte temporal, também elencamos as obras, autores que trazem a educação inclusiva em seus estudos. Além das obras, nos detivemos em analisar a PCSC e os PCNs, quanto à abordagem para a diversidade.

Ao definir metodologicamente a trajetória de uma pesquisa, nos parece ser importante estudar, conhecer e analisar a relevância da pesquisa proposta. Assim,

[...] qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto". Ainda que muitas pesquisas científicas se utilizam exclusivamente da pesquisa bibliográfica, [...] procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Uma pesquisa qualitativa, tem uma construção e uma constituição histórica.

Os levantamentos sociais têm uma importância particular para a compreensão da história da investigação qualitativa em educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular a meio caminho entre a narrativa e o estudo científico (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 23).

De acordo com Bogdan e Biklen, autores, a pesquisa qualitativa possui cinco características que precisam ser observadas, (1) na investigação a fonte de dados é o ambiente natural e o investigador o instrumento principal, (2) a investigação é descritiva e o recolhimento dos dados é feito por citações para ilustrar e subsidiar a apresentação, (3) os investigadores se interessam mais pelo processo que pelos possíveis resultados/produtos, (4) os investigadores tendem a analisar os dados de forma indutiva não se prendendo a dados/provas e sim agrupando por particularidades dos itens recolhidos e por último (5) a importância da pesquisa virá na abordagem dos dados onde os investigadores estão interessados na maneira como diferentes pessoas interagem/se posicionam perante cada situação. Assim,

segundo o autor, os investigadores qualitativos em educação buscam continuamente a buscar informações/questionar os sujeitos da investigação para assim traçar estratégias de intervenção e condução de todo o processo investigativo (1994).

Muitos autores destacam possibilidades ao se realizar uma pesquisa qualitativa, tendo em vista a ética proporcionada por ela, a liberdade de expressão e interpretação dos participantes envolvidos, seja ela com envolvimento direto ou indireto. Agindo assim uma boa análise é proporcionada e podemos sistematizá-la. Segundo Caliari (2020, p 52), “Há que se destacar o fato de que esse tipo de pesquisa proporciona liberdade aos participantes”, e ainda, é possível se embasar em Bogdan e Biklen para afirmar:

[...] que a pesquisa qualitativa visa a analisar o fenômeno como um todo, analisando-se tudo, desde a recolha até a análise de dados, que permitam realizar diversas descrições acerca da forma de agir e realizar algumas observações sobre o modo de pensar dos participantes (1994, p 23).

Com isso, optamos pela pesquisa qualitativa, com apporte da revisão de literatura e análise documental, tendo como lócus para a pesquisa, as escolas públicas de Chapecó-SC, da rede estadual. A revisão de literatura tem como recorte temporal o último biênio, quando buscamos teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) de todo o ano de 2020 e publicações do primeiro semestre de 2021. Esse recorte se justifica no fato de querermos trazer as pesquisas mais recentes e como encontramos um quantitativo relativamente bom para uma pesquisa de mestrado, definimos então, o recorte temporal.

Com a análise documental trabalhamos com os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), inicialmente localizadas, solicitadas e enviadas 29 das trinta e uma (31) escolas estaduais, que estão localizadas no município de Chapecó SC, nesta etapa o estudo será por amostragem onde definimos por análise de 5 unidades, sendo uma de cada região (Norte, Sul, Leste e Oeste) e uma da região central do município, de Chapecó SC, em função de que;

o tamanho ótimo de uma amostra está diretamente relacionado com o tipo de problema a investigar, havendo no entanto um conjunto de critérios ou rules of thumb que podem ajudar o investigador a determinar a dimensão “ideal” em particular quando se trata de investigação experimental e quase experimental de sua amostra (COUTINHO, 2018, p. 98 apud MENDES e CHARLES et al., 1998).

Assim se fundamenta a proposta de amostragem para estudo do grupo acima descrito haja visto que atendemos uma amostragem satisfatória no contexto apresentado. Buscando informações sob a perspectiva da educação inclusiva, se está sendo abordada, com esta sendo feita essa abordagem, focando no percurso formativo e na formação continuada dos professores que estão inseridos nesses contextos escolares. A análise documental

[...] é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneo (JUNIOR et al., 2021, p. 42).

Ou seja, se caracteriza pela busca de informações em documentos, sejam estes históricos, institucionais, associativos, oficiais, dentre outros. Esse tipo de pesquisa é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas por outras técnicas. Embora se assemelhe a pesquisa bibliográfica, são fontes diferentes, “[...] a análise documental é um ‘método de recolha e verificação de dados’ que permite aceder a fontes pertinentes, fazendo por isso, ‘parte integrante da heurística da investigação’ (Morgado, 2016, p. 86). Ainda, ressalta que a análise documental pode ser utilizada em duas diferentes perspectivas:

- com o objetivo de complementar, fundamentar e/ou enriquecer informações obtidas com outras técnicas de recolha; neste caso, a análise documental permite recolher informações úteis acerca do objeto de estudo;
- como técnica particular, ou mesmo exclusiva, de recolha de dados empíricos para um projeto de investigação; neste caso, os documentos são, em si mesmo, o alvo do estudo (Morgado, 2016, p.87). E complementa, “a verificação e a crítica das fontes [...] constituem um procedimento absolutamente essencial”, contribuindo com a verificação da “autenticidade e credibilidade dos documentos” (MORGADO, 2016, p.87).

Ainda, é possível definir a pesquisa bibliográfica como sendo a produção de obras que venham ao encontro da temática enquanto a documental se destaca por tratar as informações de forma analítica, possibilitando a inserção de informações provenientes de fontes primárias, seu tratamento traz a intencionalidade, se perceber a presença de fontes secundárias, que segundo Almeida e Guindani:

[...] a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam

tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (ALMEIDA e GUINDANI, 2009, apud JUNIOR et al., 2012, p. 43).

Assim também chama a atenção para aspectos relevantes à uma pesquisa científica (p. 44), considerando “a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise”, assim é necessário que o investigado tenha sempre presente seus objetivos, foco, direcionamento e clareza na busca pelo pelos aspectos que irão direcionar o produto final.

E, segundo Ludke:

A orientação da formação do pesquisador em educação não é tarefa fácil de divisar e ela é importante para que não se corra o risco de desenvolver, no futuro, um trabalho que não apresente o embasamento de uma discussão teórica sólida, indispensável a qualquer trabalho de pesquisa (LUDKE, 2012, p. 346).

Levando isso em consideração, optou-se pelo procedimento amostral de Cluster, que consiste em uma técnica de amostragem onde as unidades da população são selecionadas aleatoriamente de grupos já existentes, denominados 'agrupamentos'. A amostra é formada por todos os indivíduos retirados de um conjunto, selecionado aleatoriamente sendo que, as categorias são grupos já existentes em amostragem definidas com objetivo de melhorar a rentabilidade e a eficiência operacional, segundo Coutinho (2018, p. 94-95). Logo, se justifica a utilização, pois saímos do macro que são todas as escolas estaduais do município de Chapecó com a solicitação/disponibilidade para análise de seus Projetos Políticos Pedagógicos do ano de 2021, separamos em 5 (cinco) grupos medianos por características semelhantes, ou seja, pertencentes à mesma região geográfica do município e, desta forma, se partiu para a escolha da escola aleatória dentro do agrupamento/aglomerado, sob análise documental, divididos por categorias.

As **categorias** elencadas para análise dentro de cada PPP são: **Percurso Formativo, Currículo, Educação para as relações étnico-raciais-imigrantes e de Gênero-sexualidade**, com amparo em literaturas focando principalmente na Proposta Curricular de SC e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Para a revisão de literatura, optamos pela narrativa que é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual e conste, basicamente, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004). A nossa opção pela revisão narrativa justifica-se pela possibilidade de aquisição e atualização de conhecimento

sobre um determinado tema em curto período de tempo. A revisão de literatura será realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as publicações do biênio 2020/2021, sendo o ano 2020 na íntegra e apenas o primeiro semestre de 2021. Nessa etapa da pesquisa, utilizamos os descritores: Educação inclusiva e formação de professores e PPP e Diversidades; Educação inclusiva e formação de professores; Educação inclusiva e PPP e Educação inclusiva e Diversidades. A partir da coleta do material, no primeiro momento, organizamos uma tabela considerando: título, instituição, ano, autor no formato citação, identificação se tese ou dissertação, resumo e link para acesso do texto na íntegra. Em seguida, conforme cronograma, realizamos apontamentos de toda a revisão bibliográfica encontrada, com informações que nos permitiram a análise das teses e dissertações encontradas no período mencionado.

Com a busca bibliográfica e documental deste estudo, buscamos cumprir, de uma forma geral, com os objetivos propostos: verificar analisar nas diretrizes políticas pedagógicas estaduais, das instituições públicas de ensino, da rede estadual, da educação básica do município de Chapecó - SC se abordam a Educação Inclusiva e, quando abordam, como é esta abordagem, diante do reconhecimento que a escola deve ser inclusiva na sua integralidade, mediante a formação docente. Ainda, dentro dos objetivos propostos, buscamos responder de forma satisfatória como a Educação Inclusiva é compreendida, considerada e utilizada nas diretrizes políticas pedagógicas e planejamentos das instituições públicas de ensino, da rede estadual de ensino, da educação básica do município de Chapecó, mesorregião do Oeste Catarinense. Metodologicamente a proposta se trata de: realizar revisão de literatura, buscando em teses e dissertações publicadas no último biênio, subsídios para uma educação inclusiva no âmbito escolar; analisar junto a Proposta Curricular do Estado de SC em relação à educação inclusiva plural e diversa; verificar como aparece a educação inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas públicas estadual no município de Chapecó/SC, em relação à Proposta Pedagógica do Estado; propor um produto educacional que atenda a proposta de uma escola inclusiva, junto às escolas estaduais do município de Chapecó.

A solicitação dos PPPs junto a Coordenadoria e a coleta nas 31 escolas estaduais de Chapecó - SC, foi solicitada para fins de estudo, análise e realizar descrição (análise documental) das informações encontradas referentes à Educação

Inclusiva e a formação de docentes/percurso formativo. Ao ter coleta, estudo, análise de forma satisfatória, o objetivo passou a ser a realização de proposição do produto final que contemple as necessidades/demandas, no que tange a reorganização e reformulação dos PPPs e a formação continuada/percurso formativo docente, com viés para uma escola inclusiva na sua integralidade.

Para este trabalho de pesquisa não houve a necessidade da apreciação do Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil - Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por ser uma pesquisa que não envolve contato direto com a população escolar. Toda pesquisa assume, em linhas gerais, que a ética que perpassa por protocolos e etapas para que a ação possa ser considerada com o máximo de imparcialidade. O comprometimento com as estratégias de pesquisa obedeceu aos preceitos éticos e legais necessários para garantir apontamentos de resultados para que a produção do produto final pudesse atender de forma satisfatória uma realidade posta na educação básica referente a projeção da educação inclusiva nos ambientes escolares na rede estadual no município de Chapecó/SC.

1.1 PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a Proposta Curricular foi elaborada inicialmente no final da década de 80. Esse marco é reconhecido por Eduardo Deschamps, como sendo “[...]um dos Estados pioneiros no Brasil na definição de diretrizes curriculares para nortear o planejamento dos currículos de suas redes de escolas estaduais e municipais” (Santa Catarina, 2014, p.3).

Como os desafios do contexto educacional e do contexto contemporâneo, junto às mudanças históricas vividas, houve a necessidade da reestruturação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Na atualização se evidenciou que, as contribuições da sociologia demonstravam que o caminho para a mudança do modelo tecnicista hegemônico no campo da educação através de uma abordagem histórico-cultural apresentava-se, assim, como possibilidade de compreensão e consequente transformação dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, sendo o currículo um dos principais meios para condução do processo de ensino aprendizagem. Essa reorganização se orientou em três eixos:

1)perspectiva de formação integral, referenciada numa concepção multidimensional de sujeito; 2) concepção de percurso formativo visando superar o etapismo escolar e a razão fragmentária que ainda predomina na organização curricular e 3) atenção à concepção de diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação (SANTA CATARINA, 2014, p. 20).

Na Proposta Curricular de SC de 2014, se percebe um conjunto de movimentos para a articulação entre as áreas do conhecimento. De acordo com o documento é fundamental uma educação integral na perspectiva histórico-cultural, buscando uma formação que trate “a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica”. Uma formação com estes requisitos pode desenvolver o sujeito na integralidade, respeitando a cultura, reconhecendo a diversidade e a pluralidade de conhecimento produzido historicamente, assim possibilitando o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento produzido. O documento está estruturado em duas seções:

[...] a primeira é dedicada a apresentar o resultado das discussões sobre “Educação Básica e Formação Integral” e inclui o debate em torno dos conceitos de *percurso formativo e diversidade*. Na segunda parte destacam-se as contribuições das áreas do conhecimento para a educação básica e a formação integral (SANTA CATARINA, 2014, p.21).

Ao conhecer os pressupostos elencados na Proposta Curricular de SC ficou evidenciada a sua importância para a educação inclusiva. Os seus embasamentos, possibilidades e necessidade de mudanças em nível metodológico, nas áreas de conhecimento, na formação integral, no conhecer e reconhecer a diversidade. Assim como, nos processos de inclusão, nos temas a serem debatidos e estudados, na garantia da legislação que está vigente no contexto escolar, social e cultural que se está inserida demonstram que todas as áreas do conhecimento, todas as ações desenvolvidas, o contexto inserido, são fundamentais para a formação integral do estudante.

1.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O conhecimento das legislações, orientações e declarações que tratam dos direitos de todos e de cada um é fundamental na educação, pois são esses documentos que embasam e dão legitimidade aos Projetos Político-Pedagógicos

das escolas. Na Proposta Curricular de Santa Catarina, fica evidente que o PPP das escolas constitui, espaço, movimento e formação integral dos estudantes. Esses projetos precisam ser construídos coletivamente e estar em constante movimento durante cada ano letivo, fortemente embasado no contexto local a que a instituição escolar está inserida.

Nesse sentido, é preciso que os envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, ao refletirem sobre a organização curricular que desejam, delineiam não só os conceitos a serem contemplados nas atividades de ensino e educação, como também as estratégias para sua apropriação e as que viabilizam o direito à igualdade de condições de acesso ao conhecimento e permanência para todos os sujeitos na escola, incluindo-se os adultos e idosos e priorizando os de zero a 17 anos (SANTA CATARINA, 2014, p.31).

O PPP sendo um documento norteador de todas as ações e proposição de cada unidade escolar é evidente que precisa ser construído coletivamente, amparado na legislação vigente, em constante movimento (construção e reconstrução durante todo ano letivo) e com um olhar direcionado às necessidades locais, reconhecendo o aluno como protagonista do processo e respeitando sua individualidade. É fundamental garantir no espaço escolar, segundo a proposta curricular do estado (Santa Catarina, 2014, p. 48) “[...] a compreensão, por parte do sujeito, da importância de ter assegurado o seu percurso formativo na integralidade”. Sendo assim, fica evidenciado a importância desses documentos destacados para estudo e para elaboração de um projeto pedagógico intencional que contemple os anseios debatidos e estudados nas temáticas abordadas neste tópico.

A instituição escolar, precisa de garantias contempladas no Projeto Político Pedagógico, na concepção de onde é seu lugar junto ao social e econômico, fundamentando suas práticas na formação integral do sujeito. E é claro, não refutando as tentativas do Estado, com uma concepção neoliberal, de retirar sua autonomia e de fazer parecer que as diversidades não fazem parte da história. Assim, ao serem vistas/notadas, há motivo para a permanência da luta pelas garantias asseguradas na legislação e na proposição que todos são protagonistas. A escola precisa ser conciliada e reconhecida com um espaço que trata os indivíduos alicerçada na pluralidade de ações, pois a sua constituição é na integralidade do sujeito.

Com essa metodologia almejamos, pesquisar referenciais, fazendo apontamentos, com recorte temporal que propomos e nos alicerçar nos documentos

que delimitamos, para assim com nossos parceiros teóricos e com as construções históricas dar subsídio ao produto final proposto. Fica evidente que derivamos de um processo histórico e assim a fundamentação teórica tem a finalidade de trazer um pouco da trajetória percorrida historicamente. Esse caminho descrito deixa claro a diversidade a qual estamos inseridos, assim como o contexto social/histórico/cultural em nossas escolas estão contidas. Muitos autores, documentos, relatos e fatos trazem a importância das relações no espaço escolar, assim como ações como, formação de professores, lutas de classe, conquistas históricas, aquisição de direitos, práticas pedagógicas, entre outros fatores que colaboraram para nosso projeto.

1.3 CONTEXTO DA ANÁLISE: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ SC

A pesquisa foi projetada para ser aplicada em escolas de educação básica estaduais do município de Chapecó SC. O município, fundado em 25 de Agosto de 1917, na microrregião do Oeste Catarinense, reflete um resultado do trabalho dos imigrantes que colonizaram este chão e planejaram sua estrutura. Com sede localizada no Passo Carneiro, conhecida como Passo dos Índios que, por decreto do governo federal General Ptolomeu Assis Brasil, em 9 de abril de 1931, passou a denominar-se Chapecó, segundo Giacomini (p. 13-14, 2017).

O município de Chapecó está localizado no Oeste de Santa Catarina, Brasil, e limita-se ao Norte com os municípios de Coronel Freitas e de Cordilheira Alta; ao Sul com o estado do Rio Grande do Sul, ao Leste com Itá, Seara, Xaxim e Arvoredo; e, ao Oeste com Nova Itaberaba, Guatambu e Planalto Alegre.

Figura 01: Localização do município de Chapecó no mapa de Santa Catarina, conforme indicação limítrofes indicadas.



Fonte: Chapecó, 2018.

Chapecó é considerada a capital do Oeste Catarinense, polo de uma região com mais de 200 municípios e com mais de um milhão de habitantes, onde se encontram as sedes das principais empresas processadoras e exportadoras de suínos, aves e derivados do Brasil. A cidade tem reconhecimento internacional por ser grande exportadora de produtos alimentícios industrializados de natureza animal, ocupando lugar de destaque na economia catarinense.

É considerada a capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias. Chapecó também conta com polos educacionais, com diversas instituições de Educação Superior, sendo: particulares, comunitárias, públicas estaduais e federais. Segundo o último dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Chapecó registra uma população de 183.530 habitantes, com projeção para o ano de 2021 de 227.587 habitantes, estando entre as 10 maiores cidades do Estado de Santa Catarina. E com uma área territorial de 624 846 km². E conforme a Lei 12.796/2013, a educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos, atendida pela Rede Municipal, Estadual e Particular.

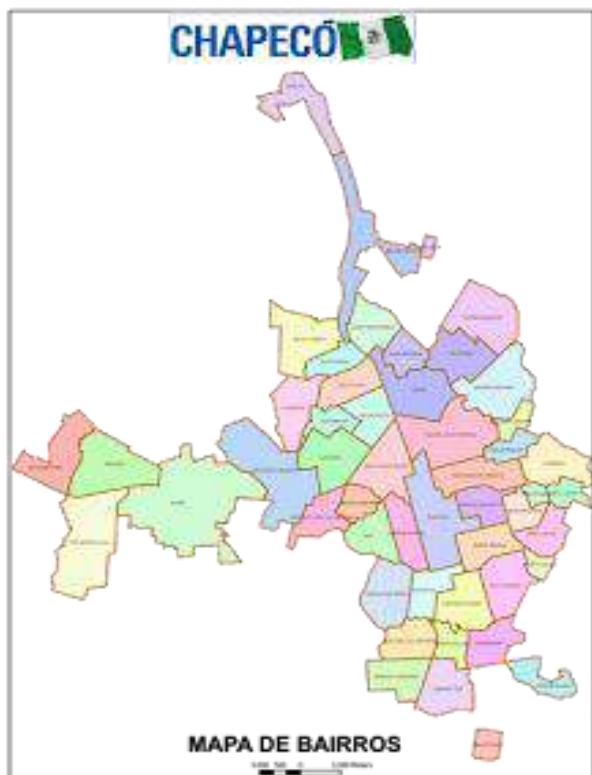
Figura 02: Projeção do município de Chapecó, na perspectiva como pertencente ao Brasil e ao estado de Santa Catarina.



Fonte: Chapecó, 2019.

O município de Chapecó ficou mundialmente conhecido, com acidente aéreo envolvendo a Associação Chapecoense de Futebol. Também, além da visibilidade pela produção agropecuária, tem um polo universitário, atraindo estudantes de todo o Brasil: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Conta ainda com outras universidades e instituições de ensino, públicas e privadas, de destaque, espalhadas pelo município: UDESC, UNOCHAPECÓ, UNOESC, IFSC, UCEFF entre outras de menor expressão. Sua composição geográfica é definida pelo distrito Sede e pelos distritos de Alto da Serra, Marechal Bormann, Goio-êñ e Figueira. Sendo que o distrito Sede (cidade) de Chapecó possui atualmente 50 bairros espalhados pelas zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Central de acordo com o Plano Diretor de 2014.

Figura 03: O mapa da cidade de Chapecó, trazendo o nome dos bairros.



Fonte: Chapecó, 2018.

Segundo o censo escolar de 2020, o município de Chapecó na educação básica estava com 13 969 matrículas no Ensino Infantil, 27 665 matrículas no Ensino Fundamental e 7 874 matrículas no Ensino Médio. Aqui há uma caracterização simples de Chapecó, que demonstra a importância em realizar a pesquisa para contribuir com uma parcela significativa da população, que compõem as instituições de ensino da educação básica do nosso município.

Após a pesquisa estar fundamentada, delineada metodologicamente foi importante a busca por embasamento referente aos documentos norteadores. Assim apresentamos uma prévia da Proposta curricular de Santa Catarina, do Projeto Político Pedagógico e da caracterização do município de Chapecó. Na perspectiva de uma educação inclusiva destacamos a elaboração de uma fundamentação teórica, de uma revisão de literatura no recorte temporal que já destacamos, trazendo no próximo capítulo obras/autores que respaldaram a nossa busca.

CAPÍTULO II CONCEITOS, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo realizamos uma busca pelos conceitos fundamentais que denotam uma educação inclusiva, junto a leituras de obras onde o tratamento e interpretação contemplam a diversidade, pois somente assim é possível compreender e identificar características de uma educação para a diversidade. Para a realização da análise de documentos, consideramos importante conhecer esses materiais para que a busca fosse a mais assertiva possível, considerando a proposta inicial, evidenciando a importância de buscar algumas possibilidades para possíveis respostas aos questionamentos iniciais diante dos temas abordados.

2.1 CONCEITOS QUE EMERGIRAM DA PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA/E DA PESQUISA

Ao organizar uma síntese, referente à temática da investigação, considerando que informações relevantes e conceitos contribuem, não só para o pesquisador, mas também com o leitor, foi realizada uma busca sistemática para definir/conceituar temáticas que alicerçam/fundamentam fortemente a pesquisa. Os itens pensados para tal proposta são, alguns conceitos, um breve apanhado teórico, ou seja, um embasamento para a pesquisa apoiado em alguns autores especialistas. Também se busca explicitar o que é e qual situação atual no que se refere aos conceitos de: **Educação Inclusiva; Projeto Político Pedagógico; Proposta Curricular de Santa Catarina; Diversidades; Formação de Professores; e, Políticas Públicas**, uma vez que a inclusão escolar vai além dos pressupostos didáticos e metodológicos. Dessa forma, e, em sintonia com tais pressupostos, a organização do espaço escolar deve primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade e a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço, ações que convergem à segurança de garantia do direito à educação.

2.1.1 Educação Inclusiva

Ao nos reportarmos à educação inclusiva, podemos afirmar que historicamente a sociedade está inserida em um contexto, com traços marcados pelo processo de exclusão, uma vez que se busca uma sociedade homogênea, com padrões pré-definidos, negando a existência de uma diversidade que se apresenta continuamente. A educação traz consigo um fator relevante quando traz características que, classificam e tentam padronizar, o que contradiz a construção de uma sociedade democrática. Se a sociedade é produzida de forma coletiva com fundamentos no indivíduo, então as instituições educacionais necessitam abandonar práticas de concepções primitivas, onde os seres que a compõem precisam se fundamentar nas políticas sociais, com fomento nas instituições implementando organizações inclusivas com garantias de respeito às diversidades e pluralidades apresentadas em cada contexto. Pacheco (2016), ao falar sobre Educação Inclusiva, faz refletir que a escola como instituição social, deve combater a discriminação e a produção da desigualdade. O processo de inclusão não pode desconsiderar as variantes educacionais, metodologias, formação dos professores, estrutura física, currículo e outros. O autor ainda observa que um dos grandes desafios é:

[...]organizar o processo de desenvolvimento do currículo que seja democrático e inclusivo, sabendo-se, no entanto, que toda e qualquer forma escolar contém em si um potencial de discriminação, mas ainda se a escola usar a linguagem da instrução em detrimento da linguagem da educação (PACHECO, 2016. p.117).

A escola carrega o compromisso e a capacidade de educar todos os sujeitos, nela inserida, com base no projeto político pedagógico, nas políticas públicas e no entorno a qual estão inseridas, com respeito às diversidades. Com a segurança das pessoas com deficiência incluídas em classes regulares de ensino, a partir dos anos 90, a escola trouxe um olhar mais inclusivo a todas as diversidades que compõem o contexto das instituições de ensino. Na perspectiva da educação inclusiva, a busca por desenvolvimento de potencialidades se acentua e consequentemente alguns padrões historicamente fundamentados perdem espaços dentro do contexto educacional. Assim, a organização escolar requer do sujeito/estudante o conhecimento e a capacidade de assumir-se como sujeito de sua própria formação, de modo permanente. Sendo que uma forma de inclusão é a:

Pedagogia da Alternância que se relaciona mais diretamente com as experiências desenvolvidas na Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Indígena, Casa Familiar rural, entre outras. É organizada em 'momentos' pedagógicos que interagem, os chamados de "Tempo Escola" e

“Tempo Comunidade”, envolvendo cada sujeito num processo educativo uno, articulando a experiência propriamente dita à experiência de trabalho e vida no seio da comunidade da qual o sujeito é originário. Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis, uma vez que busca trabalhar as vivências articuladas aos conhecimentos sistematizados (SANTA CATARINA, 2014, p.45)

A inclusão também depende da disponibilidade dos professores para o desenvolvimento de ações integrativas, de planejamento constante para organização e reorganização dos conhecimentos. Assim os profissionais envolvidos também assumem novos papéis, pois não tem como separar condutas diferenciadas para os novos ambientes que se constroem estruturalmente e com práticas associadas às novas realidades apresentadas. Na educação inclusiva, a aprendizagem ocorre quando o ambiente escolar e as atividades de intervenção do educador liberam, emancipam, dando-lhe espaço para pensar, decidir e realizar suas tarefas segundo seus interesses e possibilidades, valorizando as diferenças.

A busca pelo fortalecimento das relações, dos processos de organização social e consequentemente da implantação da educação inclusiva traz ao Estado a incumbência de garantir a implementação das políticas educacionais nas escolas públicas. A responsabilização das escolas em manter todos os estudantes num espaço inclusivo, traz aos movimentos sociais a convicção que a luta precisa ser constantemente fundamentada na política e com o compromisso da reorganização das sociedades capitalistas. O capitalismo edifica a educação como “mercado” e não como serviço essencial, como política pública com perspectiva na formação do sujeito, onde o estudante precisa ser o protagonista. Para praticar a inclusão de fato, é preciso observar as individualidades, ter as ações focadas no coletivo, bem como na qualidade. Sendo que as políticas públicas, os profissionais envolvidos, os movimentos sociais e tudo o que compõe o espaço escolar inclusivo necessita ser considerado como prioridade efetiva pelo Estado.

A educação inclusiva necessita ser baseada em um currículo para a diversidade, buscando promover uma sociedade democrática, justa e igualitária. E segundo Freire (2005, p. 123), “[...] a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola”. Deve partir do princípio de que são as atitudes das pessoas que devem mudar, são os espaços que devem se tornar inclusivos, são as formas de comunicação e informação que devem ser plurais e diversificadas para todos/as e das escolas.

A escola deve ser um espaço em que as diferenças no sentido de discriminação sejam minimizadas e a inclusão aconteça naturalmente, sendo possível uma visão ampla de educação com uma noção de currículo que permita diferenciar Inclusão/exclusão/integração.

2.1.2 Diversidades

Se considerarmos que a escola é o local que deveria agregar a diversidade, podemos questionar por que a escola não é o local que promove a igualdade apesar da diversidade. Rios (2011), afirma que a justiça é igualdade na diferença. Somos diferentes, homens e mulheres, brancos e negros, adultos e crianças. E a Proposta Curricular de SC, deixa explícito que,

o direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos de crianças, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, que, para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos (SANTA CATARINA, 2014, p. 55).

Somos iguais em direitos, iguais no direito de ter direitos, de criar direitos. Somos, portanto, diferentes e iguais. O contrário de igual não é diferente. É desigual, e tem uma conotação social e política. A afirmação da identidade se dá na "possibilidade da existência da diferença e na luta pela superação da desigualdade" (RIOS, 2011, p. 238-239). Assim como,

a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Uma construção que ultrapassa as características biológicas observáveis a olho nu. Neste sentido, as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação dos seres humanos ao meio social e no contexto das relações de poder (GOMES, 2007, p. 17).

E segundo a proposta curricular de Santa Catarina, a diversidade é constituída por cada indivíduo e "[...] ao longo das últimas duas décadas, no Brasil, políticas públicas em educação vêm sendo firmadas com o intuito de reduzir as desigualdades no percurso educacional entre todos os segmentos (p. 53)" e nela está firmado um compromisso com a necessidade buscar uma educação básica, onde a diversidade seja reconhecida como um elemento fundamental do princípio formativo, do currículo escolar e de todas as ações desenvolvidas no contexto escolar.

A diversidade, entendida como enriquecimento, possibilidade, processo de construção, é própria dos seres humanos. É o tema que se impõe para que possamos construir uma escola pautada no direito à educação e no direito à diferença e na formação integral do sujeito como movimentos que impulsionam a superação de perspectivas monoculturais, etnocêntricas e hegemônicas que determinam os modos de fazer educação escolar (SANTA CATARINA, 2014, p. 56).

Conforme Ferreira, (2007) as metodologias de ensino e os currículos devem reconhecer e respeitar as diversidades, para que todos os/as estudantes possam conviver com os colegas e participar das atividades de sala de aula em condições de igualdade. Deste modo, é fundamental ações/componentes curriculares que aproximem os estudantes para constituição de uma sociedade inclusiva. Assim como o ideal de sociedade que avança na cultura política, social e também pedagógica é uma sociedade regida pelo imperativo ético da garantia dos direitos humanos para todos. Diante do ideal de construir essa sociedade, a escola, o currículo e a docência são obrigados a se indagar e tentar superar toda prática e toda cultura seletiva, excludente, segregadora e classificatória na organização do conhecimento, dos tempos e espaços, dos agrupamentos dos educandos e também na organização do convívio e do trabalho dos educadores e dos educandos.

É preciso superar processos de avaliação sentenciadora que impossibilitam que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam respeitados em seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano (BRASIL, 2007, p. 13-14).

É preciso pensar nas possibilidades e dificuldades em adotar metodologias que entendam que a diversidade é o caminho para se dar destaque aos sujeitos e às suas vivências, analisando processos históricos e dando voz àqueles que se tornaram invisíveis por muito tempo. Para Gomes e Silva (2002, p. 27), reconhecer a diversidade cultural é assumir uma nova relação com os processos de construção do conhecimento, dos valores e das identidades, assumindo uma nova postura profissional. São desenvolvidas por sujeitos, sejam alunos, sejam professores, mas não podem ser entendidas como ações individualizadas.

A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação, como também à aspiração da vida em democracia e à necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais que são múltiplas e de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos e a respeitá-los (SANTA CATARINA, 2014, p. 54).

Segundo nosso documento norteador, a Proposta curricular de Santa Catarina, é possível afirmar que todos/as são sujeitos da diversidade, com uma atenção especial nesse momento, aos grupos que historicamente sofreram preconceito e discriminação, tanto no percurso formativo quanto no acesso e permanência ao sistema de ensino básico.

2.1.3 Políticas Públicas

As relações entre pessoas pertencentes a grupos menos favorecidos, como as pessoas em estado de vulnerabilidade social, pessoas com necessidades educacionais especiais, ou seja, todos que compõem a diversidade de cada contexto, reforçam a necessidade de políticas públicas efetivas, que atendam às suas especificidades. Diante deste contexto, temos observado que as ações de inclusão na escola, na educação e no Estado, se intensificam a partir da inserção de políticas públicas educacionais, que trazem os sujeitos com necessidades especiais e/ou os deficientes, historicamente constituídos e segregados, a um lugar com visibilidade social, porém ainda com fortes marcas de uma sociedade excludente, onde as ações, muitas vezes parecem sem eficácia, evidenciando a injustiça social.

A educação, a política educacional pública, o conhecimento e a escola são os principais vetores para minimizar a exclusão, a clandestinidade, a falta de acesso e permanência a uma educação com qualidade a todos. O meio social econômico e cultural latino não dá muitos recursos/incentivos para promover a inclusão na sua integralidade na educação pública, mas desde os anos 90, ora com mais eficiência e apoio governamental, ora com menos, o respeito às diversidades, a busca por direitos de todos os segmentos é lenta, mas gradativa.

Na prática das leis que regem o sistema educacional, as instituições públicas são ambientes ricos em diversidade nas esferas: culturais, geracionais, sociais, étnica, econômica e inclusiva, mas, para ter uma qualidade de ensino devem trabalhar respeitando essa diversidade dando-lhes oportunidades e equidade no ensino. É importante tratar cada contexto, pois eles existem e vêm carregados de intencionalidade, por isso vale ressaltar a carta para o terceiro milênio que traz na p.1 a afirmativa de que “O progresso científico e social no século 20 aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável de cada vida. Contudo, a ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda dominam grande parte das respostas da

sociedade à deficiência." Esses fatores estão muito presentes no cotidiano escolar no qual a escola pública está inserida ao longo da história e inclusive na atualidade.

Os sujeitos não necessitam só serem ouvidos ou serem colocados em espaços sociais, como por exemplo a escola, para caracterizar a inclusão, eles devem estar inseridos/incluídos com qualidade de acesso e condições de permanência em todos os setores que compõem a sociedade, incluindo a escola.

Ressaltamos, no entanto que o preparo e a disponibilidade de adequações/adaptações, devam configurar um cenário mais propenso a realmente efetivar a inclusão destes seres humanos, que historicamente vivenciaram um sistema segregador e excludente, onde o acesso a informações proporcionadas pela globalização mundial, os aproximou ao mesmo tempo que os distanciou, incluiu ao mesmo tempo que as excluiu. Portanto, embora tenhamos tido mudanças significativas, consideramos que há ainda, muitas razões para a permanência da vigilância e das lutas, para garantir o que em tese já está assegurado na legislação em prol da inclusão para todos e todas. A escola como espaço social importante na contribuição da consolidação dessa premissa, necessita ser reconhecida como o lugar que trata as diferenças e pluralidades com uma multiplicidade de ações, pois a sua constituição se dá na integralidade dos sujeitos que fazem parte deste espaço. Para Ross (2002, p. 223), este é momento de os movimentos sociais juntamente com a Escola assumirem o papel de protagonismo eficiente perante a sociedade:

É preciso que a escola recupere seu papel não apenas de agência determinada pelos interesses sociais, econômicos, políticos e culturais, mas de agente determinante, ou seja, capaz de contribuir para a formação de uma nova ética social e política. A escola, com compromisso da formação do cidadão, deve fazê-lo compreender que é preciso transformar a sociedade que está posta, ou seja, esta sociedade que nega ao homem sua condição de homem, privando-o de condições básicas para sua existência (ROSS, 2002, p. 223).

Avanços em relação à aceitação e inclusão dos indivíduos são verificados ao longo da história, principalmente a partir dos anos 90 graças às alterações e criações de legislações específicas, porém nas vivências ainda se tem presente a inclusão "camouflada". O fato de dar possibilidade, não garante o processo na sua integralidade se não houver garantias de qualidade quanto ao acesso e principalmente à permanência desses estudantes no espaço escolar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação. O documento defende a igualdade e a dignidade das

pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 registra especificamente em seu art. 3º IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É necessário considerar que no Brasil, há um forte domínio de imposição de uma única cultura. Até hoje se percebe as relações e representações sociais cotidianas, evidenciadas em atitudes de exclusão, racismo e preconceito. Na perspectiva de lutas e conquistas pelo reconhecimento da pluralidade social e cultural que formam nosso país, é relevante destacar conquistas no contexto educacional pela valorização da diversidade social, econômica e cultural que estão presentes no cotidiano social e, consequentemente, escolar. Também fica evidente a interferência nas políticas públicas educacionais, dos organismos internacionais que estão presentes, ora com grande ênfase ora com menores investimentos, deixando assim as interfaces fundamentadas.

Em sintonia com tais pressupostos, a organização do espaço escolar deve primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade e a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço, ou seja, ações que convergem à segurança de garantia do direito à educação.

A Declaração de Salamanca, 1994, traz um forte chamamento a vários organismos, nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, para trabalhar em prol de uma “Educação para Todos”, alicerçadas no princípio de “Liberdade” que incluam todos, “reconheçam as diferenças” e “promovam a aprendizagem” onde as escolas precisam atender a todos/as com qualidade e sem exclusão. Precisa haver crescimento nos sistemas de ensino para assim minimizar as lacunas existentes entre os países. Um sistema educacional inclusivo deve ir além do cunho empírico, precisa ter garantia que fatores externos não restrinjam a inclusão, assim a Declaração de Salamanca contribui, pois traz ao estudo e reflexão inúmeros países e organizações para debater o tema e propor ações individuais e coletivas.

A busca propositiva da educação visa a equidade, qualidade, oferta, acesso e permanência a todos, minimizando atos excludentes, discriminatórios ou mesmo classificatórios. Apresentamos aqui um recorte para argumentar de forma pontual, reflexiva e fundamental sobre como as políticas internacionais trazem ao meio

educacional alguns registros e reflexões significativas. A Declaração de Jomtien (Tailândia), por exemplo, traz inúmeros pontos relevantes que precisam de atenção em cada contexto dos quais podemos citar:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. [...] A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem também envolve ações de adequação dos ambientes familiar e comunitário à aprendizagem, e a correlação da educação básica a um contexto socioeconômico mais amplo. [...] Promover o compromisso com a educação básica, bem como informar o público sobre o tema, são passos importantes no sentido de criar um contexto político favorável, aos níveis nacional, regional e local. [...] O uso da tecnologia moderna também permite melhorar a gestão da educação básica. Cada país deverá reavaliar periodicamente sua capacidade tecnológica presente e potencial, em relação aos seus recursos e necessidades básicas educacionais. [...] O êxito das atividades de Educação para Todos dependerá fundamentalmente da capacidade de cada país conceber e executar programas que reflitam as condições nacionais (UNESCO, 1990, p 06-28).

As políticas públicas podem e devem ser diretrizes, constituem instrumentos pedagógicos de garantia aos processos, de inclusão e exclusão, principalmente para as pessoas pertencentes a contextos com maior índice de exclusão social e cultural na sociedade. Sendo assim, as conquistas da educação inclusiva precisam ser efetivadas na prática, em relação ao acesso, à permanência, à qualidade, à segurança de estar incluído integralmente. Mesmo com sinais marcando na atualidade uma tentativa de diminuir/calmar os movimentos sociais, ocorre historicamente a luta pela conquista e preservação de direitos adquiridos. Se fundamenta, assim, o reforço junto à população buscando coletivamente, acesso e permanência, ao conhecimento, às políticas públicas, à escola para todos com qualidade, respeito e individualidade, a proteção do Estado e principalmente a promoção da inclusão na sua integralidade.

2.1.4 Formação Docente

O docente é responsável pela forma como os instrumentos educacionais são interpretados e, dessa forma, tem um importante papel por meio de suas práticas pedagógicas que favoreçam a igualdade apesar da diversidade existente na escola,

[...] o trabalho pedagógico precisa se orientar por uma visão das crianças como seres sociais, indivíduos que vivem em sociedade, cidadãs e cidadãos. Isso exige que levemos em consideração suas diferentes características, não só em termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo. Reconhecer as crianças como seres sociais implica em não ignorar as diferenças (KRAMER, 1989, p. 19).

A escola precisa organizar o seu enfoque pedagógico em novas metodologias e estratégias curriculares para garantir um processo de ensino e aprendizagem que atendam às especificidades e diferenças apresentadas pelos educandos. Nessa discussão, Pletsch e Glat (2013, p. 23) citando Mendes (2010, p. 169) enfatizam que “entendemos que as práticas curriculares são implementadas e recontextualizadas nos determinantes escolares (espaço-tempo) envolvendo as práticas de seleção e distribuição dos conhecimentos escolares”. As práticas são desenvolvidas pelos sujeitos, que compõem o espaço escolar, sejam eles alunos ou professores, e advinda de ações individualizadas. Os autores afirmam que as mesmas são ações entrelaçadas com significado, que estão interligadas e são provenientes de uma trama que agregam significado e assim se caracterizam como ações compartilhadas. Na busca por um ensino de qualidade, cabe à escola assumir novas posturas e reestruturação das ações voltadas para um trabalho colaborativo que priorize a abrangência da heterogeneidade.

Na Proposta Curricular de SC encontramos a informação de que a formação docente é considerada dentro das

características dos sujeitos do conhecimento em suas diferentes idades e situações socioculturais. O respeito aos conhecimentos e ao desenvolvimento de cada sujeito e a forma como estes aprendem é um dos pontos nodais desse modo de organização (SANTA CATARINA, 2014, p. 45).

Ou seja, a formação docente deve estar sempre embasada nos tempos e espaços de aprendizagem, o que possibilita a flexibilidade e articulação, tanto em relação ao desenvolvimento etário quanto ao cognitivo. Ainda é possível afirmar que:

Essa forma de organização demanda mudança nas concepções de conhecimento e de aprendizagem, fundamentadas no conhecimento da realidade e na prática social dos sujeitos e das comunidades onde vivem. Ela favorece ainda a reflexão sobre os processos educativos dos sujeitos, dos professores e da comunidade (SANTA CATARINA, 2014, p. 45).

2.1.5 Currículo

O currículo é uma questão de identidade, por isso, é imprescindível pensar nas disciplinas, nos conteúdos que são mais apropriados contemplando a diversidade do espaço escolar. Como destaca, FARIA e CAVALCANTE (2013, p.

150 e 151), “O currículo produz marcas em quem passa por ele, o currículo forma, conforme, ensina formas de ser e de estar no mundo, produzindo diferentes sujeitos em diferentes épocas.” Para tal, ajustar o currículo é dar oportunidade para que o aluno possa adquirir, construir, valorizar, contribuir com ações que promovam a inclusão para a sociedade. Dessa forma, o currículo escolar precisa estruturar a educação a partir do princípio de igualdade na diferença, proporcionando oportunidades de aprendizagem para a superação das desigualdades. Nesse momento é quando

[...] a noção de “currículo integrado” se torna fundamental, uma vez que expressa a intencionalidade coletiva da ação pedagógica nos planos do ensino e da aprendizagem. Assim, um currículo mais orgânico, portanto mais integrado, cumpre um papel essencial quando os percursos formativos são pensados e desenvolvidos nessa perspectiva (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Um currículo para a diversidade pressupõe contemplar o respeito e valorizar o direito de todos à educação de qualidade. No Brasil, considerando a política de inclusão social e educacional do governo federal, cujo discurso afirma estar comprometido em assegurar os direitos à educação dos grupos vulneráveis que estão nas escolas em território brasileiro, a discussão referente à diversidade curricular deve ser levada em pauta na organização escolar todos os anos (BRASIL, 2013). Quando as ações pedagógicas são fundamentadas em olhar o aluno como um ser de direito, as atitudes escolares não serão seletivas e classificatórias, pois é importante conhecer/reconhecer e estudar, uma vez que o currículo escolar é um dos assuntos que busca formar o estudante protagonista do processo. Vale destacar que:

[...] a noção de “currículo integrado” se torna fundamental, uma vez que expressa a intencionalidade coletiva da ação pedagógica nos planos do ensino e da aprendizagem. Assim, um currículo mais orgânico, portanto mais integrado, cumpre um papel essencial quando os percursos formativos são pensados e desenvolvidos nessa perspectiva (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

A sociedade busca (principalmente nos ambientes escolares) selecionar, classificar e avaliar o conhecimento formal e esse processo reflete a desigualdade social existente no Brasil. Essa tradição seletiva impregnada na educação brasileira é intitulada por Pacheco (2016) de “mercadorização curricular”. Os pesquisadores trazem preocupações nesse sentido, focando suas discussões nas intencionalidades

políticas frente aos currículos escolares. Pacheco (2016) aborda as diferenças entre as práticas de educação e instrução, nessa perspectiva ele questiona: “Por que razão a escola é cada vez mais um lugar de instrução e cada vez menos um lugar de educação?” Em suas reflexões é perceptível o papel do Estado neoliberal que corrobora com currículos escolares centrados na lógica do mercado, que a produção da escola precisa ser focada no sujeito para assim atender a diversidade e promover inclusão efetiva no contexto escolar.

Perante tais fatos, Pacheco (2016, p.117) mostra-nos um grande desafio para a educação que é “organizar o processo de desenvolvimento do currículo que seja democrático e inclusivo”. Já Mendes e Silva (2014), apontam algumas ações relacionadas a esta problemática, elas defendem currículos escolares plurais para a diversidade, versáteis, que possibilitem formação crítica e cidadã, que atenda ao indivíduo, estimulando assim a criatividade, o pensamento crítico, o aprender/saber integral.

A Proposta Curricular de SC (2014, p. 42), ao se referir à organização curricular, perante o conceito de percurso formativo, podemos defini-la como “aquela que materializa o próprio currículo e que tem na sua constituição elementos que são essenciais e que estruturam a ação educacional”. Também, autores alertam sobre a necessidade de se rever os currículos para poder haver escolas mais inclusivas e a relevância de problematizar/repensar novas possibilidades curriculares escolares para que esses locais sejam cada vez mais lugares de educação, de conhecimento, de diversidade e não apenas espaço de instrução. Segundo Gomes (2007, p. 23) “[...] o currículo não se restringe apenas a ideias e abstrações, mas a experiências e práticas concretas, construídas por sujeitos concretos, imersos em relações de poder.” Assim surge a necessidade que o estudante seja protagonista do processo e que suas escolhas sejam respeitadas no processo de ensino aprendizagem.

2.2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE, PPP E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Brasil é um país historicamente constituído pela diversidade social, física, mental, de credo, de gênero, sexual, de raça, cor, etnias, dentre outras. Por isso, é necessário considerar no contexto de formação humana, a história, cultura e

herança deixada por todos os povos. Como enfatiza Candau (2011), a estruturação dos países latino-americanos objetivará a efetivação de uma única cultura “[...] em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou invisibilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades” (Ibid., p.242). Faz-se necessário considerar que no Brasil, apesar de termos passado por esse forte domínio de imposição de uma única cultura, até hoje se percebe as relações e representações sociais cotidianas, evidenciadas em atitudes de exclusão, racismo e preconceito. Na perspectiva de lutas e conquistas pelo reconhecimento da pluralidade cultural que formam nosso país, é relevante destacar conquistas no contexto educacional pela valorização da diversidade social, econômica e cultural que estão presentes no cotidiano social e consequentemente escolar.

Com isso, cabe ao PPP como diretriz das atividades escolares, trazer elementos que possibilitem aos estudantes conhecer patrimônios históricos, sociais e culturais deixados pelas diferentes etnias e culturas que fizeram parte da constituição do Brasil. Tornando a escola um espaço onde as pessoas aprendam a lidar com as diferenças, a valorizar e a respeitar a individualidade de cada um. E, de acordo com Fontenele e Cavalcante (2020, p. 03), as legislações vem ao longo da história, garantindo que o ensino brasileiro possa compreender e resgatar a história, a cultura e as questões políticas e econômicas do nosso país. E além de incentivar ao combate à discriminação (social, econômica, racial, étnica) e promover a inclusão na sua integralidade.

A inclusão escolar vai além do pressuposto didático metodológico, é a busca constante de trazer a todos os estudantes as mesmas possibilidades de acesso, de permanência e de qualidade, independente das diversidades, sejam elas sociais, físicas, mentais, credo, gênero, sexual, raça, cor, entre outras. É a busca permanente para que o educando tenha seus direitos e deveres garantidos de forma ampla. A esse respeito Bueno (2008, p. 55) faz a seguinte afirmação: “Não se conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, numa sociedade excludente”. Assim vale destacar que a Educação Inclusiva está pautada em Leis, Decretos, documentos e uma série de instruções e ações.

A materialização da escola inclusiva, enquanto universalização precária e pouco dispendiosa do ensino, revela, na essência, a primazia dos interesses de mercado. Ao mesmo tempo, pela sua aparência democrática e equalizadora das diferenças individuais, essa escola assume papel

estratégico como justificativa ideológica à manutenção do capitalismo e de suas “virtudes” (BEZERRA, 2016 p. 275).

Com isso surge a necessidade de aprofundar estudos e pesquisas para que tenhamos mais possibilidades de implementação junto aos docentes no percurso formativo, de material com qualidade e que se aproximem da realidade vivenciada. Sendo assim, corroboramos com Vilaronga:

Dante desse contexto, precisaria estar prevista nas políticas municipais, estaduais e federais de educação a capacitação de professores especializados em educação especial, que atuariam em consonância com os professores das salas regulares. Com cursos que na maioria das vezes não correspondem à realidade das escolas e se trocas efetivas com os professores especialistas em educação especial (quando fazer parte do corpo de profissionais da escola), os professores recebem todos os anos alunos com as mais distintas deficiências. O discurso de obrigatoriedade da matrícula e o enfraquecimento da prática pedagógica desse professor que não encontra espaços efetivos de troca e de formação faz com que a política real da inclusão se torne cada vez mais distante e mais utópica nas escolas públicas do país (VILARONGA, 2014, p. 141).

As constantes transformações da atualidade trazem novos desafios para o campo educacional, especialmente na atuação docente,

[...] quando a proposta é uma escola aberta à diversidade, uma escola para todos, há de se pensar igualmente nas mudanças de que essa escola necessita, as quais decorrem do contingente de alunos com as suas particularidades e as suas individualidades (BALEOTTI; DEL-MASSO, 2008, p.42).

A necessidade de mudança tem enfrentado dificuldade de ser aceita na instituição escolar, e os profissionais da educação precisam auxiliar e romper com esses paradigmas construídos historicamente, para buscar um ensino de qualidade e equidade.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação seja capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2008, p.17).

Cada vez mais, dissemina-se um discurso no qual a escola é espaço de inclusão e que exige dos profissionais da educação a constante formação e atualização. Conforme afirma Gatti (2008), a formação continuada muitas vezes adquire um caráter compensatório e não de atualização ou aprofundamento de

conhecimentos, alterando assim seu propósito inicial que seria o aprimoramento profissional envolvendo avanços e renovações. Um trabalho coletivo e colaborativo possibilita que todos tenham acesso ao currículo, às metodologias, às estratégias pedagógicas, para que ocorra o acesso e permanência, de um ensino de qualidade para todos.

Quando todos na escola primam pelo respeito e valorização da diversidade, enfatizando as legislações que reverberam sobre isso, a escola torna-se inclusiva. O diálogo coletivo entre equipe gestora, professores, pais, funcionários da escola e estudantes torna a escola cada vez mais democrática, justa e humanizadora, sobretudo, quando todos lutam pelos seus direitos individuais e coletivos. Para Rabelo (2012, p. 52), "o trabalho colaborativo envolve diversos profissionais com experiências diferentes e pode enriquecer a prática pedagógica".

Um sistema educacional inclusivo deve ir além do cunho empírico, precisa ter garantia que fatores externos não restrinjam a inclusão. A realidade de sala de aula numerosa, com poucos recursos materiais e humanos e a diversidade que se apresenta nas unidades escolares precisam ser amplamente respeitadas. A exclusão ainda está presente nos ambientes escolares, mesmo diante da criação de políticas públicas voltadas para a perspectiva inclusiva, reforçando uma prática onde ainda se trabalha com a concepção de classes homogêneas, onde os saberes/necessidades individuais não são levados em consideração.

O capitalismo se mantém ainda alicerçado aos princípios neoliberais de uma escola, fortalecendo elos do jogo mercantil distanciando da verdadeira proposta que é a humanização do homem. Saviani reforça que (2005, p. 17), "não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea e, consequentemente, a história da educação contemporânea sem se compreender o movimento do capital". Surge então a necessidade do movimento/luta para tornar o ambiente escolar inclusivo na sua integralidade, com foco nas práticas pedagógicas, na formação continuada dos professores, na elaboração do PPP e na garantia pela implantação de políticas públicas educacionais. A inclusão é um processo dinâmico que sempre precisa estar em constante evolução. Zerbato dá suporte a essa afirmação ao considerar que:

As práticas pedagógicas, na perspectiva da Educação Inclusiva, são formas de ensinar que podem incluir desde os arranjos dos espaços, organização do tempo, uso de tecnologias até a elaboração de recursos materiais, podendo ir do todo ao mais individualizado. Entretanto, a inclusão escolar

não se reduz às atividades escolares da sala de aula realizadas pelo professor de ensino comum. Elas são somente um dos elementos que devem estar assegurados no Projeto Político Pedagógico e currículo escolar que visam uma boa escolarização para todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais.

Uma escola inclusiva requer ainda a participação de toda equipe escolar - gestão escolar, professores, profissionais especializados, família, alunos e comunidade em geral – na construção de uma identidade e cultura colaborativa para o desenvolvimento de práticas mais abrangentes para acesso e aprendizado de todos os estudantes (ZERBATO, 2018, p. 154).

Desde as políticas educacionais, ao PPP das unidades escolares e aos currículos escolares, tais práticas precisam do envolvimento de todos os segmentos, que compõem a sociedade, de forma eficiente. Também é importante a busca constante, a promoção de uma escola com garantia de acesso e permanência para todos, com qualidade e equidade, ou seja, uma escola inclusiva deve propor no seu projeto político pedagógico ações que favoreçam a inclusão, respeitando as legislações que reverberam sobre isso. O Projeto Político Pedagógico da escola construído na coletividade e pensado em função da realidade da escola tem condições de planejar ações que valorizem toda diversidade existente no contexto educativo, contribuindo de fato para que a escola seja inclusiva, respeite e atenda a todos nas suas especificidades.

Encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a base teórica dos documentos norteadores do contexto escolar, da organização e fundamentação do PPP junto a Proposta Curricular de SC. Pois ele define as bases para o ensino aprendizagem, traz fortemente a teoria de que a problematização da realidade vivenciada cotidianamente e com as situações de aprendizagem, junto a integração das habilidades individuais, determinam as competências curriculares a serem definidas para a resolução de problemas. E as vivências no contexto social, familiar e escolar tornam o conhecimento produzido um processo educativo contínuo vindo de uma construção coletiva, superando uma educação tecnicista e fragmentada construída historicamente.

Como pontua Rodrigues; Capellini e Santos (2014), por meio da ação coletiva na escola, professores, equipe gestora, funcionários em parceria com a família e no diálogo com os estudantes é possível contribuir na formação de uma nova geração. Com concepções definidas sobre a diversidade, que estejam dispostas a conviver entre os diferentes, valorizando a pluralidade cultural, uma vez que, temos

diferenças físicas, sociais e culturais, mas, podemos contribuir para a existência de uma sociedade mais respeitosa, justa, inclusiva e equitativa.

O entendimento de que a educação, quando baseada em princípios democráticos, éticos e na garantia dos direitos humanos, deve estar em consonância com os preceitos inclusivos, entendidos por Mantoan (2015) como aqueles que delineiam uma perspectiva educacional onde todos são atendidos sem discriminar e/ou excluir. Dessa forma, e em sintonia com tais pressupostos, a organização do espaço escolar deve primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade e a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço, ações que convergem à seguridade de garantia do direito à educação.

A escola básica é com certeza o lugar onde há a inserção de estratégias abrangentes que visam promover não só uma educação inclusiva, mas principalmente contribuir para tornar a sociedade inclusiva. Sendo assim, a busca é constante para traçar estratégias que capacitem os alunos ao seu desenvolvimento na integralidade, respeitando as diferenças, mas oferecendo possibilidades a todos de forma igualitária. E, enquanto educadores/as e pesquisadores/as é preciso conhecer e respeitar a legislação, no conjunto das ações pedagógicas intencionais oportunizar os estudantes que conheçam as políticas públicas educacionais, que assegurem os direitos de todos a uma vida digna, com possibilidade de uma educação com qualidade, acesso e permanência a todos os níveis de ensino.

Nesse contexto, a diversidade representa um enriquecimento cultural, pois ocorrem muitos aprendizados com as diferenças, com a pluralidade. De acordo com Candau (2011) às diferenças étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosa, política, dentre outras ao serem valorizadas no contexto educativo e social, como um direito inerente ao indivíduo, o constitui como sujeito de direitos. A autora ressalta que toda a diversidade existente possibilita o surgimento de uma cultura mais respeitosa e justa entre os indivíduos. Nesse sentido, Gadotti e Romão (2002, p. 35) destacam que “o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade”.

Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Sendo assim, é possível afirmar com o posicionamento de Veiga (2018, p.165) que a construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, que inviabilizam a efetivação de processos essenciais à garantia de qualidade da educação pública.

A formação docente contínua é um espaço indispensável para se ter estruturas, metodologias e sistemas que tragam o processo de inclusão para o contexto escolar de forma efetiva e sem distinção. O professor é, antes de tudo, um mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos. E, por isso, ter uma formação sólida, acompanhada de formação permanente é fundamental. Isso também contribui para uma ressignificação do conceito de professor, de aluno e de aprendizagem. Imberón destaca que:

[...] dotar o futuro professor ou professora de uma bagagem sólida nos âmbitos científico, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal deve capacitá-lo a assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade, atuando reflexivamente com a flexibilidade e o rigor necessários, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida para evitar cair no paradoxo de ensinar a não ensinar, ou em uma falta de responsabilidade social e política que implica todo ato educativo e em uma visão funcionalista, mecânica, rotineira, técnica, burocrática e não reflexiva da profissão, que ocasiona um baixo nível de abstração, de atitude reflexiva e um escasso potencial de aplicação inovadora (IMBERÓN, 2011, p. 63).

Sendo assim, o processo inclusivo no contexto escolar, só será considerado efetivo se respeitar as individualidades. A inclusão oferece condições de acesso e permanência, considera as necessidades individuais e coletivas e traz possibilidades de constante ascensão pessoal e profissional. O currículo, por sua vez, deve considerar que as propostas pedagógicas necessitam de criticidade para não enaltecer uma cultura em detrimento da outra, pois o Brasil é um país rico em diversidades.

É necessário construir uma cultura/sociedade inclusiva em meio a diversidade existente, focando na escola com lugar de busca por conhecimento e consequentemente espaço de luta para assegurar direitos. Outro fator é a questão que envolve uma proposta pedagógica pautada na diversidade e na sexualidade. Furlani (2011) destaca em seus estudos que a sexualidade integra a personalidade do ser humano e é construída a partir das interações sociais. Desta forma, a escola como espaço de saberes e socialização tem papel fundamental na transformação da sociedade, oferecendo oportunidades através da construção do projeto pedagógico e de atividades desenvolvidas com os educandos para formar cidadãos que reconhecem, valorizam e respeitam a sua constituição humana e social.

O percurso formativo dos educadores pode ser um dos melhores meios de acesso a conhecimentos, estratégias eficientes, diversidades de metodologias e, principalmente, a garantia de acesso com qualidade a materiais teóricos e práticos

que auxiliarão na busca constante pela implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Pensar em uma prática docente inclusiva requer elencar um planejamento que priorize uma abordagem curricular condizente com as realidades de cada espaço escolar. Nessa perspectiva, as ações pedagógicas precisam focar na organização de conteúdos que vão desempenhar um papel determinante sobre a postura dos sujeitos na sociedade, pois refletem os contextos históricos e sociais de cada tempo.

Ao abordar o conceito de currículo é preciso indagar/entender, o que se ensina nas escolas, qual é a intencionalidade da proposta educacional e que sujeito se quer formar para compor a sociedade. E, segundo Ferreira (2013, p. 77), “[...] sua estrutura, funcionamento, metodologias de ensino e currículo, principalmente, ao longo de séculos asseguraram a perpetuação da desigualdade social.” Assim, é possível afirmar que ao longo do tempo as falas/discursos sobre o currículo, se modificam. Mas vale destacar que a versatilidade, a competência e a importância prática dos saberes, se justificativa de moda a constituir um novo currículo, onde se define valores como; da emancipação, da integração e da configuração de agentes ativos na construção de processos educacionais. Esses processos buscam libertar da situação de exclusão vivenciada ao longo da história e presente inclusive no meio social vigente. Portanto, “o currículo é uma questão de identidade e poder entre os grupos, no qual reivindicam seus direitos, sendo pela ausência deste ou por um reconhecimento considerado inadequado de sua diferença” (Gomes, 2007, p. 26), frente à sociedade em que vivem.

No âmbito da educação formal, o ensino não se reduz a alguns temas do currículo, mas constitui uma questão da filosofia e da cultura da escola. Candau e Sacavino (2013, p. 61), coloca que “[...] a educação em Direitos Humanos está orientada à mudança social”. O que se evidencia é que precisamos de conhecimento e de muita luta para o cumprimento da legislação nas práticas de ensino, em relação à escola excludente. Infelizmente, apesar de algumas mudanças, ainda temos muitas falhas a serem corrigidas. Conforme, Rodrigues (2006), Vitaliano (2010) e Mantoan (2015) uma educação inclusiva não é uma possibilidade, mas um direito de todos os alunos.

Nesse sentido, a inclusão escolar exige que a escola, e com ela todos os docentes, se organizem para atender às demandas de seus alunos e oferecer um ensino que assegura recursos e estratégias adequados para promover a

aprendizagem dos discentes. Infelizmente a diversidade ainda não é vista como possibilidade e sim como um problema. A escola ainda não está preparada para a homogeneidade e isso se evidencia pelos métodos de progressão seriados e com avaliações através de notas. É necessário hoje evoluir para uma escola inclusiva, que construa junto às Políticas Educacionais espaço de efetivação, onde a diversidade, o conviver com as diferenças, o trabalhar coletivamente, o ensinar e aprender focado no sujeito são premissas indissociáveis do promover educação de qualidade.

Após termos nos aproximado um pouco da construção histórica/cultural fica evidente que as políticas educacionais junto ao conhecimento/respeito às diversidades encontradas em cada contexto, são os principais agentes para democratizar o conhecimento e promover inclusão efetiva, na escola assim como na sociedade em geral. Em nosso projeto chega a hora de focarmos nas literaturas selecionadas dentro da BDTD, para dar sustentação ao nosso propósito inicial que é construir um portfólio com ações pedagógicas, que auxilie na reelaboração dos PPPs e darem subsídio para identificar na formação de professores uma ferramenta fundamental para tornar a escola ambiente inclusivo na sua integralidade. É na revisão da literatura que encontraremos autores que sustentam as nossas proposições, fundamentando junto aos documentos que nos norteiam (Proposta Curricular de Santa Catarina e Projetos Políticos Pedagógicos de escolas estaduais de Chapecó), o material encontrado com a análise, aponta caminhos que devemos seguir para chegar aos objetivos já descritos

2.3 CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura ou estado da arte, nos permite conhecer o que já foi produzido sobre o nosso tema de pesquisa, qualificando nossas escolhas, sejam elas bibliográficas ou documentais. “O Estado da Arte é uma das partes mais importantes de todo trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando -se que se perca tempo com investigações desnecessárias” (CARVALHO, 2019, p.106). Assim nos apoderamos de informações que dão subsídio para compreender o processo, o material já

produzido dentro do recorte temporal e local de busca das produções. Todo material encontrado precisa ser classificado por critérios pré-estabelecidos, justificando a importância da seleção que irá sustentar a proposta de pesquisa e sua relevância dentro do contexto a ser averiguado. É importante situar historicamente toda e qualquer ação a ser desenvolvida, pois a história nos reporta ao que já temos, tanto em forma de registros bibliográficos como documentais, e nesse espaço vale trazer uma informação relevante;

O estado da arte ou estado do conhecimento, é um tipo de pesquisa, que, no Brasil, começou a ter reconhecimento científico no final do século XX, e sua característica é bibliográfica. Os trabalhos resultantes desse tipo de pesquisa têm como objetivo fazer o levantamento das produções científicas nas áreas do conhecimento de interesse do pesquisador (SANTOS. 2020, p.35).

Para a escrita da revisão de literatura desta pesquisa, como já mencionado, recorremos às publicações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com recorte temporal para o Biênio 2020/2021, sendo 2020 na íntegra e o primeiro semestre de 2021. As publicações foram obtidas a partir das palavras-chave ou descritores: Educação Inclusiva, Formação Docente, Projeto Político Pedagógico; Diversidades. A busca foi efetuada conforme tabela e se obteve os resultados:

Quadro 01 – Dados encontrado na BD TD com os respectivos descritores, no biênio 2020/2021:

Descritores	Dissertações	Teses	Total por Descritor
Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidades.	4	1	5
Educação inclusiva; projeto político pedagógico;	10	2	12
Educação inclusiva; diversidades;	23	17	40
Educação inclusiva; formação de professores;	27	16	43
TOTAL	64	36	100

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2021

2.3.1 Contribuições conceituais encontradas na Revisão de Literatura

Considerando-se a data de início, setembro de 2020 e o período de realização desta dissertação, ao fazer a busca na BDTD, se verificou um quantitativo de 100 publicações entre Dissertações e Teses, trabalhos utilizados na revisão de literatura desta pesquisa, considerando-se o recorte temporal definido. Essa revisão de literatura se constitui na problemática da pesquisa e na linha de pesquisa **Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva**, do Mestrado Profissional em Rede em Educação Inclusiva - PROFEI-UDESC.

Encontramos na busca do material proposto, conforme os descritores: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidades. Inicialmente com todos juntos, obtivemos 5 resultados (4 dissertações e 1 tese). Na sequência, em pares e tendo como base para todos, inicialmente a palavra-chave Educação Inclusiva, juntamente com mais um descritor, nos proporcionou encontrar:

- Educação Inclusiva e projeto político pedagógico - somente 12 obras (10 dissertações e 2 teses);
- Educação Inclusiva e diversidades - um total de 40 obras (23 dissertações e 17 teses);
- Educação Inclusiva e formação de professores - 43 obras no total (27 dissertações e 16 teses).

Assim, inicialmente se evidencia que o maior campo explorado até o momento é Educação Inclusiva e a formação de professores. Na sequência, destacamos como os autores trazem essa relação, como as pesquisas foram realizadas, bem como, informações relevantes para essa etapa da pesquisa.

Ao estudar o material coletado, levando em consideração os descritores selecionados e a delimitação temporal, a busca foi realizada para garantir à contemplação das obras publicadas na BDTD. Realizamos uma síntese das publicações, e organizamos em uma tabela, sistematizando e apresentando resumidamente os resultados que proporcionaram a organização por categorias.

Quadro 02. – Tabela usada para fazer a coleta dos dados preliminares, com os descritores e a delimitação temporal.

Título	
Instituição/Ano	
Autor(citação)	
Tese ou Dissertação	
Link de acesso	
Resumo	
Informações relevantes (síntese da introdução e informações por capítulos)	

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2021.

De todas as bibliografias encontradas na BDTD, no biênio citado junto aos descritores também nominados, foi feita uma análise do material que posteriormente foi utilizado e a argumentação que justificasse cada filtro. Sendo que após esses resultados houve a necessidade de fazer uma análise profunda de como a temática da educação inclusiva está sendo tratada nestes materiais catalogados para posteriormente selecionar o material a ser utilizado, com qualidade no tempo hábil e centrado na temática que abordasse a educação inclusiva. Para tal objetivo foi utilizado o filtro focando inicialmente em quais títulos traziam o termo educação inclusiva, e aproximavam do conceito da educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito ou da perspectiva da educação especial.

2.3.1.1 O termo educação inclusiva encontrado nos títulos das Obras

Como ponto de partida para a revisão de literatura, levamos em consideração as questões da investigação e os objetivos apresentados, aqui definimos por começar a procurar pelo título da obra. A busca traz possibilidade de fazer uma seleção direcionada por interpretação, a saber: quais as interpretações e possíveis empregos do termo “educação inclusiva”.

Quadro 03. Dados encontrados na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva no título da obra.

Descritores	Dissertações	Teses	Total por Descritor
Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidades.	1	1	2
Educação inclusiva; projeto político pedagógico;	4	1	5
Educação inclusiva; diversidades;	9	7	16
Educação inclusiva; formação de professores;	14	5	19
TOTAL	28	14	42

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2021.

Ao realizar a análise do material catalogado inicialmente através dos descritores no recorte temporal já descrito, foi possível verificar nos títulos que aproximadamente a metade não traz o termo “educação inclusiva” em sua nomenclatura. Assim houve a necessidade de verificação entre eles sob quais aspectos a educação inclusiva é abordada.

Nessa pesquisa bibliográfica e documental um dos objetivos foi verificar junto ao material coletado, através da busca na BDTD, no biênio de 2020/2021, quais possibilidades de tratamento estão ocorrendo na perspectiva da educação inclusiva. Ao perceber que esse filtro não atendia ao proposto, se formou mais uma busca centrada agora no resumo das obras tendo como foco a educação inclusiva na perspectiva da educação integral do sujeito e na perspectiva da educação especial, para assim, entre as 100 obras encontradas, separamos em dois grupos, respeitando os descritores.

O tema central da pesquisa, é a educação inclusiva na perspectiva da integralidade do processo do sujeito, descartando as repetições e as obras que trazem a educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Montamos a tabela de dados encontrada na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva no título da obra. Novamente obtivemos a temática Educação Inclusiva e Formação de professores, (com 14 dissertações e 5 teses), com maior número de publicações.

De forma sintetizada percorremos as obras assim: Inicialmente nos títulos, aproximadamente a metade não traz o termo “educação inclusiva” e sim uma diversidade de tratativa principalmente em relação a formação de professores e se restringindo às áreas do conhecimento e especificidades. E na sequência foi verificado, como a educação inclusiva é abordada e, sob quais possibilidades de tratamento estão ocorrendo na perspectiva da educação inclusiva frente a formação de professores e a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos. Esse filtro também não atendeu ao proposto, se formou mais uma busca centrada agora no resumo das obras tendo como foco a educação inclusiva na perspectiva da educação integral do sujeito e na perspectiva da educação especial, para assim, entre as 100 obras encontradas, separamos em dois grupos (dissertações e teses), respeitando as especificidades e as repetições encontradas durante a abordagem dos descritores.

2.3.1.2 O termo educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito

Quadro 04. Dados encontrados na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito.

Descritores	Dissertações	Teses	Total por Descritor
Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidades.	4	0	4
Educação inclusiva; projeto político pedagógico;	4	0	4
Educação inclusiva; diversidades;	3	10	13
Educação inclusiva; formação de professores;	13	10	23
TOTAL	24	20	44

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2021.

Sendo o tema central, a busca “educação inclusiva na perspectiva da integralidade do processo do sujeito”, descartando as repetições e as obras que trazem a educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Então construímos o quadro 3. E formamos a tabela de dados com a classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva na integralidade do processo/sujeito (aqui entre as 44 encontradas no total, 23 abordam a formação de professores e somente 4 o PPP). Assim, nossa busca tornou possível uma aproximação de autores, que compartilham da nossa intencionalidade. O passo seguinte foi explorar esses materiais para compreender, como está sendo tratada a educação inclusiva na sua integralidade, focando no sujeito. Nesta etapa se fez necessária uma análise aprofundada do material para fazer a seleção de quais obras se aproximam do proposto e quais não deveriam ser utilizadas em função do distanciamento com a temática.

Após verificar os números apresentados dentro do nosso recorte temporal, fica evidente que é importante conhecer as obras, para melhor definir quais autores obras realmente trazem a educação inclusiva como integralidade na constituição do indivíduo e, consequentemente, para o meio que ele está inserido.

Nessa primeira análise realizamos a seleção pelas seguintes obras que a princípio aproximam da busca que almejamos fundamentar e dar apoio teórico: Carvalho (2020), Dias (2020), Silveira (2020), Oliveira (2020), Sabbi (2020), Fernandes (2020), Frias (2020), Marconi (2020), Kieling (2020), Coimbra (2020), Gabiatti (2020), Francesco (2020), Fargnoli (2020), Vargas (2020) e Menino-Mencia (2020). Pois entendemos que a inclusão e o processo inclusivo no contexto escolar, assim como na sociedade como um todo, só serão considerados efetivos se respeitar as individualidades, oferecer condições de acesso e permanência, considerar as necessidades individuais e coletivas e trazer possibilidades de constante ascensão pessoal e profissional.

2.3.1.3 A educação inclusiva na perspectiva da educação especial no resumo da obra

Agora que já conseguimos um direcionamento mais assertivo, faremos uma breve passada pelo material que traz a educação inclusiva nas perspectivas da educação especial. Na mesma proposta foi necessário, trazer a categoria que está

presente na construção histórica da educação inclusiva que é a perspectiva da educação especial. Nossa busca é para além da educação, mas é importante considerar esses dados. Pois inicialmente a inclusão era vista de forma geral como sendo parte da educação especial. Assim é importante verificar neste último biênio o que as produções trouxeram da educação inclusiva voltada unicamente para os alunos com deficiências. Também é importante verificar como estão sendo tratadas essas abordagens pelos pesquisadores, ou ao menos, qual a proporção de autores que chamam para a educação inclusiva, mas fazem um aporte para a educação especial. Então, novamente, com os mesmos descritores, com o termo educação inclusiva na perspectiva da educação especial, no resumo da obra foi constatado que 38 descritores fazem essa abordagem, como esperávamos. Sendo números muito parecidos para a abordagem da educação inclusiva na formação de professores (18 obras) e para a diversidade (15 obras). E, novamente, havendo somente 4 obras que abordam o PPP. Conforme quadro a seguir.

Quadro 05. Dados encontrados na BDTD com os descritores, no biênio 2020/2021. Classificação, das dissertações e teses, com o termo educação inclusiva na perspectiva da educação especial no resumo da obra.

Descritores	Dissertações	Teses	Total por Descritor
Educação Inclusiva, Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico; Diversidades.	0	1	1
Educação inclusiva; projeto político pedagógico;	3	1	4
Educação inclusiva; diversidades;	13	2	15
Educação inclusiva; formação de professores;	12	6	18
TOTAL	28	10	38

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2021.

Com a realização da análise percebemos a necessidade de trazer junto ao material encontrado uma reflexão sobre educação inclusiva numa perspectiva que amplie a sua compreensão e aplicação conceitual, não ficando restrito a compreensão reducionista ligada somente à educação especial. Assim, buscamos referência de autores e marcos legais para realizar a diferenciação entre a perspectiva da inclusão na educação especial e a inclusão de diversidade que contemple a pluralidade social.

Após este levantamento e organização dos textos, será feita a leitura e organização dos resumos sobre a temática: educação inclusiva, o percurso formativo como sendo o principal elo entre o aprender e o ensinar, docentes como protagonistas para levar até o ambiente escolar o processo de inclusão, tendo no Projeto Político Pedagógico (PPP) e a formação continuada uma possibilidade significativa de acesso e permanência.

A revisão de literatura junto aos PPPs das escolas estaduais de Chapecó-SC, trará uma possibilidade de verificação de como se comprehende a educação inclusiva pelo viés de inclusão na sua integralidade ou na perspectiva da educação especial. Esse material coletado e estudado dará possibilidade de construção de um produto final que traga às escolas, especialmente as estaduais do nosso município, uma possibilidade a mais de conhecer e reconhecer o emprego da educação inclusiva nos ambientes que estamos inseridos, na escola básica e pública.

Após realizar a revisão de literatura, verificar as contribuições para a temática, se tem a possibilidade de pesquisar e conhecer a partir da análise de dados quais as categorias que podem ser formadas. Nesse momento é válido ressaltar a importância delas para os PPPs, pois é necessário destacar a nossa buscar por educação inclusiva na sua integralidade. Ou seja, que contemple toda a diversidade que constitui o/a estudante e consequentemente a educação básica.

CAPÍTULO III- CATEGORIAS QUE EMERGIRAM NA ANÁLISE DOS DADOS

O conteúdo analisado durante a pesquisa se fundamenta por meio da análise temática, pois a partir da proposição metodológica, pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada a análise do conteúdo selecionado, com um olhar direcionado para os documentos, buscando o reconhecimento da diversidade para que a inclusão se fortifique em cada contexto. E na análise temática é possível fazer coleta de informações com precisão, pois segundo Santos (2020, p.30), “A análise temática é um método interpretativo de dados de pesquisas qualitativas, que permite apresentar e organizar os dados de uma forma sintética, preservando a riqueza do conteúdo manifesto.”

Também Souza (2019) descreve em seu artigo “Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática” que a análise temática pode ser utilizada desde em uma abordagem mais intuitiva assim como na observação de dados. Esse embasamento, nos deu amparo para descrever as categorias de forma sucinta, mas preservando a essência e destacando sua abordagem para o contexto da educação básica.

A análise temática é flexível, podendo ser utilizada epistemologicamente com diferentes posicionamentos; não tem requisitos de amostragem, ou seja, não é necessária uma amostragem teórica; e adequa-se a dados qualitativos oriundos de entrevistas, focus groups, pesquisa documental etc (SOUZA, 2020, p, 30).

Isso nos deu suporte para categorizar os temas analisados, fazendo com que os mesmos construam um conjunto pré estabelecido, com temas bem definidos. A busca por documentos na nossa pesquisa nos possibilitou descrever tanto as semelhanças, assim como destacar as diferenças encontradas nos materiais analisados. Com isso foi possível trazer a Proposta Curricular de Santa Catarina, os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Projetos Políticos Pedagógicos, para compor essa pesquisa junto a autores/obras que deram o aporte teórico para a mesma.

Vimos na Proposta Curricular de Santa Catarina, um documento potente que pode embasar a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) embasam a Proposta Curricular de Santa Catarina. Deste modo, podemos destacar a importância de situarmos as abordagens

que estão asseguradas no que se refere à diversidade que remete a inclusão, que surgem a partir das categorias que emergem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), são diretrizes elaboradas para a organização/seleção de conteúdos a serem trabalhados na educação básica. Focando em cada disciplina e trazendo a importância em normatizar alguns aspectos fundamentais que compreendem na formação integral do estudante, e vale destacar, a importância dos temas transversais. Sendo que os PCNs também servem como instrumento não obrigatório, mas norteador para professores, coordenadores e diretores, que necessitam adaptar/adequar a realidade de espaço educativo dentro de cada contexto social, cultural e econômico a qual a escola pertence. Estão divididos em dez (10) volumes, a fim de facilitar o trabalho da escola, principalmente na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, conforme tabela a seguir:

Quadro 06: Divisão dos PCNs

Volume 1- Introdução aos PCNs
Volume 2- Língua Portuguesa
Volume 3- Matemática
Volume 4- Ciências Naturais
Volume 5- Geografia
Volume 6- História
Volume 7- Artes
Volume 8- Educação Física
Volume 9- Língua Estrangeira
Volume 10. Temas transversais <ul style="list-style-type: none"> 10.1 Apresentação 10.2 Pluralidade Cultural 10.3 Meio Ambiente 10.4 Saúde 10.5 Orientação Sexual

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2022.

Por meio dos PCNs, os profissionais envolvidos com a educação têm a possibilidade de guiar seus estudantes para que estes possam compreender a sua inserção social por meio da participação de forma cultural, social e política, sendo a luta por reconhecimento como protagonista do processo. É necessário fazer algumas ponderações de extrema relevância para a busca pela inclusão, como o reconhecimento e respeito à diversidade. E, os temas transversais expressam bem esses conceitos, trazem valores básicos à democracia, à constituição da cidadania e realizam apontamentos importantes da sociedade a qual estamos inseridos, a constituição da sociedade contemporânea. Também trazem a ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural que não são reconhecidas como disciplinas, e sim como temas que permeiam todas as áreas do conhecimento.

Aqui também vale destacar a PCSC que reforça que

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo (SANTA CATARINA, 2014, p.54).

Os PCNs (p.125), por sua vez, corroboram com este posicionamento ao afirmar que “a diversidade marca a vida social brasileira” (1998). Neste caso, ou seja, na diversidade, a verificação de diferentes características locais, regionais, estaduais ou nacionais, são manifestações que se tornam mais fortalecidas pela organização social nos grupos, pelos modos como se relacionam com a natureza, com as etnias, com os protagonistas de cada segmentos, com as vivências e respostas culturais diversas, que ditam os ritmos de vida, os ensinamentos de valores e as formas de organização social distintas.

A seguir serão discutidas essas diversidades reconhecidas, estudadas, contextualizadas elencando as categorias destacadas na Proposta Curricular de SC e verificando a existência, o trato e o encaminhamento delas nos PPPs selecionados para análise e proposição. Segue as categorias, elencadas e destacadas na Proposta Curricular de Santa Catarina para referência e análise inicial, serão nominadas e abordadas de forma sucinta, descrevendo suas principais características.

3.1 CATEGORIAS QUE EMERGIRAM DOS DOCUMENTOS

Para a nossa pesquisa, a base de dados assim como documentos que definem, partem do princípio ao tratamento em relação à diversidade existente no contexto da educação básica. Assim os PCNs e a PCSC, junto a obras, legislações e aos PPPs solidificam a proposta inicial que é trazer proposta teórica pedagógica, para a formação de professores da educação básica da rede estadual no município de Chapecó de SC, bem como, na busca pela educação integralmente inclusiva com reconhecimento e respeito à diversidade de cada espaço de ensino.

3.1.2 As categorias que afloram da Proposta Curricular de SC

Utilizamos a última versão da Proposta Curricular do Estado, ou seja, a PCSC de 2014. Nessa atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e Direitos Humanos, estão em discussão: a educação para as relações de gênero, a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero), a educação e prevenção, a educação ambiental formal, a educação das relações étnico-raciais. Essas são as categorias que estão amparadas a educação para a diversidade e o conhecimento a ser produzido nas escolas estaduais de Santa Catarina segundo os preceitos que busca a formação integral do sujeito/estudante da educação básica.

Aqui será feita uma análise pontual de todas as categorias para reflexão de quais as possibilidades para que os Projetos Políticos Pedagógicos possam estar embasados e alicerçar sua construção na perspectiva do reconhecimento das diferenças e formação integral do estudante que está inserido no contexto.

3.1.2.1 Categoria Educação para as Relações de Gênero

Na Proposta curricular de Santa Catarina, fica evidente a preocupação de que uma educação para as Relações de Gênero, no âmbito da educação básica, precisa reconhecer que falar de gênero é compreender como, cada indivíduo se constitui no seu meio, (2014, p. 58) “seja para homens e mulheres, para meninos e meninas, a cultura, a sociedade e o atual tempo histórico constroem diferentes formas de “ser masculino” ou “ser feminino” (masculinidades e feminilidades). Assim é possível afirmar o quanto importante é a temática para todos os estudantes seja criança,

adolescente, adulto ou idoso, assegurando o conhecimento para buscar prática inclusivas em todos os setores da sociedade, sendo que:

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, homem e mulher, a partir do olhar biológico. O gênero remete, também, a outros corpos. Remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades em outros sujeitos (SANTA CATARINA, 2014, p. 59).

Quando se reporta a gênero é importante verificar as condições históricas e culturais de cada sociedade, para compreender como se construíram as características determinantes, pois esse mesmo raciocínio pode ser usado para entender os diferentes modos como é a posição do SER homem e do SER mulher. E em cada meio, ele é visto como produtor e provedor do lar e ela como meio de reprodução da espécie. Então, perante a sociedade precisam ser conhecidas e compreendidas, as projeções históricas/culturais para no mundo social atual, tornando essa categoria embasada teoricamente e fortalecendo a diversidade existente.

3.1.2.2 Categoria Educação para Diversidade Sexual

Na Educação para Diversidade Sexual é preciso reconhecer que, os sujeitos LGBT (originalmente a sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), estão vulneráveis, pois, “a identidade de gênero assume ainda mais importância na medida em que estão sujeitos a discriminações homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas e exclusão social” (Santa Catarina, 2014, p. 59). Assim, é necessário que em todas as instituições públicas, esteja garantido, o respeito à livre orientação sexual e à identidade de gênero das pessoas, e desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social desses sujeitos. Para isso é importante conhecer para lutar e buscar efetivar essas conquistas, sendo que:

Em Santa Catarina o Conselho Estadual de Educação, desde 2009, aprovou a Resolução nº 132 de 15 de dezembro de 2009 (SANTA CATARINA, 2009), a fim de minimizar os processos de discriminação e preconceitos a travestis, transexuais e transgêneros, garantindo-lhes o acesso e a permanência na Educação Básica (SANTA CATARINA, 2014, p. 60).

Se evidencia na Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 60) o pressuposto central que fundamenta que o “direito à educação para todos deve ser garantido por meio da efetivação de políticas contra formas associadas de exclusão”. O documento se refere principalmente a ações que causam discriminação, preconceito e exclusão, “étnico-racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero, bem como, qualquer outra decorrente de conteúdos ou condutas incompatíveis com a dignidade humana (2014, p. 60)”. Na sequência, a PCSC reconhece o direito desse grupo de estudantes estar na educação básica, buscando ações afirmativas onde educação e prevenção andem juntas.

3.1.2.3 Categoria Educação Ambiental

A educação traz como característica o desempenho dos estudantes “nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos, com o propósito de mudar comportamentos para uma convivência sustentável na sociedade” (Santa Catarina, 2014, p. 63). Sendo assim, surge a necessidade de conhecer/estudar a relação do sujeito com o meio que está inserido, onde a natureza está em constante adaptação/transformação criando a necessidade que o homem, uma vez presente, possa contribuir de forma positiva, como parceiro no processo, sendo:

[...] a escola, espaço de educação formal e de transformações sociais e coletivas, promova a construção de novas reflexões, atitudes, valores e mudanças culturais e sociais. Dessa forma, em consonância com os princípios da Educação Ambiental, buscam-se caminhos em que o sujeito conheça e se reconheça como parte integrante do meio no qual está inserido (SANTA CATARINA, 2014, p. 63).

Desta forma, a educação ambiental precisa estar integrada a ações entre o conhecimento, as pessoas e a própria natureza, como a abordagem relatada pela PCSC, que traz também a seguinte afirmação “[...]a atualidade requer um pensamento crítico e inovador, permitindo mudanças na sociedade numa perspectiva holística (2014, p. 66)”. Assim, para construir uma sociedade sustentável a escola “[...]necessita urgentemente de seres humanos saudáveis e integrais, e tudo isso pode reverberar na organização de um currículo com base na diversidade, no contexto de cada região (Santa Catarina, 2014. p. 66)”. Portanto, é urgente e imprescindível realizar investimentos em educação interligados a ações que norteiam o todo, focando no estudante de forma integral, na constituição do ser

partícipe do processo e indivíduo constituinte da diversidade a que integra toda sociedade independente de suas relações, conhecendo e respeitando as diversidades.

3.1.2.4 Categoria Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)

Nessa categoria a Proposta Curricular de Santa Catarina traz e reconhece as políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais como resultado da atuação e conquistas dos movimentos negro e indígena. Essas políticas marcam a educação e o espaço escolar como espaço de efetivo combate a discriminação, ao preconceito, através de ações, currículo e conteúdos que possibilitam o conhecimento e o reconhecimento para combater as desigualdades sociais constituídas, referentes ao racismo impregnado na sociedade. Buscar oferecer uma educação com “reflexões orientadas para o reconhecimento dos valores e bases culturais dos descendentes de africanos e dos povos indígenas, em suas formas específicas de organização”, isso será um diferencial na constituição de uma escola inclusiva na sua integralidade com ações que reconheçam sua trajetória cultural e social.

[...] trata-se de política curricular, determinada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2003b, 2008b), que torna obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas. Advinda das *políticas de reparação*, objetiva atender as demandas das populações negra e indígena brasileira no sentido de vislumbrar ações de reconhecimento e de valorização de sua identidade histórico-cultural na educação (SANTA CATARINA, 2014, p. 66).

Essa com certeza é uma legislação que traz a possibilidade de reflexão e de ressignificado da temática a ser estudada entre os saberes, trazidos pelos sujeitos da escola. A proposta já aponta que muitos estudos são produzidos, porém a implementação é gradativa e precisa ser a mistura dos saberes trazidos, produzidos e os construídos, tanto como fator histórico-cultural como os produzidos pelas tensões produzidas através dos diálogos e das vivências produzindo um currículo inovador na perspectiva das relações produzidas.

A ERER propõe reorientação dos fundamentos da educação e suas práticas chamando atenção para a acolhida desses sujeitos e sua visibilidade na escola, em especial, na demonstração de atenção quando da escolha dos livros didáticos, dos brinquedos educativos e de todos os recursos para o ensinar e o aprender. Propõe observar as abordagens curriculares e as escolhas metodológicas, bem como o (re)conhecimento da influência que as pertenças e condições sociais exercem nas trajetórias educativas dos sujeitos da escola (SANTA CATARINA, 2014, p. 69).

Todos os povos, com ênfase nessa categoria ERER, na população negra e indígena, sendo seres plurais e diversos entre si, através de suas legislações específicas alcançam as conquistas, o reconhecimento e a empregabilidade de suas reivindicações pela inserção com equidade em uma escola pública e verdadeiramente inclusiva, com a qualidade que seja almeja historicamente. Sendo uma legislação reconhecida é necessário que sua efetivação também a seja e que as práticas sejam condizentes com tal conquista.

Subcategoria Educação Escolar Indígena

A modalidade contemplada na Proposta Curricular de Santa Catarina, Educação Escolar Indígena, está focada no reconhecimento da diversidade sociocultural, como busca por um processo histórico de reconhecimento e aceitação, desde a constituição federal até as políticas públicas consolidadas através dos movimentos sociais indígenas. Os parâmetros legais que orientam a inserção do indígena na perspectiva da educação inclusiva, é possível destacar que:

Os princípios da especificidade e diferença, da interculturalidade e do bilinguismo dispostos para esta modalidade de educação levam em conta sua relação de antagonismo com os pressupostos escolares integracionistas, tutelares e eurocêntricos que permeiam muitas das concepções político-pedagógicas. Esta escola, dentro da forma específica de interpretar o mundo pelos seus sujeitos, é um espaço coletivo, de práticas que promovam e garantam o fortalecimento das práticas e saberes “tradicionalis”, sem subtrair-lhes o direito à igualdade de oportunidades e exercício de seus direitos fundamentais. Não se trata de um ‘retorno’ a um passado idealizado e folclorizado. Mas, sim, da construção de um processo de (re)significação desses sujeitos no diálogo com outras formas de organização social não indígena (SANTA CATARINA, 2014, p. 75).

A Educação Escolar Indígena precisa ter garantida dimensões centradas na defesa por seu território, sua étnica sendo fundamental a compreensão no campo socioespacial e em constante diálogo com as manifestações de identidade indígena. A inclusão precisa ser compreendida como parte integrante do processo mantendo as características, com qualidade subjetiva advinda do grupo social ou indivíduo, com consciência de seus espaços de vida. A apropriação desses espaços, sociais/culturais/territoriais, estabelecidas pelas sociedades indígenas, também é resultado de suas relações históricas, sociais e políticas, com as pessoas e seu espaço.

Subcategoria Educação Escolar Quilombola (EEQ)

A Educação Escolar Quilombola é fundamentada no reconhecimento da formação de Quilombos. Sua constituição é formada por pessoas ou descendentes que pertenciam ao regime escravocrata, que buscavam/lutaram por liberdade, com reconhecimento na Constituição Federal de 1988, o que garantiu a posse/titularidade das terras. A Proposta Curricular de SC traz, embasada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a importância de conhecer e reconhecer a Educação Escolar Quilombola, que possibilita a essa população a garantia de ter preservado seus costumes, crenças, organização social pois:

São comunidades rurais e urbanas que historicamente reivindicam o direito à terra e ao território, o que diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições, como recursos ambientais e culturais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitem perpetuar sua memória. São coletivos que compartilham trajetórias, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum (SANTA CATARINA, 2014, p. 79).

O tempo e o espaço social, portanto, possuem significados que representam a cultura e os valores de cada comunidade, e estes precisam ser levados em consideração ao ser organizado o currículo das escolas quilombolas, pois é preciso respeitar o tempo e o espaço de ensino aprendizagem dentro do contexto que está inserido, bem como as especificidades na organização que garantem parte da inclusão almejada, com centro no sujeito que se constitui dentro da coletividade.

Por definição, Educação Escolar Quilombola é aquela que se faz nas escolas de território quilombola e nas escolas que atendem estudantes originários desses territórios, sejam eles rurais ou urbanos, instituída com função e concepções educativas oriundas dos conteúdos e marcos históricos dos sujeitos autodenominados quilombolas, cujas políticas são efetivadas articuladamente entre os sistemas de ensino em cooperação com os municípios, os Estados e a União. Pensada de acordo com princípios e valores dos quilombos, sistematiza os processos históricos e as concepções da educação escolar dessas comunidades e se organiza em bases culturais e históricas próprias (SANTA CATARINA, 2014, p. 81).

Portanto, a implementação das políticas e dos direitos apontados pelas Diretrizes da Educação Escolar Quilombola depende tanto da organização interna, quanto da regularização fundiária e das políticas de gestão das comunidades, citação essa feita na Proposta Curricular de Santa Catarina. A efetivação das ações apontadas pelas Diretrizes Quilombolas necessita da implementação das políticas e

dos direitos apontados pelas legislações vigentes em todos os níveis de ensino da educação básica.

A inclusão é feita gradativamente reconhecendo e respeitando as especificidades de cada território, população pertencente e consequente indivíduos que compõem o processo. Fica claro que é essencial conhecer e reconhecer o espaço que se está inserido, as legislações que norteiam, os movimentos sociais partícipes do processo e as lutas travadas historicamente, assim como ter subsídios para buscar uma Educação Integralmente Inclusiva.

3.1.2.5 Categoria Educação Especial

A Educação Especial é a modalidade mais discutida e difundida nas escolas de educação básica, pois a sociedade como um todo possui uma dívida histórica com as pessoas com alguma deficiência ou com algum tipo de transtorno, como a Proposta Curricular de Santa Catarina destaca, pois, advindo de um sistema altamente segregador e excludente, consolidado tanto em nível social assim como cultural. Infelizmente, é muito comum que as pessoas com algum tipo de deficiência ou com algum transtorno sejam deixadas à margem. Nenhuma singularidade escapa: tanto às relacionadas a enfermidades ou à incapacidade. A Proposta Curricular aponta que todos/as que de alguma forma não tiveram a possibilidade de conviver de forma coletiva, ocupando seu lugar por direito são considerados excluídos do processo de ensino-aprendizagem.

Diante da perspectiva histórica, das lutas firmadas, dos movimentos que trazem essas pessoas a ocupar seu espaço na sociedade e, consequentemente, nas escolas, se intensifica as mudanças atitudinais, reforçando assim a importância do empoderamento nas escolhas no que se refere a sua condição humana de viver e conviver em diferentes espaços da sociedade em condição de igualdade de direitos. Na escola de educação básica, no que se refere à educação especial e à inclusão, a Proposta Curricular de Santa Catarina defende que:

Na Educação Especial, a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação demanda uma nova organização do trabalho pedagógico a partir da compreensão que se tem sobre diferença na escola e, consequentemente, sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (SANTA CATARINA, 2014, p. 69).

Diante da perspectiva de “Educação Inclusiva”, a Educação Especial ganha espaço nas escolas, asseguradas por legislações, por documentos políticos e legais, como sendo parte do sistema de ensino, e não algo paralelo com uma abordagem assistencialista e clínica terapêutica. Essa passagem constitui a Educação Especial como sendo uma modalidade que está presente em “todos os níveis, etapas e outras modalidades de ensino, sem substituí-los, ofertando os recursos e serviços de acessibilidade aos estudantes segundo o seu público” (SANTA CATARINA, 2014, p. 71).

No entanto, é importante relatar que em muitos momentos históricos, houve luta para assegurar a política de inclusão para as pessoas com deficiência:

É importante observar que no Estado de Santa Catarina, em 2006, foi publicada a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina elaborada pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e pela Secretaria de Estado da Educação, com o mesmo marco conceitual da Proposta Curricular do Estado. Esta política adota nomenclaturas e dinâmicas para serviços já disponibilizados; inclui as pessoas com diagnóstico de transtorno do déficit de atenção/hiperatividade como público da educação especial; e institui a co-regência com o segundo professor. Assim, a reorganização dos serviços da Educação Especial na rede regular de ensino está consolidada no Atendimento Educacional Especializado – AEE (BRASIL, 2008d) e nos Atendimentos em Classe (SANTA CATARINA, 2006), ações que asseguram para os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação o acesso, a permanência, a participação e o sucesso escolar. O atendimento educacional especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008d). O olhar inovador que se lança na contemporaneidade para a Educação Especial provoca a elaboração de posturas éticas e legais que deverão subsidiar relações sociais promotoras de novas práticas pedagógicas (SANTA CATARINA, 2014, P. 72).

Com a implantação das políticas públicas, de forma gradual e com asseguradas de direito, o estudante passa a estar incluído no espaço escolar assim como no processo pedagógico. É imprescindível um formato que atenda a perspectiva da educação inclusiva, provocando a elaboração do processo com posturas éticas e legais, que possam garantir relações sociais como promoção de novas práticas pedagógicas, onde o currículo traga possibilidade de adequações com profissionais comprometidos e através de capacitações para que todos/as tenham acesso às legislações e as demandas de cada espaço escolar, reconhecendo o estudante como sujeito partícipe do processo estudantil.

3.1.2.6 Categoria Educação do Campo

A própria Proposta Curricular de Santa Catarina, traz a Educação do Campo como sendo historicamente constituída por sujeitos denominados de agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores/as, mulheres camponesas, assentados, acampados, sujeitos atingidos pelas barragens, quilombolas, extrativistas, entre outros. Com o passar do tempo, marcados por movimentos sociais se tem a Educação do Campo como sendo um conceito atual, dentro de um contexto da sociedade brasileira, principalmente no que se refere a composição dos sujeitos do campo, onde:

A Educação do Campo nasce como demanda dos movimentos sociais do campo, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao longo do tempo vem se configurando como conceito, que se firma no campo educacional, ao passo que ocupa um lugar significativo no meio acadêmico, com desenvolvimento de várias pesquisas, promoção de debates, extensões, especializações, que no seu conjunto demonstram sua importância. Este processo de reconhecimento conceitual da Educação do Campo tem provocado um tenso espaço de disputa ideológica e política. A expressão que nasce no bojo dos movimentos sociais tem sido utilizada em diferentes espaços, por vezes inclusive camuflando propostas e projetos que no seu interior retomam as propostas da Educação Rural (SANTA CATARINA, 2014, p. 76-77).

Com as lutas e conquistas dos movimentos sociais, que são marcas formadoras de uma legislação em constante transformação fica evidente a necessidade de um diálogo em torno de uma concepção de ser humano. No que se refere à educação voltada para as pessoas do campo a implantação do projeto de campo e da sociedade a que pertence, só faz sentido se for embasada em formação pedagógica crítica, que é um dos pilares para promoção da educação inclusiva:

Nesse sentido, “educação rural ou para o meio rural” representa grupos sociais (classe e renda) e uma agricultura na qual o modelo de produção tem base na acumulação de terras (latifúndio) e de lucro. Já a Educação do Campo assume uma visão de totalidade dos processos sociais; pensa a relação entre uma política agrária e uma política de educação; entre política agrícola, política de saúde e política de educação, na relação dialógica entre reflexão pedagógica crítica e processos de formação humana (SANTA CATARINA, 2014, p.76).

Conforme este entendimento fica evidente a necessidade da construção de uma educação voltada para o sujeito do meio rural, que atenda às suas especificidades, suas necessidades territoriais/lokais onde a qualidade seja premissa indissociável na formação das individualidades, respeitando-se as diversidades dos seres humanos que compõe o processo. Em conformidade a isso, a formação inicial

e continuada dos professores, o saber pedagógico e o currículo precisam estar em consonância com a proposta de educação do campo, como bem defende o documento. A Proposta Curricular salienta ainda que respeitem a diversidade e o efetivo protagonismo dos sujeitos do campo na construção da qualidade individual e coletiva, pois:

Historicamente, persiste uma profunda desigualdade entre as condições objetivas em que escolas das áreas rurais e urbanas são constituídas. Destaca-se, portanto, a necessidade de universalização da Educação Básica em escolas do (pensadas com os sujeitos do campo) e no campo (como direito de acesso dos sujeitos a uma escola no espaço em que vivem) (SANTA CATARINA, 2014, p. 78).

Isso possibilita a implantação do processo de inclusão, onde cada indivíduo que compõe o processo é parte do todo, mas ao mesmo tempo precisa ter sua diversidade conhecida e respeitada. Um fator decisivo para a modalidade da Educação do Campo é que por meio de seu PPP pode atender às especificidades do campo, quanto a currículo, seriação na educação básica, calendários e reconhecimento de ações pedagógicas como capazes de possibilitar o diálogo entre as pessoas, a vida e o trabalho no campo e o processo de escolarização.

Sistematizando as Categorias

Na Proposta Curricular de Santa Catarina no que se refere à formação para a diversidade, as modalidades de ensino são assim elencadas: a educação especial, a educação escolar indígena, a educação do campo e a educação escolar quilombola. O conhecimento e reconhecimento, possibilitam a construção, flexibilização dos currículos escolares, produzindo uma organização do conhecimento escolar de forma contínua, promovendo funcionamento que atendam a todos/as de forma eficiente. Os documentos oficiais que regem a educação básica no Estado de Santa Catarina trazem apontamentos significativos quanto ao papel da escola para atender as necessidades de pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e dos grupos étnicos. Para tal, é necessário promover processos que tragam uma metodologia que promova o desenvolvimento intelectual do sujeito dos seus processos próprios de aprendizagem.

Com a necessidade de criar mais possibilidades de atender às "diversidades sexuais", o conhecimento às "relações de gênero", com a garantia dos "direitos

humanos", a Proposta Curricular de Santa Catarina, embasada em propostas anteriores, traz programas para serem implantados que atendam e possibilitem a prevenção de todos os tipos de violências. Aqui se destaca a implementação em nível estadual do Núcleo de Prevenção e Educação na Escola (NEPRE), garantindo uma continuidade a projetos e políticas já embasadas em anos anteriores no estado catarinense.

A implementação da Educação e Prevenção tem a escola como um espaço privilegiado onde as crianças, adolescentes, adultos e idosos ampliam os saberes científicos, a convivência, as inter-relações com e entre sujeitos da diversidade (suas diferenças, suas vivências, seus valores e ética). Portanto, a educação deve ser também um espaço de justiça social, cidadania e de respeito aos direitos humanos (SANTA CATARINA, 2014, p. 62).

O trabalho com todos os públicos presentes na educação básica, em especial a crianças e adolescentes, desenvolvido pelos NEPRE's, tem como principal objetivo a prevenção, com ações focadas na orientação visando os princípios educativos, tendo a diversidade como princípio formativo para minimizar as "[...]vulnerabilidades a que estão expostos, com base no respeito à diversidade sexual, de gênero, às etnias, às religiões, às culturas, evitando toda forma de preconceito, de violência, de relações de poder, que viole os direitos humanos" (Santa Catarina, 2014, p. 62-63). Aqui fica evidente a necessidade em ampliar as categorias, trazendo a contextualização, quanto ao meio que cada instituição está inserida, com perfil formal trazendo a educação ambiental.

Após essas argumentações fica evidente que é preciso compreender a aprendizagem como um processo amplo que abrange escola, família e sociedade, levando o educando ao desenvolvimento integral. Levando isso em consideração, evidencia-se que a diretriz para a organização da prática na educação básica fundamenta-se nos conceitos essenciais, nas competências e habilidades, assegurando trabalhar valores para que o estudante saiba se posicionar como cidadão consciente na construção e transformação da realidade. Ou seja, a diversidade apresentada nas categorias se torna indispensável para o contexto estudantil.

A educação integral visa promover um percurso formativo mais integrado, na qual o currículo possibilita a intenção pedagógica coletiva. A articulação entre as áreas do conhecimento torna-se fundamental, superando processos pedagógicos fragmentados que tornam o percurso uma sucessão de etapas. O currículo deve

garantir ao educando o direito a uma formação integral que respeite a diferença, a diversidade, que contemple a dimensão ética, estética, política, espiritual, social, ambiental, técnica e profissional. Portanto, a formação integral deve ser incorporada em cada componente curricular, cada ação delineada conforme documentos que regem o contexto escolar.

3.2 BUSCANDO NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS AS CATEGORIAS OU SINAIS DAS CATEGORIAS QUE EMERGIRAM DA PCSC E DOS PCNS

Ao identificar as escolas estaduais de Chapecó SC, entre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) enviados, realizamos a amostragem por clusters (Antunes, 2011), ou seja, grupos naturais previamente existentes, a exemplo de escolas. Deste modo, analisamos 5 (cinco) unidades, selecionando uma de cada região geográfica do município (Sul, Norte, Leste, Oeste e Centro), neste caso, não nominamos a escola e sim a sua localização, garantindo assim transparência/imparcialidade e visão generalizada de cada contexto.

Esse tipo de amostragem garante a escolha de forma aleatória, após verificação de pertencimento ao agrupamento/aglomerado com características semelhantes entre si e que possibilita a eficácia e confiabilidade dos resultados extraídos dos documentos (Projetos Políticos Pedagógicos).

Os dados a ser analisados conforme as categorias foram: a educação para as relações de gênero, a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero), a educação e prevenção, a educação ambiental formal, a educação das relações étnico-raciais e a educação especial, já pré definidas, tendo como referência a Proposta Curricular de SC e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A análise dos PPPs está organizada na busca por características de como a educação inclusiva está sendo tratada no documento oficial e interno, que norteia todas as ações no cotidiano escolar. Depois de definidas as regiões e os PPPs seguimos para o levantamento de informações que nos possibilitou análise final e que nos deu diretrizes para a elaboração de uma proposta de produto final que contribua de forma significativa para a formação de professores/as na educação básica, no que tange a educação inclusiva no contexto escolar.

3.2.1 Projeto Político Pedagógico SUL

Ao fazer uma análise detalhada do Projeto Político Pedagógico, pertencente a amostra da REGIÃO SUL, verifica-se indícios que contemplam a INCLUSÃO como define a Proposta Curricular de Santa Catarina e como passamos a defender, ou seja, sem reducionismos. Encontramos neste PPP, elementos norteadores, que evidenciam o diálogo tanto com a PCSC como com os PCNs.

Ainda, destaca conceitualmente, que a inclusão ocorre quando se possibilita atendimento a todos/as, trazendo à escola uma nova maneira de agir, em relação às suas práticas, concepções e papel social. Com isso, proporciona acesso, de modo igualitário, para todos/as, junto ao sistema educacional, buscando erradicar os tipos de discriminação naturalizados socialmente. Estes indícios podem ser verificados, ao encontrarmos citações que remetem a “gênero, religião, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, ambientais e comportamentais”.

Esse PPP, ainda relaciona os projetos/ações que podem contribuir para atingir o que se almeja quanto a inclusão escolar: **1) NEAD:** Núcleo de Apoio à Educação a Distância, que garante o estudo das questões étnico-raciais buscando a mudança de atitudes, posturas e valores quanto à pluralidade étnico-racial. **2) As tecnologias aplicadas à Educação,** que se constitui em uma ferramenta de trabalho para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. **3) O NEPRE,** que é Núcleo de Prevenção com ações desenvolvidas ao combate dos diferentes tipos de violência e uso de drogas em todas as suas formas. Na escola tem como função principal o planejamento, desenvolvimento e a avaliação destas ações. **4) RAIA,** que se constitui como sendo a Rede de Apoio à Infância e Adolescência no município de Chapecó SC. Essa rede busca estratégias que visem o enfrentamento de situações do cotidiano escolar e social, discutindo e rediscutindo no grupo práticas de enfrentamento coletivas e lineares. **5) Educação Sexual,** que traz a Educação para a Diversidade Sexual, buscando garantir o respeito à livre orientação sexual e a identidade de gênero. **6) Educação Ambiental,** fomenta a relação da Educação Ambiental Formal (EAF) no espaço escolar como sendo importante a promoção de construção de novas reflexões, atitudes, valores e mudanças culturais e sociais em relação ao meio ambiente. **7) Educação para o Trânsito,** que considera a importância no ato de ir e vir, garantindo conhecimento e

conscientização referente às leis de trânsitos brasileiras, aproximando do contexto escolar as vivências e necessidades diárias promovida durante todo ano letivo como tema transversal, sugestão e apontamento no documento da unidade escolar SUL.

3.2.2 Projeto Político Pedagógico NORTE

O Projeto Político Pedagógico selecionado na região Norte, se refere à INCLUSÃO como um tema que precisa ser contemplado em documento conforme prevê a legislação vigente e a Proposta Curricular de Santa Catarina. Neste PPP observou-se que o grande desafio e preocupação é ter uma escola para todos/as que respeite as diversidades existentes conforme definição/proposição de inúmeros autores. No entanto, é importante destacar que mesmo não estando contemplado uma proposta sistematizada, encontramos proposições como: **1) Serviços Especializados**, “são sustentados por fundamentação teórica e respaldada por determinações legais de alcance estadual, norteados pela constituição estadual 1989” assim está descrito. **2) AEE**. Na escola existe o Atendimento Educacional Especializado classificado como sendo AEE misto, por atender estudantes com várias deficiências elencadas como: Deficiência Intelectual (DI), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), atendidos por profissionais especializados. **3) Segundo Professor de Turma**. Conforme definição da escola, com intuito de “incluir no processo de ensino aprendizagem os alunos com necessidades especiais a escola possui em seu quadro de funcionários o 2º professor”, sua principal função é aproximar a turma e os alunos, ou seja, incluir. **4) Diversidade e Temas transversais**. Aqui a organização do respectivo PPP, sob análise, traz a inclusão no currículo da educação básica, sob a perspectiva do uso da legislação (uso das leis para amparar cada temática, cita-se as leis/normativas) referentes à: Educação e Prevenção na Escola, Cidadania e Direitos Humanos, Educação Étnico-Racial-Cultural, Educação no Trânsito, Educação Ambiental, Segurança Alimentar Nutricional, Educação e Saúde, Educação Financeira. Dessa forma, justifica que é importante contemplar conteúdos e temas para atender às determinações de algumas leis fundamentadas no ato/ações para incluir. Assim destacam-se projetos como forma de aproximar as

legislações citadas do cotidiano escolar em nível fundamental e médio, da educação básica.

3.2.3 Projeto Político Pedagógico LESTE

No Projeto Político Pedagógico que representa a região Leste, se evidencia a tratativa da inclusão inserida em suas propostas de ações que compõem o ano letivo, como projetos interdisciplinares, com proposta de implementação no formato espiral para iniciar com uma parcela da comunidade escolar e ir disseminado gradativamente entre todos/as. Os projetos são apresentados divididos por temáticas, elencadas e citadas a seguir, sendo que alguns itens foram retirados dos documentos norteadores e outros construídos a partir das necessidades da unidade escolar: **1) Projetos abrangendo temáticas**, com foco no atendimento às diversidades, Momento Cultural, Show de Talentos, PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas, PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Dia da Família na Escola, Semana Estadual da Paz, Alimentação Escolar, Recreio Dirigido, APOIA- Programa de Combate à Evasão Escolar, Mês da Saúde na Escola e NEPRE- Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola. Todos os citados e descritos no PPP a escola vem com descrição, os envolvidos e o plano de ação. **2) Cadernos Pedagógicos**: “Educação, Adolescentes e Uso de Drogas”. Na busca da efetividade das ações de educação e prevenção ao uso e abuso de drogas, o PPP desta instituição aponta que todos os segmentos precisam estar envolvidos, de forma direta e efetiva. Para tal, dentre as propostas, destaca-se: NEPRE/ESCOLA, que é apontado “como espaço privilegiado de estudo e implantação de novas estratégias para a diminuição do índice em relação ao uso de drogas nesta fase principalmente”; “Abordagens Necessárias Política de Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiro e Africana”, com a implantação das ações afirmativas, destaca-se a lei federal nº 10.639/2003, que “torna obrigatória o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira”. O objetivo, de acordo com o documento, é a desconstrução dos modelos e práticas que foram construídos historicamente desconsiderando a pluralidade étnica racial existente, assim como causando muitas práticas e ações preconceituosas, desrespeitosas e excluidentes no

processo educacional brasileiro. Essa desconstrução possibilita estudos, debates e análise de um contexto construído na formação dos estudantes; “Educação Ambiental Políticas e Práticas Pedagógica” é um programa que traz a educação ambiental com a finalidade de cuidar, tanto do ser humano como do meio ambiente, com ações educativas que possibilitem ao indivíduo conhecer e se reconhecer como parte integrante do ambiente no qual está inserido. A escola promove uma Educação em que os sujeitos se sintam responsáveis e parte do meio social e físico.

3.2.4 Projeto Político Pedagógico OESTE

Nesse Projeto Político Pedagógico, fica evidente a centralidade da inclusão na educação especial e com projetos trazendo as demais temáticas sobre a inclusão em abordagem interdisciplinar. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é reconhecido como uma modalidade da educação, ofertado na escola e na rede pública de ensino, com foco na inclusão dos estudantes com deficiências. Este PPP descreve o AEE como sendo um serviço de atendimento ofertado a todos/as aos alunos que estão matriculados na rede regular de ensino, e, justifica-se por seu principal objetivo que “é qualificar as funções psicológicas superiores do educando, para auto regulação de sua estrutura cognitiva” propondo investigação com estratégias pedagógicas que possibilitem avanços no seu processo de aprendizagem e autonomia.

O documento analisado, reconhece que a inclusão é uma questão social, ligada às pessoas com deficiência e cita ainda que “observa-se que sua proposta é defender a igualdade para todos os indivíduos, qualidade de vida sem distinções e sem qualquer tipo de preconceito.” Traz a análise a partir da proposta de inclusão de pessoas com necessidades especiais no convívio social e nos espaços escolares, faz recorte e busca histórica desse processo. A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população.

O PPP também contempla a chegada de alunos estrangeiros para unidade escolar e demonstra preocupação em como incluir esses estudantes no contexto escolar, com qualidade e buscando garantir o respeito à diversidade apresentada. Como já mencionado, faz referência à inclusão em forma de projetos, destacando datas comemorativas como dia da família na escola e dia do estudante, com ações envolvendo toda comunidade escolar, palestras, feira do conhecimento e momentos culturais, que envolvem temáticas como: Educação no Trânsito, Solidariedade e Sustentabilidade, Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil no EM (Ensino Médio), Mostra do Conhecimento, RAIA (Rede de Atendimento à Infância e a Adolescência) e NEPRE. Ao trabalhar as temáticas mencionadas, reporta a inclusão como parte do processo, reconhecendo a diversidade existente e evidenciando a evolução nas políticas públicas, na legislação que garante o amparo legal e escrevendo sobre a condição existente no meio que estão inseridos.

3.2.5 Projeto Político Pedagógico CENTRO

Nesse PPP, temos a temática da inclusão como sendo crescente a cada ano, e observamos a necessidade de garantir uma educação com qualidade para todos. O documento destaca que: “O mundo moderno necessita da construção de uma sociedade inclusiva que acabe com todos os preconceitos que, infelizmente, vivenciamos hoje em nosso convívio social.” Aponta que “a educação especial inclusiva tem como foco o ensino de qualidade a toda e qualquer criança ou adulto, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência física ou mental.” Assim, este PPP destaca a inclusão vinculada especificamente a educação especial, trazendo a afirmativa de que “O aluno pode ser surdo, mudo, cadeirante, autista, portador² de síndrome de down, ele tem direito de aprender junto a um colega que não tem nenhuma dessas características.”

O PPP desta instituição propõe que o grande objetivo é trabalhar as diferenças de modo a satisfazer as necessidades básicas de todos e promover inclusão no meio social. O processo de inclusão precisa de estrutura adaptada,

² Embora a expressão “portador” não seja mais usada para se referir a pessoas com deficiências ou síndromes, optou-se por manter o termo já que está escrito desta forma no documento (PPP) analisado.

relações que auxiliem os estudantes a aprender os conhecimentos específicos, a aprender a ser e a conviver no meio em que está inserido (um dos pilares da Proposta Curricular de Educação do Estado de Santa Catarina).

No que diz respeito às conquistas da educação especial, este PPP destaca que é necessário, dentro da escola regular, ter a possibilidade de ter Segundo professor de turma. O segundo professor da turma é o profissional que atua nas turmas regulares acompanhando a turma e o aluno especial nas atividades, auxiliando e adaptando conforme necessidade de cada estudante. O documento também aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que funciona no contraturno e trabalha na formação dos estudantes garantindo acompanhamento conforme a necessidade individual. O profissional busca aproximar de forma adaptada os conteúdos, as práticas pedagógicas do ensino regular aos alunos especiais. De acordo com o PPP: “A ‘Inclusão’ de alunos na Educação Especial no processo ensino-aprendizagem será o desafio maior e constante, com a partilha da responsabilidade, da busca de recursos, encaminhamentos e instrumentos necessários para efetivação.”

Dentre os projetos executados o referido PPP cita o NEPRE, como tendo o objetivo geral de “Desenvolver a consciência coletiva da importância da autodisciplina, do respeito, da mudança de postura, do comportamento e promoção de cultura que valorize e respeite as diferenças humanas”. Logo, é possível perceber um indicativo da preocupação de se trabalhar e respeitar as diferenças. Assim como quando pontua os temas transversais e/ou Interdisciplinaridade, constituídos pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs), e define que estes “compreendem 6 áreas: ética; orientação sexual; meio ambiente; saúde; pluralidade cultural; trabalho, consumo e meios de comunicação.” O PPP analisado na região central evidencia também a legislação em relação à inclusão no que se refere ao NEAD – Núcleo de Estudos Afrodescendentes. Este, “estuda as questões relacionadas à história, a cultura afro-brasileira e africana e as políticas públicas implementadas para esta e demais etnias formadoras do povo brasileiro.” E aponta que “Será trabalhada nas disciplinas de história, artes e português no ensino fundamental e médio.”

É possível verificar que aqui também fica evidente a educação inclusiva, quase que exclusivamente focada na educação especial. Ao fazer análise é possível verificar a presença forte da preocupação com a Inclusão, porém com falta de aporte

teórico para conhecimento/estudo/implantação de ações que tornem a prática integralmente inclusiva.

3.3. SEMELHANÇAS E PARTICULARIDADES ENCONTRADAS NOS PPPs

Importante fundamentar as evidências encontradas nos PPPs analisados junto à perspectiva da educação inclusiva, refletindo a diversidade que constitui o ambiente escolar. Assim como menciona Veiga (2002), nesse documento delineado pelas unidades escolares é necessário apresentar com clareza a estrutura escolar que se busca constituir e assim, consequentemente, o cidadão, o modelo de sociedade que se pretende formar. Essa composição vem ao encontro certamente com a formação permanente dos profissionais, sejam eles professores/as, equipe administrativa ou equipe pedagógica. Em síntese: todos os segmentos que compõem a escola precisam estar em constante busca pelo conhecimento, respaldado na realidade local, respeitando as diversidades, assim como as particularidades de cada estudante, que precisam ser vistos/tratados como protagonistas no processo de ensino aprendizagem.

Assim, os PPPs analisados trazem na sua essência a preocupação em cumprir a legislação, fazendo proposta de intervenção principalmente através de projetos. Neles são encontradas informações sobre a formação permanente dos profissionais, descritos como sendo um fundamento na construção do projeto político-pedagógico, e, se evidencia o termo diversidades em relação ao contexto. Mas, é necessário se estender à discussão/proposta da escola como um todo e suas relações com a sociedade, assim:

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico. Assim, compete à escola:

- a) Proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- b) elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa (VEIGA, 2002, p. 5).

Outro importante ponto, que foi levado em conta nas particularidades de cada documento analisado, foi a percepção de que trazem a essência da educação inclusiva focada na educação especial. Talvez pelos anos de caminhada a nível nacional que a mesma apresenta, fator que desencadeia conquistas e traz os

estudantes com necessidades especiais para o ambiente da educação regular. Essa mesma projeção se busca para todos os sujeitos que compõem o espaço escolar e que conforme as categorias elencadas no estudo, advém principalmente da PCSC e dos PCNs. Aqui é importante destacar que a educação básica precisa estar organizada nos níveis de ensino, mas principalmente na coletividade, na diversidade que compõe cada ambiente, que esses sujeitos são únicos e necessitam serem percebidos, notados e respeitados na sua essência.

Outro ponto que converge para a constituição de um PPP realmente inclusivo em uma instituição de ensino é sua construção/reorganização ser feita de forma democrática e participativa, ou seja, a construção

[...] tem por principal objetivo caracterizar a escola, e suas metas e ações para a busca de uma educação de qualidade, crítica e contextualizada. Durante a construção do PPP as escolas buscam definir qual a escola que se quer, é um resgate da realidade para planejar o futuro [...] (GOTFRID, 2016, p. 4).

De acordo com Gotfrid, aqui se fundamenta os passos indicativos para a constituição do PPP que vai muito além da indicação dos conteúdos, perpassa principalmente pela constituição de um ambiente formado pela contextualização da realidade da escola. Levando esse importante ponto em consideração, conhecer e reconhecer os indivíduos que compõem esse meio e suas necessidades dentro do contexto que estão inseridos é primordial.

Partindo do princípio da gestão democrática, o objetivo do Colégio é proporcionar a interação entre professor-aluno, vivenciar e pôr em prática o projeto político pedagógico de maneira a atingir a coletividade democrática, pois segundo o documento estudado o aluno tem consciência de ser um cidadão crítico e participativo na sociedade o que exige, portanto, um processo ensino-aprendizagem significativo, inclusivo e contextualizado (GOTFRID, 2016, p.8).

A reorganização da escola, junto a construção anual do PPP, que além de ser o documento norteador de todo processo, precisa estar em constante movimento, devido às características de cada espaço e da diversidade que constitui. Para a realização dessa tarefa é necessário o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico participativo, e isso implica fazer rupturas no que já existe para avançar. Vale analisar e compreender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano, trazendo indicativos da formação a qual os estudantes pertencem.

Outra observação pertinente se refere à presença da constituição de um grupo, formado pelos segmentos que constitui a escola, para trabalhar as situações de violências: o NEPRE. E, Veiga defende que todo processo precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para ter a consolidação de sua proposta e isso requer continuidade das ações. Para o referido autor, "A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório" (VEIGA, 2002, p. 11). Confirmamos com isso a importância de propormos um produto educacional que aproxima essas proposições a nossa realidade apresentada durante a análise dos PPPs.

É importante destacar que a intenção é trazer algumas indicações que aproximem a construção/reorganização desses documentos em cada unidade escolar da rede estadual de SC, que compõem o município de Chapecó, como sendo sugestão/proposta. Com intuito de trazer de forma coletiva, participativa e democrática, obras, autores, documentários, filmes, ou seja, materiais que aproximem cada contexto da educação inclusiva na sua integralidade, reconhecendo e respeitando a diversidade. Cada estudante é constituído pela diferença, se tornando protagonista do processo de ensino aprendizagem quando lhe é permitido tal feito. Assim como os professores e demais agentes que compõem a escola, precisam estar em constante busca por aprender a ensinar de forma colaborativa e participativa. A formação permanente é fundamental para compor o processo de forma eficiente, pois toda ação nos proporciona uma reação.

CAPÍTULO IV- PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa realizada como requisito parcial para obtenção do título de mestra em educação inclusiva, por estar em um mestrado profissional, me delega a tarefa de realização de um produto educacional. Assim optei pela produção de material pedagógico: um portfólio com sugestões pedagógicas, que se propõe auxiliar na revisão ou na reorganização do Projeto Político Pedagógico, com proposta de trabalhar junto ao percurso formativo, por meio de uma construção coletiva junto aos docentes da rede pública, com objetivo de aproximar a produção realizada do contexto escolar das escolas estaduais do município de Chapecó.

Esse portfólio com sugestões pedagógicas terá como diretriz a contribuição que extraímos dos documentos analisados, bem como do referencial teórico que tivemos acesso nessa trajetória. Por meio desse instrumento, buscaremos contribuir para desmistificar a educação inclusiva, trazer possibilidades para a formação dos professores, para o percurso formativo e assegurar no PPP a importância de garantia perante a legislação.

O conhecer, traz a possibilidade de lutar por uma efetivação da educação inclusiva na sua integralidade, respeitando as diferenças e principalmente propondo na prática, ações inclusivas tornam o ambiente inclusivo. A proposta foi pensada para contribuir diretamente no processo de inclusão na educação básica através de ações que aproximem o que foi pesquisado da realidade local para que o ambiente escolar possa se ressignificar junto a teoria e prática de uma escola inclusiva na sua integralidade.

O material teórico de apoio produzido para auxiliar na implementação do processo de inclusão de forma contextualizada, foi projetado respeitando as individualidades e efetivando as garantias já previstas na legislação. O mesmo pode ser estendido até a participação em cursos ou formação continuada, para auxiliar na produção coletiva do Projeto Político Pedagógico e nas práticas no contexto escolar. Assim, o material se apresenta de forma organizada com sugestões como: Método de desenvolvimento, características fundamentais para construção do PPP que contempla a educação inclusiva, elementos indispensáveis para construção do PPP inclusivo para assim subsidiar a proposta do portfólio com sugestões pedagógicas.

4.1 MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO

Após realizar a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, e junto às obras, as categorias que nos embasam fortemente na busca de proposição/ sugestão que possibilitem trazer a educação inclusiva para o percurso formativo e consequentemente para as práticas pedagógicas, iremos dar possibilidades de construir/organizar esse documento que é a vida da escola. Por estar em constante movimento, é necessário compor o PPP de forma coletiva e participativa. É nele que contemplamos a diversidade do contexto escolar, que pretendemos inserir ações que gerem reações de forma colaborativa, democrática e possibilita ver o estudante como protagonista, agente ativo no processo de ensino aprendizagem.

As análises realizadas nos PPPs afirmaram um dos objetivos: construir, organizar e reorganizar o documento norteador de cada escola. Outro foi a necessidade de apontar, junto aos documentos, outros meios de contemplar nos PPPs a educação inclusiva, tendo como base o respeito à diversidade e a formação permanente, para que toda equipe escolar se fortaleça enquanto coletivo. E segundo Pereira (2019, p. 66), “[...] verifica-se que as políticas de educação inclusiva têm buscado a inclusão de todos, rejeitando a exclusão de qualquer aluno dos processos de escolarização”. E assim destacamos que nos PPPs é pertinente garantir linhas gerais que promovam essa garantia e depois através das especificidades locais, se organize de acordo com o texto local, levando em consideração as individualidades.

Nesse entendimento, a ideia da educação inclusiva abrange todos os estudantes, em suas mais diferentes formas singulares de existir no mundo, que se encontram fora do sistema escolar comum. Nesse quadro, incluem-se —crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Ibidem, superdotadas - correção nossa), além dos milhões de crianças que são marginalizadas ou excluídas, cotidianamente, do próprio sistema escolar, pela sua organização curricular (PEREIRA,2019, p. 70).

Com isso, o método a ser proposto traz a possibilidade de conhecer, estudar e incorporar possibilidades de tornar o PPP de cada escola, respeitando as individualidades, mas em linhas gerais a educação inclusiva como norteador do percurso formativo. Ao focar no documento que traz as premissas da educação básica, fundamentado na legislação vigente e nas práticas pedagógicas locais. É de

extrema importância analisar o contexto de aplicação, para trazer possibilidade de verificar as individualidades, com uma visão coletiva no processo de ensino aprendizagem, na formação permanente dos professores, no currículo e consequente na pretensão que é reconhecer as diferenças para assim projetar uma educação inclusiva na sua integralidade.

4.2 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP QUE CONTEMPLE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fundamentado principalmente na PCSC, nos PCNs e nos PPPs analisados, fica evidente e necessário ter clareza que, conforme afirma Veiga (1998, p.1), “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.” Sendo necessário estar em constante movimento, garantindo além da legislação, com ênfase a educação inclusiva é importante também compreender que, “Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

Para apontar características de análise na tentativa de constituir um PPP inclusivo, vale trazer também colocações significativas quanto à interpretação do que realmente estamos buscando, assim:

Outro grande objetivo deste documento base da escola é resgatar a função social da escola, permitindo que o ambiente seja construtivo e democrático, e não apenas um espaço de repetição de conceitos historicamente sedimentados (GOTFRID, 2016, p.4).

Nosso objetivo foi verificar nas diretrizes políticas e pedagógicas do Estado de Santa Catarina, como aparece a educação inclusiva e como impactam na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), isso para as instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC. Então contemplar a educação inclusiva no documento norteador de cada espaço escolar, no município de Chapecó SC, nas escolas da educação básica, da rede estadual, é nosso desafio.

Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu

projeto político-pedagógico, propiciando consequentemente a construção de uma nova forma de organização (VEIGA, 1998, p.8).

Diante disso, sugerimos algumas ações para trazer proposta de trabalho para reconstruir/organizar o PPP de cada unidade escolar, com respeito e reconhecimento à diversidade. Sempre mantendo a pretensão de tornar o documento norteador das ações no contexto escolar, uma proposta inclusiva, constituída de forma coletiva, colaborativa e tendo o estudante indivíduo protagonista do processo educativo. As ações são as seguintes:

- 1) Propor uma organização de formação permanente nas instituições públicas de ensino;
- 2) Indicar autores que contemplam a educação inclusiva na sua integralidade para leitura e análise;
- 3) Sinalizar para as instituições quais são as Legislações e Políticas Públicas já aprovadas a respeito do tema;
- 4) Propor de Grupos de Estudos (pode ser temático, para estudo e discussão das formas de reconhecimento das diversidades e possibilidade de implementação no cotidiano escolar);
- 5) Promover seminários internos com assessorias temáticas em parceria com as instituições de ensino superior públicas.
- 6) Sugerir palestra para aproximar os professores da educação inclusiva na sua integralidade, desmistificando a educação inclusiva como sendo exclusividade do viés “Educação Especial” e sim como sendo “Respeito e reconhecimento da diversidade que compõe o ambiente escolar assim como a sociedade”.

Após citar algumas ações que podem trazer movimento que tornam o PPP inclusivo, vale também elencar elementos que quando vistos serão associados a um documento que tem a educação inclusiva na sua essência. Segundo os autores mencionados anteriormente, para ter educação inclusiva é necessário ter um conjunto de teorias, legislações, práticas e ações que tornam possível a mudança/adequação do espaço escolar.

4.3 ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PPP INCLUSIVO

A busca por elementos que aproximem a escola, ao Projeto Político Pedagógico e ao percurso formativo dentro do contexto da educação básica, é sem dúvida o respeito às diversidades. Para Pereira (2019, p.120), “O tempo escolar apresenta uma dupla perspectiva nos processos de escolarização, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizacional.” E elencar alguns elementos que possibilitam essa inserção é fundamental na construção do PPP focado na educação inclusiva. Para tanto, elencamos os seguintes:

- 1) Estudo e conhecimento de legislação;
- 2) Trabalho colaborativo;
- 3) Envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, podendo ser por amostragem, devido a quantidade de indivíduos que fazem parte da escola;
- 4) Avaliação permanente das proposições, das ações definidas coletivamente analisando o envolvimento de cada segmento e qual a devolutiva de cada um/uma;
- 5) Proposta em forma de espiral para que durante o ano letivo sempre se tenha um início e uma abrangência envolvente para que ao final os envolvidos sejam em maior quantidade que inicialmente, proposições abrangentes;

Com esses apontamentos, e seguindo a linha proposta por Veiga, (1998, p.6) “A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério”. Assim, nossa perspectiva se embasa fortemente em seus pressupostos.

A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 1998, p.6).

Por isso, nossa luta em traçar possibilidade de proposta para auxiliar a trazer indicativos e sugestões para reconhecer/construir um documento na perspectiva da educação inclusiva, conforme as categorias analisadas na PCSC e nos PCNs, é

fundamental para contemplar a educação inclusiva no contexto das escolas de educação básica.

4.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: UM PORTFÓLIO PEDAGÓGICO

Como Produto Educacional apresentamos esse Portfólio pedagógico, como uma possibilidade, uma sugestão e algumas referências pedagógicas para elaboração ou atualização do Projeto Político Pedagógico. A intenção é apresentar possibilidade de inserção da diversidade contemplada nas categorias mencionadas nesta dissertação. Essa sugestão se tornou possível a partir e em conformidade a análise nos PCNs, na PCSC, nos PPPs, autores e documentos onde encontramos elementos importantes para fortalecer a prática embasada teoricamente no PPP de cada unidade escolar da rede estadual de ensino, da educação básica, do município de Chapecó-SC.

Após pesquisa e análise das categorias que emergiram da Proposta Curricular de Santa Catarina, a saber: **Educação para as Relações de Gênero, Educação para Diversidade Sexual, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Especial e Educação do Campo** e, com embasamento também nos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi possível fazer indicativos e proposições de materiais que trazem e contribuem junto a Educação Inclusiva com reconhecimento e respeito às diversidades. Elas compõem o contexto da educação básica. Assim, as sugestões e proposições têm o intuito de contribuir para a revisão do PPP das unidades escolares, possibilitando a participação e a formação dos professores. Entende-se que estes profissionais precisam participar efetivamente da construção/reconstrução/revisão do PPP, para assim trazer mais indicadores de como tornar o/a estudante protagonista do processo.

Para compor o PPP e a proposta de intervenção de forma prática junto a formação de professores no combate a práticas excludentes e discriminatórias, tanto as escolas quanto os professores devem lutar por uma educação inclusiva. É preciso considerar a possibilidade de verificar a inclusão como necessidade em todos os setores que representam a diversidade encontrada na sociedade assim como nas escolas. Os itens buscados e relacionados conforme as categorias elencadas para a diversidade na PCSC e nos PCNs, são: filmes, vídeos, documentários, leituras,

indicações de legislação, materiais que subsidiam e dão possibilidade de buscar muitas outras fontes.

Quadro 07: Sugestões de VÍDEOS para trabalhar a diversidade

TÍTULO	LINK
FIGUEIRÓ, M.N.D. O que é diversidade sexual. Disponível no youtube (2018)	https://youtu.be/gaY5Ezl7M8k
Webinar - Diversidade sexual nos espaços educativos: Identidades de gênero.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
Sexo e Gênero vídeo disponível no youtube Papo de Coruja.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
COUTINHO. L. e BEZERRA. B. Jr. Gênero e Sexualidade além dos rótulos. Youtube Café Filosófico (2016).	https://youtu.be/f8ktBCM_KDI
O Perigo de uma História Única - Chimamanda Ngozi Adichie	https://www.youtube.com/watch?v=JiysHmWKI3w
Relações Étnico-Raciais - Profº. Dr. Kabengele Munanga	https://youtu.be/7FxJOLf6HCA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova Consciência	Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova ...
História da discriminação racial na educação brasileira. Aula Escola da Vila 2018	https://youtu.be/gwMRRVPI_Yw
Vídeo de um humorista que relata essa discriminação velada. Formas veladas de preconceito estrutural.	https://youtu.be/fEF1NzMEqGA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. 20º Encontro da Nova Consciência. 2014	https://www.youtube.com/watch?v=uW-zzS8_CI8
Bahia, berço da Cultura Afro-Brasileira - Nação TVE - Salvador - Programa 2 - 12/11/2014	https://youtu.be/WflxTpbTrC8
Uma nova forma de pensar, com Ailton Krenak	https://www.youtube.com/watch?v=-36g1mMpCTY
Ailton Krenak: "A natureza não é uma fonte inesgotável"	https://www.youtube.com/watch?v=OzV5xFWZdy0

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

Quadro 08: Sugestões de **FILMES** para trabalhar a diversidade

Sugestões	Indicação de Possibilidades
<p>A pessoa é para o que nasce (2002) https://youtu.be/5nl8U_i9t74</p> <p>Classificação: livre</p>	<p>O documentário relata a história de três irmãs cegas de Campina Grande, Maria das Neves, Regina Barbosa e Francisca da Conceição. A narrativa mostra a leitura de mundo das mulheres e a dedicação do trio à música.</p>
<p>Amy uma vida pelas crianças https://youtu.be/f_B072k0FSU</p> <p>Classificação: livre</p>	<p>Após a morte de seu filho, Amy deixa seu marido para se tornar professora em uma escola para crianças deficientes. Descobrindo uma nova razão para viver, ela se dedica a ensinar crianças surdas a falar, ao mesmo tempo em que elas o ensinam o verdadeiro sentido do amor.</p>
<p>Atypical https://www.netflix.com/watch/80117462?source=35typical (2017-2021)</p> <p>Classificação 14 anos</p>	<p>Atypical é uma série norte-americana de comédia dramática. Em quatro temporadas que foram lançadas entre 2017 e 2021, o show conta a história de Sam Gardner, um jovem de 18 anos diagnosticado dentro do espectro autista. No fim da adolescência e começo da vida adulta, Sam precisa lidar com questões como faculdade, relacionamento amoroso, sexualidade e pais superprotetores. A série fala sobre bullying, família, amizades, relacionamentos e amadurecimento de forma perspicaz, uma boa opção para debater a inclusão social de pessoas diagnosticadas dentro do espectro autismo com os alunos do Ensino Médio.</p>
<p>Colegas (2012) https://youtu.be/Wj4Naoc1RJA</p> <p>Classificação:12 anos</p>	<p>Aninha, Stallone e Márcio protagonizam uma história de amizade e sonhos. Os três fogem do instituto em que viviam para perseguirem seus respectivos desejos de casar, ver o mar e voar. Ao longo da trama, os três trilham um percurso de aventura, contribuindo para que a Síndrome de Down seja retratada dentro de um contexto de autonomia, superação e aprendizagem.</p>
<p>Como Treinar o Seu Dragão (2010) https://www.youtube.com/watch?v=bSWeuKV0cvw</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>O longa-metragem é uma excelente opção para debater a importância de combater o preconceito e aceitar as diferenças com os alunos do Ensino Fundamental, além de ser uma lição de amizade e superação.</p>
<p>Cuerdas https://youtu.be/4INwx_tmTKw2013</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>Cordas, traduzido para o português, é um curta-metragem de animação escrito e dirigido pelo diretor e roteirista espanhol, Pedro Solís García. O filme tem 10h52 de duração e mostra a relação de amizade entre María e Nícolas, duas crianças que moram em um orfanato. Nícolas, portador de paralisia cerebral, vive em uma cadeira de rodas e não fala. Por conta disso, nenhuma das crianças se aproxima dele, mas María está determinada a fazer amizade e brincar com o garoto. É uma boa opção para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência, além de ensinar valores como amizade, empatia e respeito às diferenças aos alunos.</p>

<p>Hoje eu quero voltar sozinho (2014)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=FKQSSfJZQ4o</p> <p>Classificação 12 anos</p>	<p>O filme aborda temas importantes como deficiência, homossexualidade, bullying e preconceito com muita sensibilidade e é uma ótima opção para introduzir o debate sobre diversidade e inclusão com os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.</p>
<p>Kiriku</p> <p>https://youtu.be/3v9sylz3ipg</p> <p>Classificação livre</p>	<p>Ao longo da História, com os conflitos religiosos e culturais entre os povos, algumas histórias ganharam mais espaço na literatura e nos registros oficiais do que outras. Por outro lado, a cultura africana, por conta do racismo ainda tão presente em nossa sociedade, é uma das culturas cujos mitos e lendas são muitas vezes marginalizados, apesar de sua riqueza. Pois os filmes da série Kiriku são perfeitos para apresentar esse universo fantástico aos pequenos. Kiriku é um pequeno guerreiro que nasceu em uma tribo africana e, desde seu nascimento, se dedica a proteger a natureza, a vida dos animais e a sua tribo. O herói ensina, ainda, que não é preciso ser grande para fazer coisas grandiosas.</p> <p>Para valorizar a cultura africana.</p>
<p>Lilo e Stitch</p> <p>https://youtu.be/wAtaSKQ4-T0</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>A produção Lilo & Stitch é rica em assuntos interessantes para trabalhar em família. Lilo, a garotinha de 5 anos do título, adora cuidar de animais desamparados. Tudo muda, entretanto, quando ela encontra Stitch, um alienígena super bagunceiro e incompreendido. Além disso, Lilo é criada por sua irmã mais velha, e com Stitch, elas formarão uma configuração familiar inusitada.</p> <p>Para falar sobre diversidade de famílias.</p>
<p>Lista de filmes para o público infantil (diversidade cultural):</p> <p>https://quindim.com.br/blog/colecao-filmes-para-falar-de-diversidade/</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 5 Filmes sobre Diversidade Cultural para assistir com as crianças. A infância é uma ótima fase para se propor reflexões e respeito às diferenças.</p>
<p>Lista de filmes sobre inclusão social</p> <p>https://educasc.com.br/educacao/educacao-inclusiva-7-filmes-para-abordar-a-inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>Educação inclusiva: 7 filmes para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência. Essas são indicações para introduzir o tema na escola.</p>
<p>Lista de filmes sobre inclusão</p> <p>https://educacaointegral.org.br/reportagens/10-filmes-para-abordar-inclusao-de-pessoas-deficiencia/</p> <p>Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 10 filmes para abordar a inclusão de pessoas com deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência é prevista na Constituição e figura entre os direitos dos cidadãos.</p>

O menino e o mundo https://youtu.be/6IFP8FVUwK8 Classificação livre	Na linda e premiada produção brasileira O menino e o mundo, um menino e sua família moram no campo até que por fim a falta de trabalho faz o pai partir para a cidade grande. Com saudade, o menino vai a traz do pai e descobre uma cidade cheia de máquinas que parecem bichos. Além disso, essa cidade é marcada pela desigualdade, pela exploração e pela pobreza. A trama permite discutir não só a desigualdade social como as condições de trabalho injustas que muitas pessoas têm que enfrentar em nome da sobrevivência. Para conscientizar sobre as diferentes condições sociais.
Procurando Nemo (2003) https://www.youtube.com/watch?v=NVvBdsWwUtQ Classificação livre	O filme é uma verdadeira lição de amizade e pode ser uma ótima opção para trabalhar os temas inclusão e respeito às diferenças com os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois mostra o peixinho Nemo, que tem uma nadadeira menor do que a outra, superando dificuldades e vencendo medos.
Soul Surfer – Coragem de Viver (2011) https://www.youtube.com/watch?v=EBRpwRZ_qMo Classificação 10 anos	Soul Surfer – Coragem de Viver, conta a história real da surfista campeã norte-americana, Bethany Hamilton, que aos 13 anos tem sua vida transformada após ser atacada por um tubarão e perder o braço esquerdo. O drama mostra as dificuldades enfrentadas pela atleta e se transforma em um filme de superação ao mostrar que, apesar da grave lesão, Bethany consegue voltar a praticar surfe, fazendo um dos retornos mais incríveis da história do esporte mundial.
Tainá https://youtu.be/a7k0n15wwek Classificação livre	Da mesma forma, as expressões culturais e a mitologia dos povos indígenas não ocupou, ao longo da história, espaços de protagonismo. Então, pode ser muito rico descontar esse universo para as crianças – o que ajuda a estimular a reflexão sobre a construção da identidade e autoestima de um povo. Os filmes da série brasileira Tainá – Uma aventura na Amazônia, que começou em 2000, mostra os desafios de uma menina indígena órfã que aprende as lendas do seu povo e se torna guardiã da floresta. Para valorizar a cultura indígena.
Tamara (2016) https://youtu.be/B4frsp-rR6c Classificação livre.	Criado e produzido pela House Boat Animation Studio, o filme é um curta-metragem de animação e conta a história de uma menina surda que sonha em ser bailarina. Com apenas 4h 36 de duração, o filme aborda temas como inclusão, tolerância e diversidade.
Zootopia https://youtu.be/prct6AB5tR8 Classificação livre	Zootopia, animação da Disney, é uma cidade povoada por animais de todos os tipos. Nela, uma coelha e uma raposa terão que superar suas diferenças para desvendar um caso relacionado a uma grave crise da cidade. Dessa forma, com muita aventura, o filme mostra que pessoas diferentes podem estabelecer conexões profundas. E que cada indivíduo deve buscar aquilo que sonha para a sua vida, independentemente do que dizem às convenções e os estereótipos sociais. Para falar de aceitação entre diferentes/empatia

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2022.

Quadro 09: Sugestões de reportagens, livros, outros materiais, para trabalhar a diversidade

Título	Link
Educando para a Diversidade Como discutir homossexualidade na escola?	https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2021/03/guia_educando.pdf
Materiais pedagógicos acessíveis	https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/
Diversidade e inclusão nas escolas: como a questão deve ser abordada pelas instituições de ensino	https://treediversidade.com.br/diversidade-e-inclusao-nas-escolas/
Jogos e dinâmicas de grupo-Pessoas com deficiência.	https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/jogos-e-dinamicas-de-grupo-pessoa-com-deficincia
Literatura e Inclusão: Formação do Respeito à Diversidade	https://www.researchgate.net/publication/347972998_Literatura_e_Inclusao_Formacao_do_Respeito_a_Diversidade
A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula?	https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-valoriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula
A educação ambiental na sala de aula	https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-aula.htm
Ailton Krenak: “A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho”	https://www.ufrgs.br/jornal/ilton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/
Dicionário da educação do campo.	https://ctazm.org.br/bibliotecas/dicionario-da-educacao-no-campo-288.pdf
Dossiê educação do campo: documentos 1998- 2018	https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdf
Educação ambiental	https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30939-educacao-ambiental
Educação do campo e escola multisseriada: o livro didático na formação do sujeito campesino.	https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID298517092018214355.pdf
Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.	http://livros01.livrosgratis.com.br/md000035.pdf
Educação do campo em Mato Grosso do Sul: ampliando a construção da identidade das escolas do campo.	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3690
Educação do campo: escola, território e trabalho docente.	https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5396/1/Miolo_EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO-final.pdf
Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões.	https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIV
Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.	https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educao_do_campo_um_olhar_historico_uma_realidade_concreta.pdf
Entenda como trabalhar a questão da diversidade nas escolas	https://educacao.imaginie.com.br/diversidade-nas-escolas/
Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente	https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf
Pedagogia histórico-crítica e educação no campo. história, desafios e perspectivas atuais.	https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf

Inclusão social	https://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/
Inclusão social nas escolas	https://www.todoestudo.com.br/sociologia/inclusao-social#4
O amanhã não está à venda.	https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%20Ailton%20-2020%20-%20O%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf
O professor e a educação inclusiva.	https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publicidades_inclusao/o_professor_e_a_educacao_inclusiva.pdf
Política de educação no campo para além da alfabetização (1952-1963).	https://static.scielo.org/scielobooks/q7zxz/pdf/baurreiro-9788579831300.pdf
Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade.	https://www.finom.edu.br/assets/uploads/cursos/categoriasdownloads/files/20190605040642.pdf
Princípios e concepções da educação do campo.	https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/06/Princípio-e-concep%C3%A7%C3%A3o-para-a-educação-no-campo-final-1.pdf

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2022.

As sugestões trazidas estão embasadas nas categorias que emergiram em nossa pesquisa que foram retiradas da Proposta curricular de Santa Catarina e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são: **Categoria Educação para as Relações de Gênero, Categoria Educação para Diversidade Sexual, Categoria Educação Ambiental, Categoria Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Categoria Educação Especial e Categoria Educação do Campo**. A intencionalidade é que as sugestões possibilitem e despertem a busca por inúmeras outras pesquisas para que cada escola, cada contexto possa inserir conforme suas características específicas, respeitando a diversidade focado no estudante como protagonista do processo.

4.4.1 Legislação e Políticas Públicas

Quanto à legislação, trazemos a proposta como instrumento pedagógico, considerando as possibilidades que resoluções e outros documentos que regulam políticas públicas e normatizam regras sociais para diferentes situações apresentam para potencializar práticas docentes. Elencamos, assim, alguns marcos que são fundamentais para a educação básica, assim como para a garantia das crianças e adolescentes junto a constituição federal e as leis de abrangência internacional, nacional, estadual e local. O intuito dessa lista é aproximar os docentes e toda

comunidade escolar da seguridade já existente, para assim ter a possibilidade de contemplar também o PPP da unidade escolar.

Quadro 10: Legislações que garantem a educação inclusiva e a diversidade nas escolas de educação básica.

Documento	Definição
Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.	Constituição Cidadã de 1988. Institui o Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício de direitos, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado.
Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015.	Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).
Decreto Nº 10.502, De 30 De Setembro De 2020.	Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008	Política curricular, que torna obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas.
Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
Lei 7.716/89, de 05 de janeiro de 1989	Conhecida com Lei do Racismo, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade. Em seu artigo 3º, a lei prevê como conduta ilícita o ato de impedir ou dificultar que alguém tenha acesso a cargo público ou seja promovido, tendo como motivação o preconceito ou discriminação. Por exemplo, não deixar que uma pessoa assuma determinado cargo por conta de raça ou gênero. A pena prevista é de 2 a 5 anos de reclusão. A lei também veda que empresas privadas neguem emprego por razão de preconceito. Esse crime está previsto no artigo 4º da mesma lei, com mesma previsão de pena.

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE-ECA É o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz.
Resolução nº 132 de 15 de dezembro de 2009	Esta normativa dispõe sobre o nome social nos registros escolares internos e dá outras providências, e passou a vigorar a partir de 2011
Lei nº 14.408, de 10 de abril de 2008	NEPRE , Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, fundamentado num conjunto de legislações que estabelecem os princípios orientadores para a efetivação dos Direitos Humanos.
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	Estatuto do Idoso que garante para eliminar o preconceito e produzir conhecimento, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento.
Decreto nº 186/2008 com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo – ONU, 2006, aprovada pelo Brasil, representa muitas conquistas desses sujeitos (respeito pela dignidade; autonomia; equidade de oportunidades; não-discriminação; participação e inclusão; acessibilidade; igualdade entre o homem e a mulher e pelo desenvolvimento de suas capacidades)
Decreto nº 7.612/2011	Que implantou no Brasil, o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, intitulado, Plano Viver sem Limite.
Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.	Traz garantias os Direitos Fundamentais para a subsistência da vida e a preservação da cultura dos povos indígenas, além do direito à educação e meios de comunicação, pré estabelecido junto a constituição federal de 1988.
Resolução nº 182, de 19 de novembro de 2013	O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, estabeleceu as normas complementares para as instituições no que tange o Credenciamento, Autorização de Cursos e seu Reconhecimento. Apontando inclusive para a especificidade da educação escolar indígena.
Resolução nº 05/CNE/2012	Estabelece que as políticas para a Educação Escolar Indígena estejam pautadas em todas as especificidades do povo indígenas.
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010	Concretiza juridicamente e respalda a política nacional de Educação do Campo. E confere amparo legal a estabelecer limites em áreas rurais.
Plano Nacional de Educação/2014	Apresenta avanços em relação ao PNE/2010,

	evidenciando o poder do Estado para normatizar suas ações considerando as reivindicações da sociedade civil organizada.
Parecer nº 263, de 21 de setembro de 2004.	Assegura a garantia do direito à educação das crianças acampadas a partir de um processo de escolarização que compreende a realidade e as necessidades dessas crianças. O Parecer autoriza o funcionamento da Escola Itinerante, como uma experiência pedagógica, com oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.
Parecer 07/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010.	Instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Escolar Quilombola.
Decretos nº 4.887/2003 e nº 6.261/2007.	Regulamenta a regularização fundiária e das políticas de gestão das comunidades, com o procedimento para a sua identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos
Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.
LEI 13.185, de 6 de novembro de 2015	Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional.
Lei N. 13.663 de 14 de maio de 2018	Essa lei altera o art. 12 da Lei nº 9.394, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
LEI Nº 14.164, de 10 de junho de 2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela

	estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.
Convenção da Organização dos Estados Americanos de Guatemala (1999)	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos na sessão realizada em 26 de maio de 1999 na Guatemala.
Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência (2011)	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência.

Fonte: Organização da Pesquisadora, 2022.

4.4.2 Proposta de Trabalho

De forma colaborativa, a proposta será, inicialmente, realizar diagnóstico para traçar o perfil da comunidade escolar e assim melhor conhecer os estudantes que compõem o espaço escolar.

O segundo passo da proposta será a realização de um seminário presencial com o corpo docente, gestão, representação discente e comunidade escolar, onde o portfólio pedagógico é apresentado como etapa sensibilizadora. Após esse momento inicial, propõem-se definir grupos de estudos permanentes para formação continuada, objetivando estudar a legislação, as políticas públicas que permeiam a educação básica, sugestões de vídeos, textos, dentre outros instrumentos pedagógicos que possibilitem permanentemente a socialização e empoderamento do corpo docente e discente do espaço escolar, assim como de toda a comunidade escolar.

Sabendo que a formação docente é fundamental para garantir a inclusão no espaço escolar, a proposta de trabalho apresenta a necessidade de assegurar no PPP de cada unidade escolar uma carga horária destinada à formação permanente, com possibilidade de estudo, pesquisa, troca de experiência e palestras com profissionais. Na sequência, debate e proposição de estratégias para produzir conhecimento e implantação dentro do espaço escolar das categorias que compõem a Proposta Curricular de Santa Catarina, assim como desenvolver de forma gradual

e contínua proposta de trabalhos interdisciplinares que envolvam todos/as as diversidades presente em cada contexto.

Tendo nossa proposta trazer a inclusão para educação básica é fundamental que o currículo seja também considerado, pois é um elemento que merece destaque, haja visto que norteia todas as ações no contexto educacional, assim

As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas (GOMES, 2007, p.9).

Como as práticas escolares precisam estarem alicerçadas nos conhecimentos das realidades, com isso é possível promover acesso ao conhecimento, caracterizado pelo protagonismo do estudante no contexto, como Gomes (2007, p. 24) afirma, “A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos ao estabelecer conexão com a realidade se evidencia a importância do trabalho coletivo e colaborativo.

Por fim, consideramos que a pesquisa das nossas práticas docentes, possa ser uma prática transformadora, observando a constituição da comunidade escolar e dos estudantes que constituem o ambiente, onde a proposição de estratégias possa tornar partícipes/protagonistas do processo respeitando suas histórias e constituindo o percurso formativo dos profissionais da educação de cada instituição de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposição e o desenvolvimento da pesquisa como um todo, tivemos a oportunidade de refletir, buscar embasamento teórico, fazer análise e construir o produto final. Sempre com foco na Educação Inclusiva na linha a formação de professores, voltada para as escolas estaduais de Chapecó SC junto ao documento norteador de cada unidade escolar: o PPP. Sentindo a necessidade de conhecer, por amostragem, esses documentos para, apenas depois disso, traçar sugestões e possibilidades de conhecer e reconhecer a Educação Inclusiva no contexto escolar. Agora apresentam-se as considerações finais, os percursos de construção e o desenvolvimento de uma proposta de atividade colaborativa entre todos que compõem a comunidade escolar.

Inicialmente com o projeto de pesquisa, na linha de formação de professores na perspectiva da educação inclusiva surgiu a possibilidade de trazer a necessidade do chão de sala de aula na educação pública básica para um projeto a nível de especialização de mestrado. A possibilidade de professores/as da educação pública estarem desenvolvendo pesquisa sobre as percepções vivenciadas em seus cotidianos escolares foi, com certeza, o grande diferencial do Mestrado PROFEI. Assim iniciamos no projeto, **Formação Docente e Educação Inclusiva nas Escolas da Rede Estadual do Município de Chapecó/SC: diálogos necessários**, com o objetivo geral, de analisar nas diretrizes políticas e pedagógicas do Estado de Santa Catarina como aparece a educação inclusiva e como são empregados na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC.

Realizamos todo o percurso para atender e responder aos objetivos específicos, buscando justificar a necessidade cotidiana e em obras/autores de como a Educação é vista/vivenciada nas unidades escolares, com análise documental (PPPs de 2021, por amostragem) segundo o que define a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Também vale ressaltar que não foi utilizada pesquisa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois de certo modo ela já está presente nos documentos norteadores da pesquisa, os PPPs, a PCSC e os PCNs. Já é possível afirmar que a inclusão escolar vai além do pressuposto didático metodológico, perpassando os

contextos no qual o mundo está inserido atualmente. A globalização desvelou muitas fragilidades que estavam insipientes e as políticas educacionais trazem a possibilidade de minimizar esses impactos.

Dessa forma e em sintonia com tais pressupostos a organização do espaço escolar deve primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade, a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço, ações que convergem à segurança garantindo o direito à educação. Assim fizemos alguns apontamentos para teorizar alguns termos que foram essenciais ao nosso projeto e indispensáveis ao contexto da educação básica: **Educação Inclusiva; Projeto Político Pedagógico; Proposta Curricular de Santa Catarina; Diversidades; Formação de Professores; Políticas Públicas.** Em alguma medida, o suporte epistemológico do presente trabalho, foi feito pelo aporte teórico, na tentativa de favorecer o leitor quanto à integralidade do estudo e a busca por respostas e apontamentos que convirjam para a estudo e a formação dos professores que atuam diretamente nas referidas unidades escolares da rede estadual de ensino do município de Chapecó SC.

Nessa etapa já percebemos que a legislação embasa a Educação Inclusiva, aponta caminhos a serem percorridos e evidencia que o estudo e o conhecimento produzido precisam ser difundidos para alcançar todos os sujeitos que compõem o contexto escolar. Com a fundamentação teórica, foi possível trazer obras que conversam entre si e, estas, deram um grandioso apoio pedagógico às nossas percepções do contexto vivenciado. A partir de então definido a nossa metodologia da pesquisa, por buscarmos a Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica junto à formação de professores optamos pela pesquisa qualitativa, documental e por amostragem, tendo como lócus para a pesquisa, as escolas públicas de Chapecó-SC, da rede estadual.

Na revisão de literatura definimos como recorte temporal o último biênio que caracterizou o período de todo o ano de 2020 e publicações do primeiro semestre de 2021, buscando teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Usando os descritores: Educação inclusiva e formação de professores e PPP e Diversidades; Educação inclusiva e formação de professores; Educação inclusiva e PPP e Educação inclusiva e Diversidades. Esse recorte se justifica no fato de querermos trazer as pesquisas mais recentes e como encontramos um quantitativo relativamente bom para uma pesquisa de mestrado,

definimos então, o recorte temporal, a seleção das obras e as etapas a serem pesquisadas. Essa definição trouxe no primeiro momento, a organização de uma tabela considerando: título, instituição, ano, autor no formato citação, identificação se tese ou dissertação, resumo e link para acesso do texto na íntegra. Em seguida, conforme cronograma, realizamos apontamentos de toda a revisão bibliográfica encontrada, com informações que nos permitiram a análise das teses e dissertações encontradas no período mencionado.

Com a análise documental trabalhamos com 5 (cinco) dos 29 (vinte e nove) Projetos Políticos Pedagógicos enviados pelas escolas estaduais contadas, somente 2 (duas) escolas optaram por não disponibilizarem seus PPPs para análise. Com esses volumes consideráveis, surgiu a necessidade de realizar o estudo/análise por amostragem onde selecionamos, o procedimento amostral de Cluster, definido pelas 5 (cinco) unidades, sendo uma de cada região (Norte, Sul, Leste e Oeste) mais uma da região central do município, de Chapecó SC.

Ainda, dentro do proposto, buscamos responder de forma satisfatória como a Educação Inclusiva é compreendida, considerada e utilizada nas diretrizes políticas pedagógicas e planejamentos das instituições públicas de ensino, da rede estadual de ensino, da educação básica do município de Chapecó, mesorregião do Oeste Catarinense, tendo como análise os PPPs das unidades escolares. Todas as etapas, os capítulos buscaram trazer informações, fazer questionamentos e proposições que contemplem esse questionamento. Para tal propósito, realizamos estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Proposta Curricular de Santa Catarina, fizemos a análise e descrevemos as categorias que contemplam a diversidade que sem dúvida são o eixo central de qualquer proposta de Educação Inclusiva. Descrevemos então as categorias: **Educação para as Relações de Gênero; Educação para Diversidade Sexual; Educação Ambiental; Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); Educação Especial; Educação do Campo.** Em cada categoria fundamentamos através das principais características que precisam ser observadas, quais os direitos que devem ser conhecidos, estudados e reconhecidos.

Vivenciando o dia a dia da educação básica é importante destacar a falta de propostas para despertar o conhecimento e o empoderamento dos profissionais que atuam com as classes da educação. Ao estudar as publicações/documentos que já estão asseguradas na legislação, isso gera conhecimento, bem como possibilidade

de defesa da diversidade existente nos ambientes educacionais. Também os PCNs junto aos temas transversais, ao conceito e empregabilidade da diversidade existente, foram fundamentais para dar embasamento teórico aos estudos mencionados.

A partir dessa etapa já ficamos mais seguras em realizar a análise dos 5 (cinco) PPPs que definimos no espaço amostral para trazer subsídios de apontamento de como a diversidade estava inserida no contexto escolar segundo o principal documento norteador local que traz descrito aquilo que deve ser ofertado, respeitado, seguido, construído em cada escola. Podemos afirmar, com isso, que o PPP é o documento que assegura a identidade da escola, em todos os aspectos e aqui realizamos análise especificamente em relação a diversidade e ficou claro algumas diferenças e algumas individualidades que trazem especificidades quanto a organização de cada espaço escolar. Aqui vamos descrever algumas conclusões parciais que podemos destacar de forma mais segura e assertiva.

As características comuns nos PPPs são: a busca pelo cumprimento de legislações que definem a educação inclusiva e a preocupação pela defesa da diversidade encontrada em cada escola, desenvolvimento de projetos como o NEPRE se destacam, pois, é um canal de comunicação entre a rede de apoio aos estudantes, com cuidados no que tange a evasão, a violência e fatores que demandam apoios de órgãos como conselho tutelar e ministério público. Também foi possível observar a inclusão sob viés da educação especial em todos os PPPs analisados, uma atenção e preocupação sobre a inclusão dos estudantes que estão garantidos, como pertencentes à política da educação especial.

Já para as diversidades, conforme determina os PCNs e a Proposta Curricular de SC, evidenciamos a presença das categorias: **Educação para as Relações de Gênero, Educação para Diversidade Sexual, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Especial e Educação do Campo**. As categorias são tratadas como necessidade de inserção dentro de cada contexto, inserida para além da legislação, mas também como possibilidade de promoção efetiva em cada unidade escolar. Evidenciamos uma assertividade no que se refere a categoria da Educação Especial, com uma organização diferenciada (como uma organização conquistada ao longo dos anos, com a contratação de segundo professores e o atendimento dos AEE). Por outro lado, se observa uma fragilidade quanto às demais categorias quanto à inclusão, pois, a diversidade que

contempla as mesmas torna necessário uma estrutura formada com especificidades para atender o público envolvido.

Ao realizar o estudo dos dados fornecidos pelo campo amostral, pelos PPPs citados em nosso trabalho, é seguro apontar que o conhecimento sobre a legislação, ao currículo, aos documentos norteadores, possibilita a inserção de ações que tragam visibilidade às semelhanças e diferenças encontradas no ambiente escolar. A partir de um diagnóstico inicial, é possível reconhecer o público envolvido e traçar algumas possibilidades/projetos/ações para identificar a diversidade presente em cada contexto, tornando possível promover maior respeito a cada sujeito na sua individualidade. A nossa proposta é que o PPP seja a porta de entrada para o processo, haja visto que é o documento norteador de cada unidade escolar, sendo construído de forma coletiva e colaborativa.

O PPP se constitui certamente numa ferramenta de aproximação entre os segmentos da escola e possibilita que toda a comunidade escolar faça parte do processo. Assim, é possível relacioná-lo com a formação de professores, pois, é através de propostas vindas de sua construção, onde o estudante seja protagonista e o professor o mediador, que ocorre uma educação efetivamente inclusiva. Ou seja, se constrói um espaço inclusivo, com respeito à diversidade e tornando o ambiente escolar um espaço de múltiplas possibilidades na sua integralidade. Nesse sentido, percebe-se a importância do percurso formativo do professor estar em constante atualização, uma vez que o conhecimento gera possibilidade de um ensino alicerçado no respeito à diversidade que o ambiente escolar contempla.

A proposta de inserção de um capítulo que contemple, nos PPPs das escolas, a diversidade se traçou como um caminho lógico a ser percorrido. A proposta é, assim como os PPPs o são, centrada nas categorias que estão contempladas na Proposta Curricular de Santa Catarina, bem como, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na legislação vigente. É uma possibilidade de fornecer aos professores conhecimento e sentimento de agentes propositores de ações que aproximem cada sujeito, respeitando suas diferenças e reconhecendo o estudante como protagonista do seu processo de ensino aprendizagem.

Diante disso, surgiu a proposta do Produto Educacional: O PORTFÓLIO, apresentado no último capítulo que é composto por algumas propostas de intervenção, junto a uma coletânea contendo sugestões de material para ser usado como referencial. Com intuito de auxiliar os/as professores/as na reorganização do

PPP assim como no contexto escolar diretamente com os estudantes. A proposta de intervenção conta com sugestões de filmes, documentários, atividades, histórias e dinâmicas que buscam refletir sobre diversidade e proporcionar reflexões sobre inclusão, ou seja, construídas a partir das temáticas que emergem da educação inclusiva e das categorias abordadas anteriormente.

Finalizando, realizei a escrita do texto, em grande parte, primeira pessoa, para revelar o quanto esse processo do mestrado PROFEI foi uma caminhada árdua e encantadora. Pois, pela primeira vez ao longo da minha trajetória profissional (chegando aos 23 anos), me foi oferecida a possibilidade de pesquisar a minha prática docente e com isso aprofundar a teoria sobre a diversidade a qual estamos submetidos constantemente, relacionando com o contexto escolar a que estou submetida. Como professora da educação básica estadual do município de Chapecó SC, posso me posicionar de forma bem transparente, sob o percurso formativo a qual estamos inseridos. E essa foi, sem dúvida, a melhor experiência de estudar, corelacionando a teoria e a prática constantemente, momento de reaprender estudar/trabalhar de forma colaborativa e cooparticipativa. Entendo que para alcançar a educação que tanto se almeja, necessita-se que mais profissionais da educação possam acessar estudos desse nível. Permanecer no chão de sala enquanto fazia essa pesquisa e desenvolvia a proposta de intervenção me possibilitou enxergar na prática o que aprofundamos de forma teórica. Produzindo um conhecimento e empoderamento que faz toda diferença no contexto que pertenço. E minha mensagem é que: O/A estudante é um indivíduo que precisa ser conhecido(a)/reconhecido(a)/respeitado(a) no processo pois ele(a) é o protagonista, é para cada estudante que busco e almejo o melhor a cada instante. Fazer parte e reconhecer esse contexto diverso, é fundamental para afirmar que essa dissertação seja inspiração para muitos assim como todo processo foi para mim.

Ao finalizar este trabalho, reitero que não significa colocar um ponto final na investigação, nas proposições, mas sim permitir que esses e outros questionamentos possam ser possibilidades de gerar novas pesquisas. Assim, é a busca pelo conhecimento científico, que esse estudo sirva de aporte para outros que virão. Nada é definitivo e acabado, tudo faz parte do processo e do contexto histórico. Meu desejo é que a produção continue alicerçada em cada contexto contribuindo para a educação hoje e sempre.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA REVISÃO DE LITERATURA

CARVALHO, Agda Malheiro Ferraz de. **Psicologia sócio-histórica e formação continuada de professores em serviço: revisão integrativa de estudos de 2005 a 2020.** 2020. 110 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

CARVALHO, Denise Alessi Delfim de. **Pedagogia de projetos na educação infantil: os significados na organização do espaço escolar.** 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020.

CARVALHO, Gabriela Maria Dultra de. **Educação e mídias: Telenovelas e formação de professores em educação sexual.** 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Tecnologia Educativa) - Universidade do Minho Instituto de Educação, Braga, Portugal, 2019.

DIAS, Joselito Batista. **Educação para a diversidade na perspectiva da inclusão social a partir de percepções de professores sobre a formação docente.** 2020. 171 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2020.

FARGNOLI, Rosane Pimenta. **A gestão de práticas inclusivas: reflexões a partir do olhar das professoras de apoio.** 2020. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2020. Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública, 2020.

FRIAS, Fernando Vinicius Gonçalves. **Ética e educação tecnológica: as práticas docentes de ética e cidadania organizacional nas escolas técnicas estaduais de São Paulo.** 2020. 139 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

GABIATTI, Joselaine Aparecida. **Formação de professores, inclusão e análise do comportamento: uma análise das publicações de trabalhos científicos no período de 2010 a 2019.** 2020. 115 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

MARCONI, Licia Pimentel. **Política educacional de Inclusão no contexto escolar: estudos de casos no município de Presidente Prudente/SP.** 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020.

MENINO-MERCIA, Gislaine Ferreira. **Influência de um programa de formação continuada sobre crenças e atitudes dos professores em relação a Educação Inclusiva.** Tese de doutorado, Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências de Bauru, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Rita Isabel Alves. **Educação inclusiva no Projeto político-pedagógico participativo: diálogos.** 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020

SABBI, Carlos Roberto. **Pedagogia radical e inclusiva: nas trilhas de elementos educativos para uma cidadania mais consciente = Pedagogia radical e inclusiva.** 2020.

SANTOS, Alfredo Balduíno. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades.** 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Educação Especialidade de Desenvolvimento Curricular)- Universidade do Minho Instituto de Educação, Braga, Portugal, 2020.

SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares da. **Educação física escolar inclusiva: olhares e saberes de um grupo de professores do ensino público do Natal/RN.** 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

VARGAS, Karolina Marianni. **Educação inclusiva: concepções que se desdobram em práticas.** 2020. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Programa de Pós Graduação em Gestão Educacional Nível de Mestrado Profissional. São Leopoldo. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAPITO, Juliano. **Diversidade e Educação Inclusiva - Diversidade Sexual**. Aula disponível no youtube (2020): Diversidade e Educação Inclusiva - Diversidade Sexual - Juliano Agapito. Acesso em: 02 de abril de 2021.
- ANTUNES, Rui. **Amostragem por clusters**. Obtido em (dia) de (mês) de (ano), de Sondagens e Estudos de Opinião (2011). Disponível em: <https://sondagenseestudosdeopiniao.wordpress.com/amostragem/amostras-probabilisticas-e-nao-probabilisticas/amostragem-de-clusters/>. Acesso em: 02 de abril de 2021.
- BATALHA, Eliana Ratto de Castro. **Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais** / Eliana Ratto de Castro Batalha. – 2019.
- BERNARDO, Marques Bernardo; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JANETE, Fábio Biscegli. **A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação**. Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. **Preparando a primavera: contribuições preliminares para uma crítica superadora à pedagogia da inclusão**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 16, n. 68, p. 272-287, 2016.
- BEZERRA, Giovani Ferreira e ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação**. Educ. Soc.[online]. 2013, vol.34, n.123, pp.573-588. ISSN 1678-4626.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso: 20 de junho de 2021.
- BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. PORTO -Portugal. PORTO EDITORA, 1994.
- BRAGA, L. F; SEVERINO, A. J. **Projeto político-pedagógico: saberes na intencionalidade político-democrática dos sujeitos dialógicos**. Macapá: UNIFAP, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Institui a Lei da "História e Cultura Afro-Brasileira" nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 02 maio 2021.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ICP- Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 02 de maio de 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Diário da União, Brasília, DF, 07 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Decreto 10502/2020). - Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/936694859/decreto-10502-20>

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília; Brasil: ano de 2008. Documento Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso: 02 de abril de 2021.

BUENO, José Geraldo da Silveira. **As Políticas de Inclusão Escolar: Uma Prerrogativa da Educação Especial.** In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça; LUNARDI, Albino dos Santos. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

CALIARI, Fabio Emanuel. **Tecnologias Digitais em Ambiente Escolar no Estado de Santa Catarina no Brasil: Conhecer e Prevenir Situações de Risco em Crianças e Adolescentes.** Tese doutorado. Universidade do Minho. Instituto de Educação: Braga, Portugal, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/71026>. Acesso: 20 de junho de 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras.** v.11, n.2, p.240-255, Jul/Dez 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Suzana Beatriz. **Educação em Direitos Humanos e formação de educadores.** In **Educação**. Porto Alegre. v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013

CAPELLINI; Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva.** Bauru: MEC/UNESP, 2010.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão inclusão.** In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.** São Paulo: Biruta, 2003

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de et.al. **Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico /design instrucional** PEREZ, C.S. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB. 2012.

CHAPECÓ. **Mapa de Chapecó**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Chapec%C3%A3o&oldid=63941875>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia da Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 2ª edição, Editora ALMEDINA Portugal, 2018.

Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão. Congresso Internacional. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>; Acesso em: 02 de abril de 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso: 01 de maio de 2021.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: Ronaldo M.L. Araújo; Doriedson S. Rodrigues. A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas: 2012, v.1, p.52-71. Disponível em: https://gtfhufrgs.files.wordpress.com/2018/05/olinda_como-analisar-documentos.doc. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

FARIA, Evangelina Maria Brito de; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **Língua Portuguesa e Libras: teorias e práticas** 4. Editora UFPB: João Pessoa, 2013.

FERREIRA, Gesilanine Mucio; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice Franci. **Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no brasil: em discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Revista de Humanidades e Ciencias Sociales. Vol. 7. 2020. Disponível em: <http://www.archivosrevistainclusiones.com/gallery/2%20vol%207%20num%201%20enemar2020ncl.pdf>.

FERREIRA, Wyndyz. **Pedagogia das possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras?** Cadernos CENPEC, v. 3, n. 2, p. p.73-98, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
_____. **A Educação na cidade**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9a ed. Porto Alegre: L & PM (2002).

GATTI, Bernardete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 37 jan./abr.

2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

GIACOMINI, Queila Ramos. **Consistência da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Chapecó-SC**, Dissertação Pós Graduação, Unochapecó, 2017.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicleá Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira**. Inclusão - Revista da Educação Especial, Brasília, n.1, p. 35-39, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso: 02 de abril de 2021.

GOMES, Nilma Limo; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O desafio da diversidade**. In: Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e currículo**. In.: MOREIRA, Antônio F. Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

GOTFRID, Alexandre. **O Projeto Político Pedagógico (PPP) como ferramenta para a ruptura das práticas de reprodução da pobreza e da desigualdade social na escola: o Colégio Estadual Marilze da Luz Brand**. Curitiba: 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53615>. Acesso em: 19 de agosto de 2022.

HEREDERO, Eladio Sebastian. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: Formar-se para a mudança e a incerteza. Tradução de Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; Oliveira, Guilherme Saramago de; Santos, Adriana Cristina Omena dos; Schnekenberg, Guilherme Fernando. **Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa**. UNICAMP- SP. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 77-95 (Coleção Educação Contemporânea). Disponível em: http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michael. “A contrapelo”: A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940) • Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2011.

LUDKE, Menga. **O professor e sua formação para a pesquisa.** Revista Científica, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, pp. 333-349 Universidade Nove de Julho. São Paulo: Brasil, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E., D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2012.

LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. Silva, Fabiany de Cássia Tavares. **Curriculum e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(80). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: o que é, por quê, como fazer.** São Paulo: Summus, 2015.

MONTEIRO, Marialnês Bacellar; FREITAS, Ana Paula De; CAMARGO, Evani Andreatta Amaral (Org.). **Relações de ensino na perspectiva inclusiva.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

MORGADO, Suzana Pinguello; **Políticas de educação infantil no Brasil: da educação de alguns ao cuidado de outros na proposta de ECPI da Unesco .** Maringá, 2016

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Educação e inclusão: um panorama histórico. Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 3, p. 65-81, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscretando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

ONU. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf Acesso em: 21 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (O.E.A.). **Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra**

as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2021

PACHECO, José Augusto. **Curriculum e Inclusão Escolar: (IN) Variantes Educacionais e Curriculares.** Revista Teias, [S.I.], v. 17, n. 46, p. 110-124, set. 2016. ISSN 1982-0305.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAÚJO, Mariane Andreuzzi de. PAIXÃO, *Katia de Moura Graça*; SILVA, *Glaciela de Fátima da* (Org.) **Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas.** Porto Alegre: Fi, 2018 (Série Diálogos transdisciplinares em educação)

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. **Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de educação especial no Brasil (1990-2015).** Interações, N. 49, pp 153-172, 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/16161>>.

PEREIRA, Antonio. **Pode existir inclusão social de pessoas deficientes no mundo do trabalho e da educação capitalista?** Educação Especial. Santa Maria, v.21, p. 189-200, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313128950005> Acesso em: 21 de abril de 2021.

PEREIRA, Cléia Demétrio. **Políticas de inclusão escolar: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal ao nível da diferenciação curricular na educação básica,** Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especialidade em Desenvolvimento Curricular. Universidade do Minho, Instituto de Educação, Portugal, 2019.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. **Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar.** In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D (Org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p. 17-32.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; VITALIANO, Célia Regina. **Contribuições do Desenho universal para a aprendizagem ao planejamento do processo de ensino na perspectiva inclusiva.** In: PAPIM, A. A. P.; ARAÚJO, M. A. PAIXÃO, K. M. G.; SILVA, G. F (Org.) **Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas.** Porto Alegre: Fi, 2018, p. 49-69 (Série Diálogos transdisciplinares em educação).

PRIETO, Rosângela Gavioli; ANDRADE, Simone Girardi; RAIMUNDO, Elaine Alves. **Inclusão Escolar e constituição de políticas públicas.** In: JESUS, D. M. BAPTISTA, C. R. CAIADO, K. R. M (Org.) Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Martins Editores, 2013. p.105-126.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2012.

RECHE, Daniella. **Localização de Chapecó no Estado de Santa Catarina**. In: A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. Dissertação de mestrado. 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257> Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

REHABILITATION INTERNATIONAL. **Carta para o terceiro milênio**. Londres, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo**. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n.94, p. 155-178, jan./Apr.2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf> >. Acesso em: 21 de abril de 2021.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos (orgs.). **Diversidade e Cultura Inclusiva**. Unesp; Redefor Educação Especial e Inclusiva. – São Paulo: Unesp, Núcleo de Educação a Distância, 2014.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. **A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências**. Revista Atos de Pesquisa em Educação / Blumenau, v.16, e 8574, 2021.

ROSS, Paulo Ricardo. **Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva**. Revista Educar, Curitiba n. 19, p. 217-227, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602002000100015&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 21 de abril de 2021.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: SED, 2014. <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SANTOS, Alfredo Balduíno. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades**. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especial de Desenvolvimento Curricular, Universidade do Minho, Instituto de Educação, Portugal, 2020.

SANTOS, Roseli Albino dos. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. - Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão na educação: uma visão geral**. In: SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: O paradigma do século 21. Revista da Educação Especial, n.1, p.19-23, Outubro. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

SAVIANI, Demeval. **Pedagogia histórico -crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003.

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática.** Arq. bras. psicol. vol.71 no.2 Rio de Janeiro maio/ago. 2019.

SOUZA, Marisa Mendes Machado de; GOMES, Suzete Araujo Oliveira. **Inclusão em educação especial para estudantes com deficiência intelectual na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem.** Aleph, p. 246-265, jul. 2019.

TAVARES, Celma. **Educação em direitos humanos na educação básica: Reflexões sobre sua prática pedagógica em escolas públicas.** Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 8, n. 2, p. 46-62, 9 ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/10710> Acesso em: 05 de abril de 2021.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://uniapae.apaebrazil.org.br/wp-content/uploads/2019/10/DECLARA%C3%87%C3%83O-DE-SALAMANCA-ELINHA-DA-A%C3%87%C3%83O-SOBRE-NECESSIDADES-EDUCATIVAS-ESPECIAIS.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

UNESCO. **Declaração de Guatemala.** Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível: <https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/legislacao/documents-internacionais#:~:text=Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o,maio%20de%201999%20na%20Guatemala>. 1999. Acesso em: 21 de abril de 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5912997/mod_resource/content/2/109-623-1-PB.pdf Acesso em: 02 de maio de 2021.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar:** práticas colaborativas entre os professores. Rev. bras. Estud. pedagogo (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>. Acesso

em: 01 de setembro de 2020.

YOUNG. Michael. **Teoria do Currículo: O que é e por que é importante.** Cadernos de pesquisa, 2014.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos 22(2):147-155. Unisinos: 2018. Disponível:<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

APÊNDICE:**PORFÓLIO COM SUGESTÕES DE MATERIAIS PARA SEREM USADOS PELOS PROFESSORES**



Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Centro de Educação a Distância- CEAD
Direção de Pesquisa e Pós-Graduação - DPPG
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE-
PROFEI/UDESC.

Formação Docente e Educação Inclusiva: diálogos necessários
(Formação Docente e Educação Inclusiva nas Escolas da Rede Estadual
do Município de Chapecó/SC: diálogos necessários)

Mestranda: Carina Pasini Col

Orientadora: Profa. Dra Vera Márcia Marques Santos

Chapecó-SC, setembro de 2022

APRESENTAÇÃO DO PORTFÓLIO COM SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento norteador de cada unidade escola, e vimos na Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), um documento potente que pode embasar sua elaboração, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) embasam a Proposta Curricular de Santa Catarina. Deste modo, podemos destacar a importância de situarmos as abordagens que estão asseguradas no que se refere à diversidade que remete a inclusão. Trouxemos PORTFÓLIO COM SUGESTÕES PEDAGÓGICAS, como possibilidade de levar até às unidades escolares estaduais de Chapecó-SC, uma proposta teórica por ocasião da elaboração/reelaboração dos seus PPPs.

A proposta faz apontamentos/sugestões de características fundamentais para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que vise a Educação Inclusiva, contemplando elementos indispensáveis para essa construção sob a perspectiva da educação inclusiva que contemple a diversidade presente em cada contexto escolar. Sugere como diretrizes marcos legais, políticas públicas, assim como uma proposta de trabalho com indicações de textos, filmes, documentários e literatura que possam auxiliar na elaboração de um PPP com abordagem inclusiva. Percebemos ser possível, de acordo com cada realidade, propor de forma colaborativa, ações que tragam para o PPP e para as práticas pedagógicas a educação inclusiva.

Com foco na formação de professores para assim disseminar as propostas, é necessário fazer algumas ponderações de extrema relevância para a busca pela inclusão, como o reconhecimento e respeito à diversidade. E, os temas transversais expressam bem esses conceitos, trazem valores básicos à democracia, à constituição da cidadania e realizam apontamentos importantes da sociedade a qual estamos inseridos, a constituição da sociedade contemporânea. E o estudante da educação básica precisa ser protagonista do processo para conquistar seu lugar de direito no contexto social, compondo a diversidade existente.



INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada como requisito parcial para obtenção do título de mestra em educação inclusiva, por estar em um mestrado profissional nos delega a tarefa de realização de um produto educacional. Assim optamos pela produção de material pedagógico, um portfólio com sugestões pedagógicas, que se propõe auxiliar na revisão ou na reorganização do Projeto Político Pedagógico, com proposta de trabalhar junto ao percurso formativo, por meio de uma construção coletiva junto aos docentes da rede pública, com objetivo de aproximar a produção realizada do contexto escolar das escolas estaduais do município de Chapecó-SC.

Esse material traz como diretriz a contribuição que extraímos dos documentos analisados, bem como do referencial teórico que tivemos acesso nessa trajetória. Por meio desse instrumento, buscamos contribuir para desmistificar a educação inclusiva, trazendo possibilidades para a formação dos professores, para o percurso formativo e assegurar no Projeto Político Pedagógico (PPP) a importância de garantia perante a legislação.

O conhecer traz a possibilidade de lutar por uma efetivação da educação inclusiva na sua integralidade, respeitando as diferenças e principalmente propondo a prática, ações inclusivas tornam o ambiente inclusivo. Contribuindo assim diretamente no processo de inclusão na educação básica, através de ações que aproximam o que foi pesquisado da realidade local para que o ambiente escolar possa se ressignificar, junto a teoria e prática para uma escola inclusiva na sua integralidade.

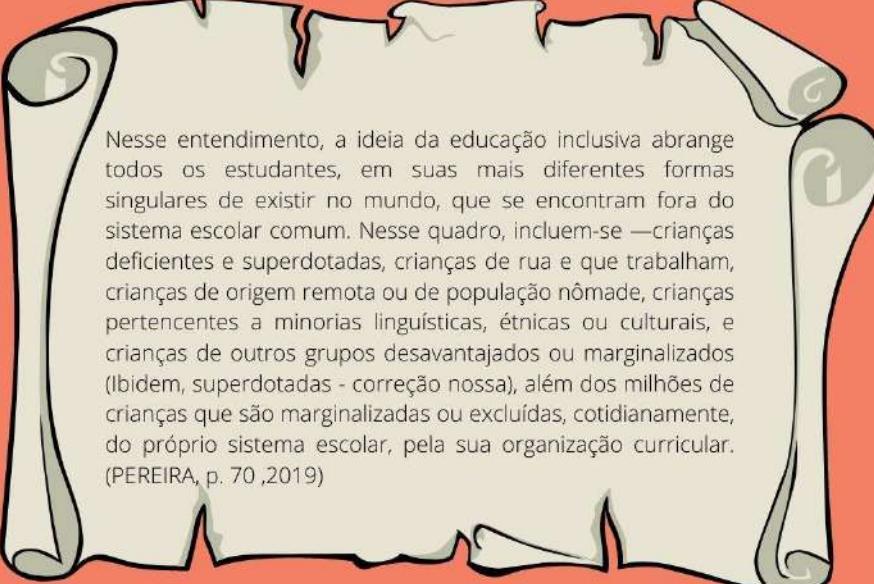
Além do material teórico de apoio produzido para auxiliar a implementação do processo de inclusão de forma contextualizada, foi projetado respeitando as individualidades e efetivando as garantias já previstas na legislação. O mesmo pode ser estendido até a participação em cursos ou formação continuada, para auxiliar na produção coletiva do Projeto Político Pedagógico e nas práticas no contexto escolar. Assim o material se apresenta de forma organizada com sugestões como: Método de desenvolvimento, características fundamentais para construção do PPP que contempla a educação inclusiva, elementos indispensáveis para construção do PPP inclusivo para assim subsidiar a proposta do portfólio com sugestões pedagógicas.



MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO

Após realizar a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, e junto às obras, as categorias que embasam fortemente na busca de proposição/sugestão que possibilitem trazer a educação inclusiva para o percurso formativo e consequentemente para as práticas pedagógicas, elencamos possibilidades de construir/organizar esse documento que é a vida da escola. Por estar em constante movimento, é necessário compor o PPP de forma coletiva e participativa. É nele que contemplamos a diversidade do contexto escolar, que pretendemos inserir ações que gerem reações de forma colaborativa, democrática e possibilita ver o estudante como protagonista, agente ativo no processo de ensino aprendizagem.

As análises realizadas nos PPP afirmaram um dos objetivos, construir/organizar/reorganizar o documento norteador de cada escola. Outro foi a necessidade de apontar, junto aos documentos, outros meios de contemplar nos PPPs a educação inclusiva, tendo como base o respeito à diversidade e a formação permanente, para que toda equipe escolar se fortaleça enquanto coletivo. E segundo Pereira (2019, p. 66) vale destacar que "[...] verifica-se que as políticas de educação inclusiva têm buscado a inclusão de todos, rejeitando a exclusão de qualquer aluno dos processos de escolarização". E assim destacamos que nos PPPs é pertinente assegurar em linhas gerais que promovam essa garantia e depois através das especificidades locais, se organize de acordo com o contexto local, levando em consideração as individualidades.



Nesse entendimento, a ideia da educação inclusiva abrange todos os estudantes, em suas mais diferentes formas singulares de existir no mundo, que se encontram fora do sistema escolar comum. Nesse quadro, incluem-se —crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Ibidem, superdotadas - correção nossa), além dos milhões de crianças que são marginalizadas ou excluídas, cotidianamente, do próprio sistema escolar, pela sua organização curricular. (PEREIRA, p. 70 ,2019)

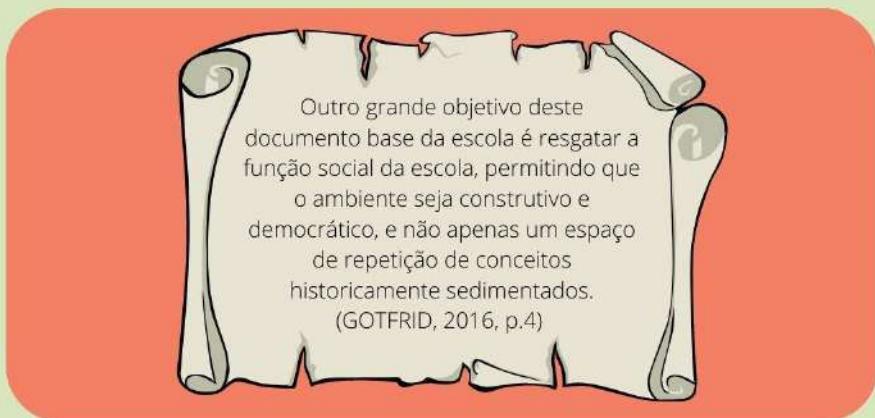


Como isso, o método a proposto traz a possibilidade de conhecer, estudar e incorporar possibilidades de tornar o PPP de cada escola, respeitando as individualidades, mas em linhas gerais a educação inclusiva como norteador do percurso formativo. Ao focar no documento que destaca as premissas da educação básica, fundamentado na legislação vigente e nas práticas pedagógicas locais. É de extrema importância analisar o contexto de aplicação, para trazer possibilidade de verificar as individualidades, com uma visão coletiva no processo de ensino aprendizagem, na formação permanente dos professores, no currículo e consequente na pretensão que é, reconhecer as diferenças para assim projetar uma educação inclusiva na sua integralidade.

CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP QUE CONTEMPLE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

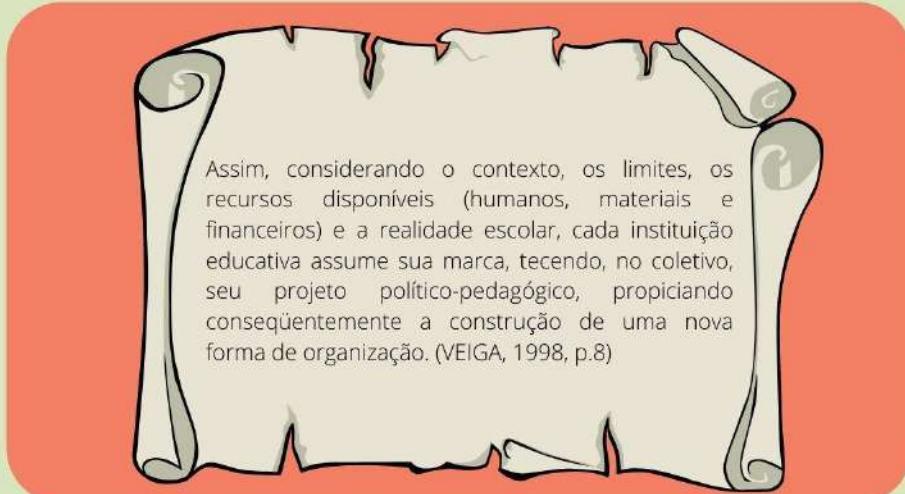
Fundamentado principalmente na Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nos PPPs analisados, fica evidente e necessário ter clareza que, conforme afirma Veiga (1998, p.1), “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.” Sendo necessário estar em constante movimento, garantindo além da legislação, com ênfase a educação inclusiva é importante também ter que, “Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”(p.1).

Para apontar características de análise na tratativa de constituir um PPP inclusivo, vale trazer também colocações significativa quanto a interpretação do que realmente estamos buscando, assim:



Como nosso objetivo, foi verificar nas diretrizes políticas e pedagógicas do Estado de Santa Catarina, como aparece a educação inclusiva e como impactam na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Isso para as instituições públicas de ensino para a educação básica da rede estadual no município de Chapecó/SC. Então contemplar a educação inclusiva no documento norteador de cada espaço escolar, no município de Chapecó SC, nas escolas da educação básica, da rede estadual, é nosso desafio.



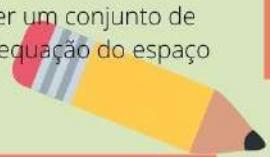


Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político-pedagógico, propiciando consequentemente a construção de uma nova forma de organização. (VEIGA, 1998, p.8)

Diante disso, sugerimos algumas ações para trazer proposta de trabalho para reconstruir/organizar o PPP de cada unidade escolar, com respeito e reconhecimento à diversidade. Sempre mantendo a pretensão de tornar o documento norteador das ações no contexto escolar, uma proposta inclusiva, constituída de forma coletiva, colaborativa e tendo o estudante indivíduo protagonista do processo educativo. As possibilidades de ações são as seguintes:

1. Propor uma organização de formação permanente nas instituições públicas de ensino;
2. Indicar autores que contemplam a educação inclusiva na sua integralidade para leitura e análise;
3. Sinalizar para as instituições quais são as Legislações e Políticas Públicas já aprovadas a respeito do tema;
4. Incentivar a formação de Grupos de Estudos (pode ser temático, para estudo e discussão das formas de reconhecimento das diversidades e possibilidade de implementação no cotidiano escolar);
5. Promover seminários internos com assessorias temáticas, em parceria com as instituições de ensino superior públicas;
6. Sugerir palestra para aproximar os professores da educação inclusiva na sua integralidade, desmistificando a educação inclusiva como sendo exclusividade do viés "Educação Especial" e sim como sendo "Respeito e reconhecimento da diversidade que compõe o ambiente escolar assim como a sociedade".

Após citar algumas possibilidades de ações que podem trazer movimento que tornam o PPP inclusivo, vale também elencar elementos que quando vistos serão associados a um documento que tem a educação inclusiva na sua essência. Segundo os autores mencionados na dissertação, para ter educação inclusiva é necessário ter um conjunto de teorias, legislações, práticas e ações que tornam possível a mudança/adequação **do** espaço escolar.

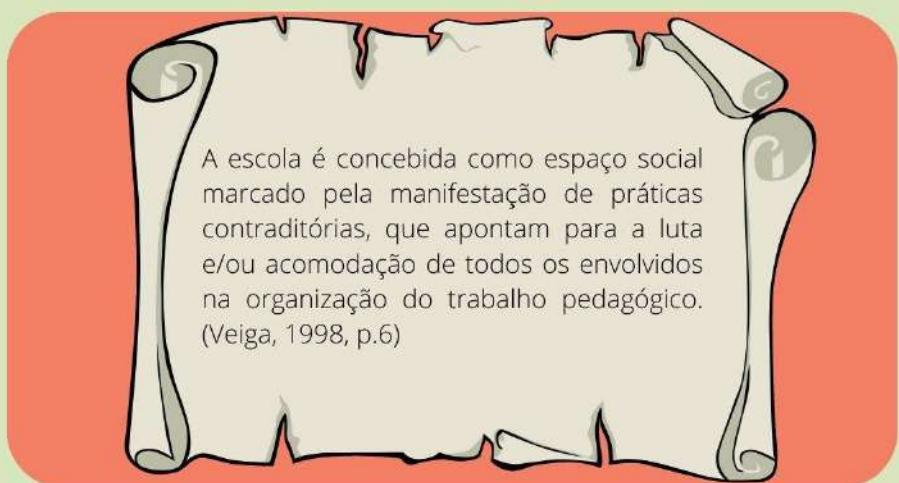


ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PPP INCLUSIVO

A busca por elementos que aproximem a escola, ao Projeto Político Pedagógico e ao percurso formativo dentro do contexto da educação básica, é sem dúvida o respeito às diversidades e para Pereira (2019, p.120), "O tempo escolar apresenta uma dupla perspectiva nos processos de escolarização, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizacional." E agora elencaremos alguns elementos que possibilitam essa inserção é fundamental na construção do PPP focado na educação inclusiva. Para tanto, elencamos os seguintes:

1. Estudo e conhecimento de legislação
2. Trabalho colaborativo
3. Envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, podendo ser por amostragem, devido a quantidade de indivíduos que fazem parte da escola.
4. Avaliação permanente das proposições, das ações definidas coletivamente analisando o envolvimento de cada segmento e qual a devolutiva de cada um/uma.
5. Proposta em forma de espiral para que durante o ano letivo sempre se tenha um início e uma abrangência envolvente para que ao final os envolvidos sejam em maior quantidade que inicialmente, proposições abrangentes.

Com esses apontamentos, e seguindo a linha proposta por (Veiga, 1998, p.6) "A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério." Assim nossa perspectiva se embasa fortemente em seus pressupostos.



Por isso, nossa luta em traçar possibilidade de proposta para auxiliar a trazer indicativos e sugestões para reconhecer/construir um documento na perspectiva da educação inclusiva, conforme as categorias analisadas na PCSC e nos PCNs, é fundamental para contemplar a educação inclusiva no contexto das escolas de educação básica.



MATERIAL CATALOGADO: ALGUMAS POSSIBILIDADES

Como Produto Educacional apresentamos esse Portfólio, como uma possibilidade, uma sugestão, algumas referências para a elaboração ou atualização do Projeto Político Pedagógico. A intenção é apresentar possibilidade de inserção da diversidade contemplada nas categorias mencionadas na dissertação. Essa sugestão se tornou possível a partir e em conformidade a análise nos PCNs, na PCSC, nos PPPs, autores/obras e documentos onde encontramos elementos importantes para fortalecer a prática embasada teoricamente no PPP de cada unidade escolar da rede estadual de ensino, da educação básica, do município de Chapecó-SC.

Após pesquisa e análise das categorias que emergem da Proposta Curricular de Santa Catarina, **Educação para as Relações de Gênero, Educação para Diversidade Sexual, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Especial e Educação do Campo** e com embasamento também nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Foi possível fazer indicativos e proposições de materiais que trazem e contribuem junto a Educação Inclusiva com reconhecimento e respeito às diversidades. Elas compõem o contexto da educação básica. Assim as sugestões e proposições têm o intuito de contribuir para a revisão do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares. Possibilitando a participação e a formação dos professores. Entende-se que estes profissionais precisam participar efetivamente da construção/reconstrução/revisão do PPP, para assim trazer mais indicadores de como tornar o/a estudante protagonista do processo.

Para compor o PPP e a proposta de intervenção de forma prática junto à formação de professores. No combate a práticas excludentes e discriminatórias, tanto as escolas quanto os professores devem lutar por uma educação inclusiva. É preciso considerar a possibilidade de verificar a inclusão como necessidade em todos os setores que representam a diversidade encontrada na sociedade assim como nas escolas. Os itens buscados e relacionados conforme as categorias elencadas para a diversidade na PCSC e nos PCNs, são vídeos, filmes, documentários, leituras, indicações de legislação, materiais que subsidiam e dão possibilidade de buscar muitas outras fontes.



Quadro 1: Sugestões de **VÍDEOS** para trabalhar a diversidade

TÍTULO	LINK
FIGUEIRÓ, M.N.D. O que é diversidade sexual. Disponível no youtube (2018)	https://youtu.be/gaY5EzI7M8k
Webinar - Diversidade sexual nos espaços educativos: Identidades de gênero.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
Sexo e Gênero vídeo disponível no youtube Papo de Coruja.	https://youtu.be/X6rKZkMhmpg
COUTINHO, L. e BEZERRA, B. Jr. Gênero e Sexualidade além dos rótulos. Youtuber Café Filosófico (2016).	https://youtu.be/f8ktBCM_KDI
O Perigo de uma História Única - Chimamanda Ngozi Adichie	https://www.youtube.com/watch?v=jiysHmWKI3w
Relações Étnico-Raciais - Profº. Dr. Kabengele Munanga	https://youtu.be/7FxJOLf6HCA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova Consciência	Diversidade Religiosa e Direitos Humanos - 20º Encontro da Nova ...
História da discriminação racial na educação brasileira. Aula Escola da Vila 2018	https://youtu.be/gwMRRVPl_Yw
Vídeo de um humorista que relata essa discriminação velada. Formas veladas de preconceito estrutural.	https://youtu.be/fEF1NzMEqGA
Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. 20º Encontro da Nova Consciência. 2014	https://www.youtube.com/watch?v=uW-zzS8_Ci8
Bahia, berço da Cultura Afro-Brasileira - Nação TVE Salvador - Programa 2 - 12/11/2014	https://youtu.be/WflxTpBTrC8
Uma nova forma de pensar, com Aliton Krenak	https://www.youtube.com/watch?v=-36g1mMpCTY
Ailton Krenak: "A natureza não é uma fonte inesgotável"	https://www.youtube.com/watch?v=OzV5xFWZdy0

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Quadro 2: Sugestões de **FILMES** para trabalhar a diversidade

Sugestões	Indicação de Possibilidades
<p>A pessoa é para o que nasce (2002) https://youtu.be/5nl8U_j9t74 Classificação: livre</p>	<p>O documentário relata a história de três irmãs cegas de Campina Grande, Maria das Neves, Regina Barbosa e Francisca da Conceição. A narrativa mostra a leitura de mundo das mulheres e a dedicação do trio à música.</p>
<p>Amy uma vida pelas crianças https://youtu.be/f_B072k0FSU Classificação: livre</p>	<p>Após a morte de seu filho, Amy deixa seu marido para se tornar professora em uma escola para crianças deficientes. Descobrindo uma nova razão para viver, ela se dedica a ensinar crianças surdas a falar, ao mesmo tempo em que elas o ensinam o verdadeiro sentido do amor.</p>
<p>Atypical Ahttps://www.netflix.com/watch/80117462?source=35typical (2017-2021) Classificação: 14 anos</p>	<p>Atypical é uma série norte-americana de comédia dramática. Em quatro temporadas que foram lançadas entre 2017 e 2021, o show conta a história de Sam Gardner, jovem de 18 anos diagnosticado dentro do espectro autista. No fim da adolescência e começo da vida adulta, Sam precisa lidar com questões como faculdade, relacionamento amoroso, sexualidade e pais super protetores. A série fala sobre bullying, família, amizades, relacionamentos e amadurecimento de forma perspicaz, uma boa opção para debater a inclusão social de pessoas diagnosticadas dentro do espectro autismo com os alunos do Ensino Médio.</p>
<p>Colegas (2012) https://youtu.be/Wj4Naoc1RJA Classificação:12 anos</p>	<p>Aninha, Stalone e Márcio protagonizam uma história de amizade e sonhos. Os três fogem do instituto em que viviam para perseguirem seus respectivos desejos de casar, ver o mar e voar. Ao longo da trama, os três trilham um percurso de aventura, contribuindo para que a Síndrome de Down seja retratada dentro de um contexto de autonomia, superação e aprendizagem.</p>
<p>Como Treinar o Seu Dragão (2010) https://www.youtube.com/watch?v=bSWeuKV0cw Classificação: livre.</p>	<p>O longa-metragem é uma excelente opção para debater a importância de combater o preconceito e aceitar as diferenças com os alunos do Ensino Fundamental, além de ser uma lição de amizade e superação.</p>



<p>Cuerdas (https://youtu.be/4INwx_tmTkW2013) Classificação livre.</p>	<p>Cordas, traduzido para o português, é um curta-metragem de animação escrito e dirigido pelo diretor e roteirista espanhol, Pedro Solís García. O filme tem 10h52 de duração e mostra a relação de amizade entre Maria e Nicolas, duas crianças que moram em um orfanato. Nicolas, portador de paralisia cerebral, vive em uma cadeira de rodas e não fala. Por conta disso, nenhuma das crianças se aproxima dele, mas Maria está determinada a fazer amizade e brincar com o garoto. É uma boa opção para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência, além de ensinar valores como amizade, empatia e respeito às diferenças aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>
<p>Hoje eu quero voltar sozinho (2014) https://www.youtube.com/watch?v=FKQSSfjZQ4o Classificação 12 anos</p>	<p>O filme aborda temas importantes como deficiência, homossexualidade, bullying e preconceito com muita sensibilidade e é uma ótima opção para introduzir o debate sobre diversidade e inclusão com os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.</p>
<p>Kiriku https://youtu.be/3v9sylz3ipg Classificação Livre</p>	<p>Ao longo da História, com os conflitos religiosos e culturais entre os povos, algumas histórias ganharam mais espaço na literatura e nos registros oficiais do que outras. Por outro lado, a cultura africana, por conta do racismo ainda tão presente em nossa sociedade, é uma das culturas cujos mitos e lendas são muitas vezes marginalizados, apesar de sua riqueza. Pois os filmes da série Kiriku são perfeitos para apresentar esse universo fantástico aos pequenos. Kiriku é um pequeno guerreiro que nasceu em uma tribo africana e, desde seu nascimento, se dedica a proteger a natureza, a vida dos animais e a sua tribo. O herói ensina, ainda, que não é preciso ser grande para fazer coisas grandiosas. Para valorizar a cultura africana.</p>
<p>Lilo e Stitch https://youtu.be/wAtaSKQ4-T0 Classificação livre.</p>	<p>A produção Lilo & Stitch é rica em assuntos interessantes para trabalhar e família. Lilo, a garotinha de 5 anos do título, adora cuidar de animais desamparados. Tudo muda, entretanto, quando ela encontra Stitch, um alienígena super bagunceiro e incompreendido. Além disso, Lilo é criada por sua irmã mais velha, e com Stitch elas formarão uma configuração familiar inusitada. Para falar sobre diversidade de famílias.</p>
<p>Lista de filmes para o público infantil (diversidade cultural): https://quindim.com.br/blog/cinco-filmes-para-falar-de-diversidade/ Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 5 Filmes sobre Diversidade Cultural para assistir com as crianças. A infância é uma ótima fase para se propor reflexões e respeito às diferenças.</p>

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



<p>Lista de filmes sobre inclusão social https://educasc.com.br/educacao/educacao-inclusiva-7-filmes-para-abordar-a-inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/ Classificação livre.</p>	<p>Educação inclusiva: 7 filmes para abordar a inclusão social de pessoas com deficiência. Essas são indicações para introduzir o tema na escola.</p>
<p>https://educacaointegral.org.br/reportagens/10-filmes-para-abordar-inclusao-de-pessoas-deficiencia/ Classificação livre.</p>	<p>Conjunto de 10 filmes para abordar a inclusão de pessoas com deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência é prevista na Constituição e figura entre os direitos dos cidadãos. Lista de filmes sobre inclusão.</p>
<p>O menino e o mundo https://youtu.be/6IFP8FVUwK8 Classificação livre</p>	<p>Na linda e premiada produção brasileira O menino e o mundo, um menino e sua família moram no campo até que por fim a falta de trabalho faz o pai partir para cidade grande. Com saudade, o menino vai atrás do pai e descobre uma cidade cheia de máquinas que parecem bichos. Além disso, essa cidade é marcada pela desigualdade, pela exploração e pela pobreza. A trama permite discutir não só a desigualdade social como as condições de trabalho injustas que muitas pessoas têm que enfrentar em nome da sobrevivência. Para conscientizar sobre as diferentes condições sociais.</p>
<p>Procurando Nemo (2003) https://www.youtube.com/watch?v=NVvBdsWwUtQ Classificação livre</p>	<p>O filme é uma verdadeira lição de amizade e pode ser uma ótima opção para trabalhar os temas inclusão e respeito às diferenças com os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois mostra o peixinho Nemo, que tem uma nadadeira menor do que a outra, superando dificuldades e vencendo medos.</p>
<p>Soul Surfer – Coragem de Viver (2011) https://www.youtube.com/watch?v=EBRpwRZ_qMo Classificação 10 anos</p>	<p>Soul Surfer – Coragem de Viver, conta a história real da surfista campeã norte-americana, Bethany Hamilton, que aos 13 anos tem sua vida transformada após ser atacada por um tubarão e perder o braço esquerdo. O drama mostra as dificuldades enfrentadas pela atleta e se transforma em um filme de superação ao mostrar que, apesar da grave lesão, Bethany consegue voltar a praticar surf, fazendo um dos retornos mais incríveis da história do esporte mundial.</p>
<p>Tainá https://youtu.be/a7k0n15wwek Classificação Livre</p>	<p>Da mesma forma, as expressões culturais e a mitologia dos povos indígenas não ocupou, ao longo da história, espaços de protagonismo. Então, pode ser muito rico descontar esse universo para as crianças – o que ajuda a estimular a reflexão sobre a construção da identidade e autoestima de um povo. Os filmes da série brasileira Tainá – Uma aventura na Amazônia, que começou em 2000, mostra os desafios de uma menina indígena órfã que aprende as lendas do seu povo e se torna guardiã da floresta. Para valorizar a cultura indígena.</p>

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



<p>Tamara (2016) https://youtu.be/B4frsp-rR6c Classificação livre.</p>	<p>Criado e produzido pela House Boat Animation Studio, o filme é um curta-metragem de animação e conta a história de uma menina surda que sonha em ser bailarina. Com apenas 4h 36 de duração, o filme aborda temas como inclusão, tolerância e diversidade.</p>
<p>Zootopia https://youtu.be/prct6AB5tR8 Classificação livre</p>	<p>Zootopia, animação da Disney, é uma cidade povoada por animais de todos os tipos. Nela, uma coelha e uma raposa terão que superar suas diferenças para desvendar um caso relacionado a uma grave crise da cidade. Dessa forma, com muita aventura, o filme mostra que pessoas diferentes podem estabelecer conexões profundas. E que cada indivíduo deve buscar aquilo que sonha para a sua vida, independentemente do que dizem às convenções e os estereótipos sociais. Para falar de aceitação entre diferentes/empatia</p>

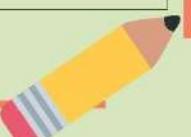
Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Quadro 3: Sugestões de **reportagens, livros, outros materiais**, para trabalhar a diversidade

Título	Link
Educando para a Diversidade Como discutir homossexualidade na escola?	https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2021/03/guia_educando.pdf
Materiais pedagógicos acessíveis	https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/
Diversidade e inclusão nas escolas: como a questão deve ser abordada pelas Instituições de ensino	https://treediversidade.com.br/diversidade-e-inclusao-nas-escolas/
Jogos e dinâmicas de grupo-Pessoas com deficiência.	https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/jogos-e-dinmicas-de-grupo-pessoa-com-deficiencia
Literatura e Inclusão: Formação do Respeito à Diversidade	https://www.researchgate.net/publication/347972998_Literatura_e_Inclusao_Formacao_do_Respeito_a_Diversidade
A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula?	https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-valoriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula
A educação ambiental na sala de aula	https://educador.brasiscola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-aula.htm
Ailton Krenak: "A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho"	https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/
Dicionário da educação do campo.	https://ctazm.org.br/bibliotecas/dicionario-da-educacao-no-campo-288.pdf
Dossiê educação do campo: documentos 1998- 2018	https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdf
Educação Ambiental	https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30939-educacao-ambiental
Educação do campo e escola multisseriada: o livro didático na formação do sujeito campesino.	https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_S_A5_ID2985_17092018214355.pdf
Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.	http://livros01.livrosgratis.com.br/md000035.pdf

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Educação do campo em Mato Grosso do Sul: ampliando a construção da identidade das escolas do campo	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3690
Educação do campo: escola, território e trabalho docente.	https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5396/1/Miolo_EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO-final.pdf
Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões.	https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIV
Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.	https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educao_do_campo_u_m_olhar_historico_uma_realidade_concreta.pdf
Entenda como trabalhar a questão da diversidade nas escolas	https://educacao.imaginie.com.br/diversidade-nas-escolas/
Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente	https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf
Pedagogia histórico-critica e educação no campo, história, desafios e perspectivas atuais.	https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf
Inclusão social	https://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Inclusão social nas escolas	https://www.todoestudo.com.br/sociologia/inclusao-social#4
O amanhã não está à venda,	https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%2C%20Alton%20-96202020%20-%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf
O professor e a educação inclusiva.	https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/atividades_inclusao/o_professor_e_a_educacao_inclusiva.pdf
Política de educação no campo para além da alfabetização (1952-1963).	https://static.scielo.org/scielobooks/q7zxz/pdf/barreiro-9788579831300.pdf
Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade.	https://www.finom.edu.br/assets/uploads/cursos/categoriasdownloads/files/20190605040642.pdf
Princípios e concepções da educação do campo.	https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/06/Princípio-e-concep%C3%A7%C3%B5es-da-educa%C3%A7%C3%A3o-no-campo-final-1.pdf

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.

As sugestões trazidas estão embasadas nas categorias que emergiram em nossa pesquisa que foram retiradas da Proposta curricular de Santa Catarina e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são: **Categoria Educação para as Relações de Gênero, Categoria Educação para Diversidade Sexual, Categoria Educação Ambiental, Categoria Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Categoria Educação Especial e Categoria Educação do Campo.** A intencionalidade é que as sugestões possibilitem e despertem a busca por inúmeras outras pesquisas para que cada escola, cada contexto possa inserir conforme suas características específicas, respeitando a diversidade focada no estudante como protagonista do processo.



Legislações e Políticas Públicas

Quanto à legislação, trazemos a proposta como instrumento pedagógico, considerando as possibilidades que resoluções e outros documentos que regulam políticas públicas e normatizam regras sociais para diferentes situações apresentam para potencializar práticas docentes. Elencamos, assim, alguns marcos que são fundamentais para a educação básica, assim como para a garantia das crianças e adolescentes junto a constituição federal e as leis de abrangência, internacional, nacional, estadual e local. O intuito desta lista é aproximar os docentes e toda comunidade escolar da seguridade já existente, para assim ter a possibilidade de contemplar também o PPP da unidade escolar.



Quadro 4: Legislações que garantem a educação inclusiva e a diversidade nas escolas de educação básica.

Documento	Definição
Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.	Constituição Cidadã de 1988. Institui o Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício de direitos, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado.
Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015.	Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).
Decreto Nº 10.502, De 30 De Setembro De 2020.	Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008	Política curricular, que torna obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas.
Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"
Lei 7.716/89, de 05 de janeiro de 1989	Conhecida como Lei do Racismo, puni todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade. Em seu artigo 3º, a lei prevê como conduta ilícita o ato de impedir ou dificultar que alguém tenha acesso a cargo público ou seja promovido, tendo como motivação o preconceito ou discriminação. Por exemplo, não deixar que uma pessoa assuma determinado cargo por conta de raça ou gênero. A pena prevista é de 2 a 5 anos de reclusão. A lei também veda que empresas privadas neguem emprego por razão de preconceito. Esse crime está previsto no artigo 4º, da mesma lei, com mesma previsão de pena.
https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/public/camara/estatuto_criancadeadolescente_9ed.pdf	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE -ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz.
Resolução nº 132 de 15 de dezembro de 2009	Esta normativa dispõe sobre o nome social nos registros escolares internos e dá outras providências, e passou a vigorar a partir de 2011

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



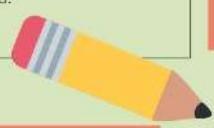
Lei nº 14.408, de 10 de abril de 2008	NEPRE, Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, fundamentado num conjunto de legislações que estabelecem os princípios orientadores para a efetivação dos Direitos Humanos.
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	Estatuto do Idoso que garante para eliminar o preconceito e produzir conhecimento, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento.
Decreto nº 186/2008 com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo – ONU, 2006, aprovada pelo Brasil, representa muitas conquistas desses sujeitos. (respeito pela dignidade; autonomia; equidade de oportunidades; não-discriminação; participação e inclusão; acessibilidade; igualdade entre o homem e a mulher e pelo desenvolvimento de suas capacidades)
Decreto nº 7.612/2011	Que implantou no Brasil, o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, intitulado, Plano Viver sem Limite.
Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.	Trata garantias os Direitos Fundamentais para a subsistência da vida e a preservação da cultura dos povos Indígenas, além do direito à educação e meios de comunicação, pré estabelecido junto a constituição federal de 1988.
Resolução nº 182, de 19 de novembro de 2013	O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, estabeleceu as normas complementares para as instituições no que tange o Credenciamento, Autorização de Cursos e seu Reconhecimento. Apontando inclusive para a especificidade da educação escolar indígena.
Resolução nº 05/CNE/2012	Estabelece que as políticas para a Educação Escolar Indígena estejam pautadas em todas as especificidades do povo indígenas.
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010	Concretiza juridicamente e respalda a política nacional de Educação do Campo. E confere amparo legal a estabelecer limites em áreas rurais.
Plano Nacional de Educação/2014	Apresenta avanços em relação ao PNE/2010, evidenciando o poder do Estado para normatizar suas ações considerando as reivindicações da sociedade civil organizada..
Parecer nº 263, de 21 de setembro de 2004.	Assegura a garantia do direito à educação das crianças acampadas a partir de um processo de escolarização que compreende a realidade e as necessidades dessas crianças. O Parecer autoriza o funcionamento da Escola Itinerante, como: uma experiência pedagógica, com oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.
Parecer 07/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010.	Instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Escolar Quilombola.
Decretos nº 4.887/2003 e nº 6.261/2007.	Regulamenta a regularização fundiária e das políticas de gestão das comunidades, com o procedimento para a sua identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.
LEI 13.185, de 6 de novembro de 2015	Art. 1 Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistêmica (Bullying) em todo o território nacional.
Lei N. 13.663 de 14 de maio de 2018	Essa lei altera o art. 12 da Lei nº 9.394, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
LEI Nº 14.164, de 10 de junho de 2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de "reforçar" a ideia de "educação para todos", como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217. A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.
Convenção da Organização dos Estados Americanos de Guatemala (1999)	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos na sessão realizada em 26 de maio de 1999 na Guatemala.
Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência (2011)	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência.

Fonte: Organização da pesquisadora, 2022.



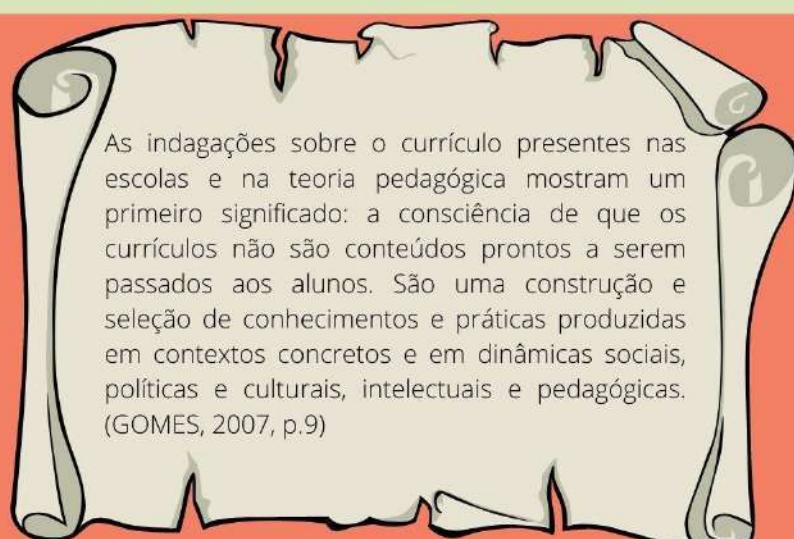
Proposta de Trabalho

De forma colaborativa a proposta será, inicialmente, realizar diagnóstico para traçar o perfil da comunidade escolar e assim melhor conhecer os estudantes que compõem o espaço escolar.

O segundo passo da proposta será a realização de um seminário presencial com o corpo docente, gestão, representação discente e comunidade escolar, onde o portfólio pedagógico é apresentado como etapa sensibilizadora. Após esse momento inicial, propõem-se definir grupos de estudos permanentes para formação continuada, objetivando estudar a legislação, as políticas públicas que permeiam a educação básica, sugestões de vídeos, textos, dentre outros instrumentos pedagógicos que possibilitem permanentemente a socialização e empoderamento do corpo docente e discente do espaço escolar, assim como de toda a comunidade escolar.

Sabendo que a formação docente é fundamental para garantir a inclusão no espaço escolar, a proposta de trabalho apresenta a necessidade de assegurar no PPP de cada unidade escolar uma carga horária destinada à formação permanente, com possibilidade de estudo, pesquisa, troca de experiência e palestras com profissionais. Na sequência, debate e proposição de estratégias para produzir conhecimento e implantação dentro do espaço escolar das categorias que compõem a Proposta Curricular de Santa Catarina, assim como desenvolver de forma gradual e contínua proposta de trabalhos interdisciplinares que envolvam todos/as as diversidades presentes em cada contexto.

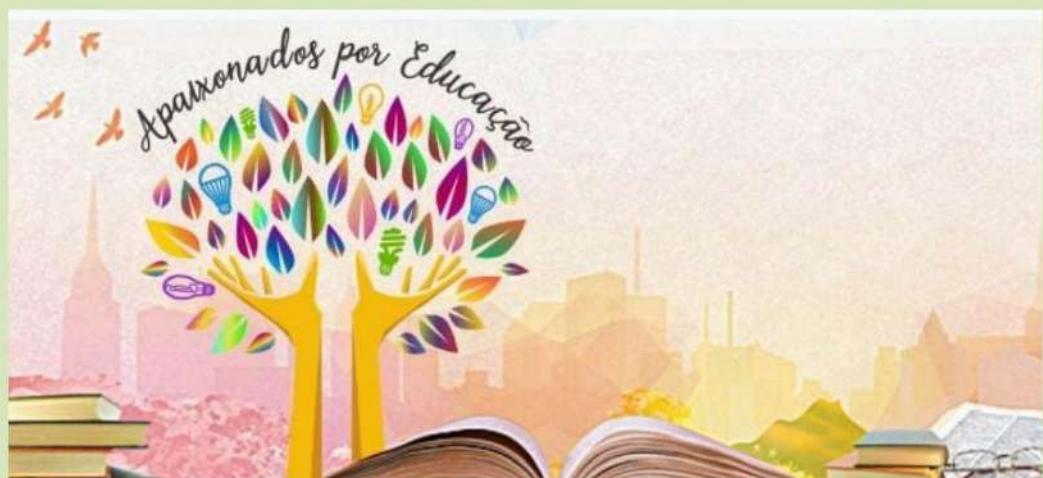
Tendo nossa proposta trazer a inclusão para educação básica é fundamental que o currículo seja também considerado, pois é um elemento que merece destaque, haja visto que norteia todas as ações no contexto educacional, assim;



As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. (GOMES, 2007, p.9)

Como as práticas escolares precisam ser fortalecidas nos conhecimentos das realidades, com isso é possível promover acesso ao conhecimento, caracterizado pelo protagonismo do estudante no contexto, como Gomes (2007, p. 24) afirma, "A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos." Ao estabelecer conexão com a realidade se evidencia a importância do trabalho coletivo e colaborativo.

Por fim, consideramos que a pesquisa das nossas práticas docentes, possa ser uma prática transformadora, observando a constituição da comunidade escolar e dos estudantes que constituem o ambiente, onde a proposição de estratégias possa tornar partícipes/protagonistas do processo respeitando suas histórias e constituindo o percurso formativo dos profissionais da educação de cada instituição de ensino.



REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acesso em 20/05/2021.
BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Brasília: MECSEF, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo** : diversidade e currículo. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2022.

GOTFRID, Alexandre. **O Projeto Político Pedagógico (PPP) como ferramenta para a ruptura das práticas de reprodução da pobreza e da desigualdade social na escola: o Colégio Estadual Marilze da Luz Brand.** Curitiba: 2016. Acesso em 19 de agosto de 2022.

PEREIRA, Cléia Demétrio. **Políticas de inclusão escolar: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal ao nível da diferenciação curricular na educação básica,** Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especialidade em Desenvolvimento Curricular. Universidade do Minho, Instituto de Educação, Portugal, 2019.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis: SED, 2014. <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

Assinaturas do documento



Código para verificação: **202GB2PN**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VERA MARCIA MARQUES SANTOS (CPF: 534.XXX.309-XX) em 21/12/2022 às 18:10:26

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:37:58 e válido até 30/03/2118 - 12:37:58.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNTcxNTFfNTcyMzhfMjAyMi8yMDJHQjJQTg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00057151/2022** e o código **202GB2PN** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.